



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 38**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 28 de Outubro de 2009**

**Presidente:** *Deputado Francisco Coelho*

**Secretários:** *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

### Sumário

*(Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 05 minutos)*

Não havendo correspondência, entrou-se directamente no período de tratamento de assuntos políticos, tendo proferido Declarações Políticas os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*), na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Proferiram Intervenções de Interesse Político Relevante os Srs. Deputados Manuel Silveira (*PS*) e Manuel Avelar (*PS*), na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Helder Silva (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), José Ávila (*PS*), João Costa (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Por fim, entrou-se na agenda da reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Continuação da Discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/2009 – “Regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”.**

No debate da Proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudia Cardoso (*PS*), Berto Messias (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Carlos Mendonça (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

**2. Projecto de Resolução n.º 23/2009 – “Recomenda ao Governo da Região Autónoma dos Açores a suspensão do contingente laboral para imigrantes na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.**

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Isabel Rodrigues (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

O Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) apresentou uma Declaração de Voto.

**3. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009 – “Altera os programas de estágios profissionais «Estagiar»”, apresentado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.**

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Isabel Rodrigues (*PS*), Berto Messias (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Cláudio Almeida (*PSD*) e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

*(Os trabalhos terminaram às 20:00 horas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia, agradecia que ocupassem os vossos lugares, para podermos proceder à chamada dos Srs. Deputados e iniciarmos os nossos trabalhos.

Tem a palavra, para proceder à chamada, o Sr. Secretário.

*(Eram 10 horas e 05 minutos)*

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Ernesto Valério Andrade Pacheco**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Helder Guerreiro Marques da Silva**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José de Sousa Rego**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria da Graça Lopes Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

**Nélia** Maria Pacheco **Amaral**

**Ricardo** Manuel Viveiros **Cabral**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veios**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António** Maria Silva **Gonçalves**

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António** Pedro Rebelo **Costa**

**Carla** Patricia Carvalho **Bretão** Martins

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Mark** Silveira **Marques**

**Pedro** António de Bettencourt **Gomes**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel** Jorge Igrejas **Moreira**

**Luís** Virgílio de Sousa da **Silveira**

**Paulo** Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

**Pedro** Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Mário** Manuel de Castro **Moniz**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal** da Conceição **Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM):***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Creio que não há correspondência para ser lida e também não chegou nenhum voto à Mesa.

Passamos, então, directamente para as declarações políticas agendadas para hoje em Conferência de Líderes.

Assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Helder Silva.

**Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 11 de Outubro completou-se, com as Eleições Autárquicas, um ciclo eleitoral de quatro sufrágios no espaço de um ano, que exigiu um esforço considerável dos diversos partidos políticos, mas também do eleitorado, que teve de analisar propostas, programas e candidatos.

A minha primeira palavra vai para os candidatos de todas as forças políticas que concorreram a estas Autárquicas – vencedores e vencidos.

Queria, aqui, prestar homenagem a todos os que integraram as candidaturas aos diversos órgãos do Poder Local, num verdadeiro compromisso de cidadania e de empenho para com as comunidades em que se inserem.

Tenho o maior gosto em me dirigir, desta tribuna, aos deputados Manuel Silveira e Manuel Avelar, que, em breve, vão assumir os destinos das autarquias de Velas de São Jorge e de Santa Cruz da Graciosa.

Quero dizer que foi uma honra ter trabalhado directamente convosco nesta bancada e o orgulho que sinto por sempre terem defendido a vossa terra.

O reconhecimento das vossas capacidades e empenho na resolução dos problemas sentidos pelas comunidades que representam veio, agora, dos vossos eleitores, afinal os melhores juízes do vosso trabalho.

Os eleitos do Poder Local encarnam, em toda a plenitude, a verdadeira essência da política democrática: o serviço público para e com as pessoas.

Nas Eleições Autárquicas, o PS/Açores obteve 46,93 por cento dos votos a nível regional, o que representa 58 mandatos para as Câmaras Municipais. Além disso, teve mais 8.913 votos do que nas Autárquicas de 2005.

No espaço de um ano, o PS/Açores voltou a vencer as Eleições Regionais folgadoamente, perdeu as Europeias, regressou às vitórias nas Legislativas Nacionais e, pela primeira vez em 35 anos de Democracia, tornou-se o maior partido no Poder Local nos Açores.

No espaço de um ano, o PSD/Açores sofreu uma das suas maiores derrotas de sempre nas Regionais, venceu as Eleições para o Parlamento Europeu, e obteve desaires eleitorais crescentes nas Legislativas Nacionais e Autárquicas.

Além disso, à Direita, deu espaço político ao CDS/PP para crescer, uma oportunidade que este partido tem sabido aproveitar.

Só com muita boa vontade e grande sentido de humor se pode aceitar o argumento do “fim de ciclo socialista”, aliás totalmente esquecido na noite de 11 de Outubro, quando se aperceberam da vitória do PS/Açores em 12 das 19 autarquias dos Açores.

Esta foi a resposta dos açorianos ao anunciado “fim de ciclo socialista”, tantas vezes repetido por alguns, mas constantemente desmentido pelos eleitores nas urnas.

O PS/Açores terá, um dia, o fim deste seu ciclo político, é certo. Mas não será por decreto de um qualquer líder partidário, antes pela vontade legítima dos nossos eleitores.

Terminado este período eleitoral, importa fazer uma análise mais aprofundada da postura dos partidos e dos seus líderes regionais, assim como das escolhas dos eleitores.

O PSD venceu, sem margem para dúvidas, tanto na Região como no resto do país, as eleições para o Parlamento Europeu.

Esta vitória permitiu, porém, ao PSD esconder e suavizar um revés da sua estratégia política e uma desautorização da direcção nacional à Dr.<sup>a</sup> Berta Cabral.

Foi a própria Comissão Política Regional do PSD que, nesta cidade, a 29 de Janeiro, anunciou que estava no “momento de reafirmar a candidatura do Deputado Duarte Freitas ao Parlamento Europeu” e a sua inclusão na lista nacional do PSD.

Como se sabe, este objectivo não foi cumprido, não por vontade do Partido nos Açores, ou do próprio candidato anunciado, mas sim por imposição da liderança nacional.

Acredito que estes resultados eleitorais tiveram, também, efeitos diametralmente opostos no PSD e no PS.

Ao PSD a vitória, que lhe ampliou a ânsia de poder que há muitos anos lhe foge, resultou num excesso de confiança, senão mesmo em alguma arrogância e na assumpção de que a vitória nas eleições seguintes seria um dado adquirido, até ao culminar de 2012.

Ao PS a derrota nas Europeias funcionou como uma campainha de alarme, que permitiu cerrar fileiras, afinar estratégias e confirmar os melhores candidatos, como ficou provado nos resultados eleitorais seguintes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas Eleições Legislativas, venceu o PS, fruto de uma campanha que teve orgulho no seu líder nacional, José Sócrates, e que demonstrou quem, nos últimos anos, tem defendido a Autonomia e os Açores.

Admito até que o PSD/Açores partia para estas eleições em desvantagem, perante o histórico e os comportamentos da líder nacional do PSD em relação às Regiões Autónomas.

O PSD/Açores tinha, porém, dois caminhos: demarcar-se da liderança de Manuela Ferreira Leite, a favor dos Açores; ou tentar esconder a sua líder nacional, procurando que os açorianos se esquecessem do que esta lhes fez.

Optou pela segunda estratégia, numa manifestação clara de falta de coragem para impor, ao contrário da sua postura no passado, a do PSD, a vontade dos açorianos aos seus companheiros centralistas.

A nível nacional, o PSD de Manuela Ferreira Leite gizou uma estratégia não para ganhar o Governo de Portugal com o seu mérito, mas sim para aproveitar o desgaste da governação, acreditando que umas pitadas de maledicência seriam

suficientes para que o PS perdesse as eleições. Aqui reside a pedra angular do que se passou na campanha eleitoral.

O PSD não propôs alternativas para as questões essenciais para o país, limitou-se a dizer o que não faria e a criticar o que fez o Governo.

Engendrou casos que se esfumaram com o passar dos dias, numa tentativa quase patológica de criar incidentes que enchessem as páginas de jornais e os noticiários.

Isso tudo debaixo de uma “cortina de fumo” a que chamou “política de verdade”.

Esta breve análise vem demonstrar uma verdade insofismável na política, como na vida. Só se atingem objectivos com trabalho, mérito e ambição.

Ao PSD faltaram, pelo menos, as duas primeiras premissas, que o povo português reconheceu ao Partido Socialista de José Sócrates.

Com esta derrota, caiu por terra a base da estratégia desta liderança do PSD/Açores, que, depois da derrota das Eleições Regionais de 2008, se tinha proposto vencer as três eleições em 2009.

Qual a credibilidade de uma líder que, em menos de um ano, vê a sua estratégia ruir como um baralho de cartas, fica muito aquém dos objectivos eleitorais definidos e desbarata o capital político que o PSD tinha até então no Poder Local?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais recentes na memória dos açorianos estão as Eleições Autárquicas.

Dispensamo-me, por isso, de enumerar exaustivamente os resultados de 11 de Outubro, até porque se trata de uma tarefa que o senhor deputado António Marinho assumiu para si, numa ingrata missão de transformar uma derrota em vitória, como ontem aqui vimos.

Realço, porém, que o PS ganhou câmaras municipais em concelhos onde era previsível que isso acontecesse, mas também venceu autarquias dadas como adquiridas pelo PSD.

Vila Franca do Campo, Lajes do Pico, Santa Cruz da Graciosa, Povoação e Velas de São Jorge reconheceram que a cooperação entre poderes é o caminho para o desenvolvimento e que as boas relações institucionais são mais frutíferas do que a guerrilha política e a mera maledicência.



Onde o PS perdeu é preciso, nalguns casos, aprofundar o trabalho e a mensagem e, noutros, apresentar novas soluções que atraiam os munícipes para um projecto que, embora local, deve enquadrar-se numa visão regional.

Uma Câmara Municipal barricada numa perspectiva local de desenvolvimento, que não quer dialogar nem cooperar, comete um erro básico, endossando esta pesada factura aos seus munícipes.

Ao PS cabe aproveitar este enorme capital de confiança manifestado pelos eleitores açorianos para desenvolver as nossas freguesias, vilas e cidades, sempre numa perspectiva de humildade democrática, diálogo franco e estreita cooperação.

Nós não temos receio de aprender com os erros dos outros.

Espero que mesmo algumas câmaras municipais da responsabilidade do PSD compreendam, também, a necessidade de mais e melhor cooperação e rejeitem, pura e simplesmente, trocar a satisfação das necessidades dos seus munícipes por estratégias partidárias estereis e inúteis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas Eleições Autárquicas tiveram, ainda, o condão de mostrar as verdadeiras facetas de alguns políticos.

Ganhar e perder eleições é parte integrante da vida democrática. É, aliás, a essência da democracia, sempre assente na vontade dos eleitores.

A um líder político pede-se que esteja sempre, e no momento certo, com a sua equipa. Na vitória, claro, mas sobretudo, na derrota.

A um líder político não se compreende que se limite a manifestar a sua solidariedade, envergonhadamente, para com os derrotados. Um líder tem de ser o primeiro a assumir todas as derrotas como suas.

Pode perder câmaras, votos e mandatos, mas ganha o respeito, a credibilidade e a estima dos seus e dos outros. No fim das contas, este é o maior capital político a que se pode aspirar quando se está numa função de liderança.

Na noite das eleições, o líder do PS/Açores afirmou que ele próprio ganhou onde o PS ganhou e que perdeu onde o PS perdeu.

Na noite das eleições, a líder do PSD/Açores fez o favor de manifestar, com a devida distância, a sua solidariedade a quem perdeu e esqueceu mesmo os que ganharam, tamanha era a ânsia de realçar a sua prestação concelhia.

Todos os políticos estão sujeitos a perder eleições. Este facto é absolutamente natural e não lhes retira nenhuma dignidade, desde que digna seja, também, a sua postura nesse momento.

A dignidade perde-se, sim, quando não se reconhece o esforço de centenas de candidatos que não alcançaram os seus objectivos, mas que se bateram com convicções por um projecto que julgavam ser regional.

Agora, numa admissão plena de um comportamento incorrecto e de falta de estrutura política, tenta-se emendar a mão, percorrendo as ilhas e justificando actos e omissões em conferências de imprensa. Afinal, dando razão a quem nunca compreendeu porque razão foi, pura e simplesmente, esquecido na noite de 11 de Outubro.

No fim desta noite, aperceberam-se que estavam sozinhos nesta luta. Como sozinha ficou, por opção própria, a líder do PSD/Açores, acantonada única e exclusivamente no Concelho de Ponta Delgada.

**Deputado António Marinho (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** Foi a vossa líder que o assumiu.

O que disse na noite de 11 de Outubro foi: Eu não sou Presidente do PSD, sou apenas Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Premonição, ou mera cobardia política?

**Deputado António Marinho (PSD):** Não disse isso.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isso tem aspas ou é a itálico?

**Deputado António Marinho (PSD):** É mentira.

**O Orador:** A verdade é que o PSD perdeu as Eleições Autárquicas e Berta Cabral, com o seu discurso surrealista, pode muito bem ter perdido o PSD.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O senhor mente e ri da mentira que disse. É do mais baixo nível possível.

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À semelhança de Manuela Ferreira Leite, um mito rapidamente desfeito, a líder do PSD/Açores conseguiu desperdiçar o capital de esperança de que dispunha até há poucos meses.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Então porque é que estão preocupados?

**O Orador:** Não só pelos resultados – esbanjou o maior património político do PSD que ainda lhe restava, o de vencer todas as Eleições Autárquicas –, mas também pela dimensão local que escolheu para si própria.

Quanto aos restantes partidos, em primeiro lugar, destacar a falta de implantação local do PCP e Bloco de Esquerda, que continuam sem conseguir uma real dimensão no terreno.

Fica assim provado que estes partidos – tão importantes para o funcionamento do nosso sistema democrático, como qualquer outro – aproveitam muito bem a embalagem que as estruturas nacionais lhes conferem, mas ressentem-se logo que os resultados dependem mais da sua prestação local e menos dos seus principais protagonistas nacionais.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Lá chegaremos!

**O Orador:** Quanto ao CDS/PP, é inegável o crescimento que tem registado nos últimos actos eleitorais, mas também muito à custa da Ilha Terceira, que é, cada vez mais, o primeiro e último reduto do seu líder.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Fez bem as contas!

**O Orador:** A título de exemplo, no Corvo, onde já deteve a Câmara Municipal e elegeu um deputado regional, o CDS/PP simplesmente desapareceu. Um fenómeno que, aliás, se estende ao PSD.

À Direita temos, assim, dois líderes regionais cada vez mais isolados nos seus redutos, mas tentando, com falsos argumentos, dar uma ideia de crescimento regional dos respectivos partidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma última palavra para a abstenção eleitoral, para manifestar a preocupação por este fenómeno que continua a registar taxas elevadas, apesar de variações significativas conforme as eleições que se disputam.

Nas Eleições Autárquicas – as que são mais “próximas” dos eleitores – os votantes ficaram-se pelos 56,76 por cento. Não se pode, contudo, esquecer o significativo aumento de número de inscritos em relação a 2005, que passaram de cerca de 192 mil para mais de 217 mil.

Mesmo sabendo que as taxas de abstenção estão inflacionadas por diversos factores, é urgente que todos os partidos políticos assumam que se está perante um enfraquecimento da democracia quando perto de metade dos eleitores não vai às urnas.

É urgente não entrar em negação e assumir, sem rodeios, que se está perante um perigoso adiar de soluções para um problema que vem à tona cada vez que se realiza uma eleição.

O PS/Açores tem dado o seu contributo para o debate. Fomos, por vezes, mal interpretados por uns partidos, desvalorizados por outros e não seguidos por todos. Termina como comecei. Dando os meus parabéns a todos os candidatos que foram a eleições, recordando-lhes a responsabilidade que têm, no poder ou na oposição, na satisfação das necessidades das suas comunidades.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Para já, está inscrito o Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e reportando-me ao início da declaração política do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero aqui endereçar aquilo que já fiz, aliás, em termos pessoais mas que ainda não enderecei aqui, neste Plenário, naturalmente as minhas felicitações, quer ao Deputado e colega Manuel Avelar e desejar-lhe, obviamente, todas as felicidades para o exercício do seu cargo, assim como para o Deputado Manuel Silveira, que não vejo neste momento

na sala, mas aos quais já tive oportunidade de, em termos pessoais, cumprimentar, felicitar e dar os parabéns pelas vitórias que alcançaram.

Quanto ao resto, já falámos em tudo isto aqui, ontem.

Do reconhecimento da derrota nas Autárquicas, que ficou totalmente expresso na declaração política que fizemos, por diversas e sucessivas vezes – não sei se seis, se sete vezes –, ao longo da declaração política que ali fizemos ontem, está o reconhecimento da derrota nas Autárquicas. E está também aquilo que ontem tive oportunidade de referir, que é o facto de, obviamente, haver pontos positivos que são por nós relevados e bons sinais que, obviamente, vão ser por nós potenciados e direccionados para a actividade política que temos a partir de agora.

Aquilo que está na declaração política do PSD é claro, está escrito, assim como é perfeitamente claro tudo aquilo que foi referido posteriormente ao longo do processo de debate. Assim, não é por o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vir aqui dizer que nós não reconhecemos a derrota que isso se passa. Está escrito, vai estar escrito no Diário das Sessões, é perfeitamente claro e, portanto, as suas palavras vão chocar com a clareza do que vai ficar explicitado no Diário das Sessões.

Quanto às leituras que os senhores fazem relativamente aos actos eleitorais, obviamente que nós fizemos as nossas e os senhores fazem as vossas.

Há uma questão que é clara, nós não tenhamos dúvidas. Fazendo novamente o percurso dos sucessivos actos eleitorais que decorreram este ano, há uma coisa que é clara e que, aliás, foi dita primeiro numa forma esquemática e, depois, numa forma desenvolvida na declaração política que aqui fizemos ontem. Aquilo que claramente dissemos foi: “ganhámos as Europeias” – os senhores acabaram de o admitir, é indubitável –, “perdemos as eleições Legislativas nacionais” e o que dissemos na sequência disso foi “perdemos, não chegou a 4 pontos e tínhamos, 4 anos antes, perdido por 19 pontos” –, é também indubitável, factos são factos, não podem ser desmentidos – e que nas Europeias o Partido Socialista tinha perdido 12 mil e 500 votos – é um facto, são números, basta saber fazer uma conta, uma subtracção entre os votos obtidos em 2004 e os votos obtidos em 2009 – e que nas Legislativas Nacionais perderam 10 mil e 700 votos, bastando fazer a mesma conta

entre as Legislativas de 2005 e as Legislativas de 2009. Ou seja, perderam 12 mil e 500, perderam 10 mil e 700 votos, tinham perdido 15 mil votos nas Eleições Legislativas Regionais realizadas há um ano e, portanto, claramente o Partido Socialista está inquieto.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Não, nós recuperámos!

**O Orador**: Recuperaram? O que recuperaram?

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Das Legislativas para agora!

**O Orador**: Não, não! É fazer as contas, o que é que isso representa no conjunto do total de votantes. Eu peço-lhe desculpa, mas tem de fazer essa conta primeiro, para estar a fazer essa afirmação, que é uma afirmação que, para além de gratuita, é completamente errada. Perderam, estão em sentido de quebra de votação, é claro.

Os senhores ficam contentes por ganharem, embora percam todos esses votos. Naturalmente, é perfeitamente legítimo fazerem-no. Agora, que perderam 15 mil; 12 mil e 500; e 10 mil e 700 votos é pura aritmética, não é preciso rigorosamente mais nada.

Obviamente que isso constitui um sinal para todos os outros partidos, incluindo para o PSD, um sinal que deve ser avaliado e do qual, obviamente, devem ser retiradas conclusões que, naturalmente, poderão potenciar e poderão dar indicações, sinais, daquilo que se está a passar. E o que é perfeitamente claro é que o Partido Socialista está a perder expressão eleitoral nos Açores e está a perder, em cada acto eleitoral, enormes quantidades de votos. Não está a perder 200 nem 300 votos, está a perder aos milhares, está a perder votos acima de 10 mil em todos os actos eleitorais.

Os senhores farão a vossa interpretação, ficarão contentes com aquilo que ficarem e, obviamente, nós faremos a avaliação daquilo que se está a passar e redefiniremos a estratégia que temos em relação aos sucessivos actos eleitorais.

Quanto à eleição autárquica, naturalmente reconhecemos uma derrota. Reconhecemos a derrota. Tal como disse ontem – não me vou repetir, porque isso será prato “requeentado” –, não queiram, obviamente, que não fiquemos satisfeitos pelos resultados positivos que tivemos.

Reconhecemos a derrota. Nos casos em que o Partido Socialista obteve câmaras que até aqui eram nossas endereçamos os nossos parabéns e as felicitações àqueles que ganharam e, efectivamente, adoptamos uma atitude democrática e não desatamos a espernear no final dos actos eleitorais, chamando ingratos ou estúpidos a quem quer que seja. Aceitamos que o povo escolhe e, quando escolhe, escolhe bem. Nem foi ingrato, nem foi estúpido. Entendeu e sabe perfeitamente aquilo que está a fazer. Daí obtêm-se resultados, esses resultados têm de ser aceites por todos e não vale a pena insultar quem quer que seja.

Quanto a transformar derrotas em vitórias, não transformamos derrotas em vitórias.

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termino já, Sr. Presidente.

Efectivamente, temos vitórias assumidas, temos derrotas e assumimo-lo, agora temos uma questão muito clara nesta declaração política do Partido Socialista: é que o objectivo do Partido Socialista é, mesmo através da mentira... E o senhor, ali, mentiu. A Sra. Presidente do Partido Social Democrata dos Açores, a Dra. Berta Cabral, nunca em nenhum momento disse que não era Presidente do PSD e era a Presidente da Câmara de Ponta Delgada.

**Deputado Helder Silva (PS):** O sentido de palavras da Sra. Presidente da Câmara de Ponta Delgada foi claro: “Eu não posso ser candidata aos 19 municípios”!

**O Orador:** Não. Assumi, já ontem lhe mostrei aqui claramente que na própria noite das eleições disse que o objectivo de conseguir a maioria das câmaras municipais e juntas de freguesia da Região não foi alcançado. Quando se diz que não se alcançou o objectivo, está-se a admitir uma derrota.

Portanto, o senhor mente, volta a mentir e para quê?

Porque a vossa preocupação, obsessiva, como ali acabou de se ver, pela líder do Partido Social Democrata, demonstra qualquer coisa. Os senhores têm uma preocupação obsessiva, estão sempre a falar, estão sempre a tentar encontrar um ou outro ponto para a atacar. Isso consola-nos, sabe? Porque nos dá a certeza de que estamos no bom rumo. Dá-nos a certeza de que o PSD liderado pela Dra. Berta Cabral está a causar moossa no Partido Socialista.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O Partido Socialista está efectivamente a temer o que possa acontecer nos próximos actos eleitorais e, designadamente, o que possa acontecer em 2012. Portanto, os vossos ataques...

**Deputada Catarina Furtado (PS):** O senhor já disse isso várias vezes!

**O Orador:** “O senhor já disse isso”? Aquele senhor acabou de dizer tudo aquilo que disse ontem, não disse nada de novo.

Agora, os senhores temem, efectivamente, a Dra. Berta Cabral, temem o PSD liderado pela Dra. Berta Cabral e temem que a continuidade de desaires sucessivos, de perdas sucessivas de votos que têm tido ao longo dos últimos actos eleitorais vão dar origem, em 2012, a uma alteração substancial daquilo que se passa, ao nível desta Região, ao nível das Eleições Legislativas Regionais. Os senhores temem isso e nós temos esperança nisso. Concretamente no caso autárquico, temem que, novamente, tal como se passou em 1993, a vitória que podem clamar agora relativamente às eleições autárquicas se vá transformar de novo num desaire em 2013.

Para nós é bom e foi muito bom ouvir o Sr. Deputado Helder Silva, ali, com aquela declaração. Dá-nos a certeza de que estamos no rumo certo.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Helder Silva fez aqui a sua declaração política.

Eu felicito todos os autarcas eleitos, de todos os partidos. Já tinha tido a oportunidade de felicitar o seu líder pela vitória nas eleições autárquicas e, portanto, não achei necessidade de vir aqui fazer declarações sobre eleições, “chover no molhado” e não trazer nada de novo a este Parlamento. O que se veio para aqui foi gastar tempo num exercício de, enfim, auto-bajulação, que me parece não ser útil para este Parlamento e para a democracia.



De resto, Sr. Deputado, começo por si e pelo Faial. Na sua condição de máximo dirigente político do Faial, nunca teve a competência para se eleger sozinho, elegeu-se sempre à conta dum capote. V. Exa. era o tal que, na sua estratégia, defendia que o PS devia concorrer à câmara coligado com o PC. Era a estratégia do grande líder faialense. Está na comunicação social da altura que o senhor achava útil a coligação do PS e do PCP.

**Deputado Helder Silva (PS):** Nunca defendi tal coisa.

**O Orador:** É verdade, isso está publicado.

Obviamente que não tenho o documento aqui, Sr. Deputado, mas são declarações suas.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Vou tentar arranjar o documento onde o senhor dizia e defendia exactamente isso.

Vamos agora às lideranças, Sr. Deputado Helder Silva.

Eu estou muito satisfeito com os resultados do CDS. Crescemos. E estou muito satisfeito com o desempenho de todos os candidatos do CDS nas diversas ilhas onde concorremos.

Eu lembro só ao Sr. Deputado que o CDS tem 10%, é um partido de média dimensão. Mesmo assim, concorreu a quase todas as ilhas. Digo-lhe mais uma a que não concorremos: foi à Graciosa. Corvo e Graciosa. Concorremos em 7 ilhas, com a nossa votação, mas não fomos, nem precisamos de ir, buscar candidatos aos outros partidos, por não termos no nosso, como aconteceu no vosso. Percebeu, Sr. Deputado?

Mais: ainda agora, Sra. Deputada, não precisa sair da Terceira, veja o vosso número 2 à Câmara Municipal. Não precisa sair da Terceira, vamos por aí fora. Portanto, os senhores, como partido... O Sr. Deputado tem memória curta. Não se lembra dos tempos em que o PS não concorria nas ilhas todas e muito menos nos concelhos todos, Sr. Deputado? É novo, está cá há pouco tempo? Não se lembra? Não se lembra desse tempo?

**Deputado Francisco César (PS):** Onde é que o Sr. Deputado quer chegar?

**O Orador:** Há-de ir ver a história, para ver o que lhes acontecia no início dos anos 80 e por aí fora. Esse seu argumento, enfim, é lamentável.

De resto, já lhe disse, estou muito satisfeito com o mérito dos meus candidatos. Têm mérito próprio. Para se fazerem eleger para a assembleia municipal, para as juntas de freguesia, para as freguesias, etc., para as assembleias municipais de Ponta Delgada, de Velas, de Santa Cruz das Flores, não precisaram que o líder regional fosse lá fazer campanha com eles e dar-lhes uma pancadinha nas costas! Dar-lhes uma pancadinha nas costas, a dizer “se tu fores eleito, eu dou-te um dinheirinho para isso”! É uma vergonha! É vergonhoso, percebe? Mas é essa a vossa actuação.

Vou explicar-lhe mais: os senhores ganharam muitas câmaras devido à promiscuidade entre o Governo e as candidaturas do Partido Socialista, em que o Governo ia fazer promessas e os senhores, despudoradamente, faziam promessas que sabiam não serem autárquicas e que eram do Governo! Quer exemplos também, ou quer que lhe traga os papéis?

**Deputados Francisco César e Helder Silva (PS):** Traga.

**O Orador:** Ou o senhor sabe disso? Despudoradamente, serviam-se do Governo para alcançarem o poder local. Isso não é mérito, Sr. Deputado Helder Silva.

Para finalizar, eu percebo o grande desgosto de Carlos César: ter tido uma derrota no seu concelho, uma derrota colossal no seu concelho de Ponta Delgada. Isso o senhor não referiu aqui, era essa que o senhor devia ter referido.

Ainda vou referir mais uma coisa, Sr. Deputado: fazendo um apanhado das eleições onde, felizmente, nós crescemos...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra, agradecia que o deixassem terminar.

**O Orador:** Sr. Presidente, ou se acaba com esse diálogo...

Sr. Deputado Francisco César, eu estou a falar, agradeço que respeite.

**Deputado Francisco César (PS):** Os apartes são regimentais!

**O Orador:** Eu estava a falar com o seu líder e o senhor está em diálogo com a bancada do PSD, com a bancada do PC, em diálogo com tudo! Não sei quem é que aqui... Eu estou a falar, agradeço pelo menos o seu silêncio, já que a sua atenção será difícil.

Eu ia terminar, Sr. Deputado Helder Silva, dizendo que reconheço em Carlos César um grande líder. Vou explicar-lhe porquê: o PS sem Carlos César vale pouco, Carlos César acrescenta muito ao Partido Socialista e vou dar-lhe um exemplo prático, que são as Europeias. Quando Carlos César não fez campanha, ele próprio, e esteve ausente da Região, os senhores levaram uma derrota colossal. Sabe porquê? Porque os senhores não têm credibilidade. Sabe porquê? Porque o Partido Socialista vale 20 ou 25% e os outros 20% vale o Carlos César. Por isso é que os senhores estão pedindo a César: “candidata-te, César, para as próximas, senão nós morremos”! É por isso que os senhores estão com medo da Berta Cabral e querem César! Está a perceber, Sr. Deputado? Porque aí dessa bancada começo numa ponta, acabo na outra e ainda vou ao outro Partido Socialista e os senhores não têm ninguém para suceder a Carlos César! Os senhores estão com o problema da sucessão, não têm ninguém!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Sr. Secretário, nem sequer nessa, nem sequer aí. Pese as ambições de V. Exa., nem sequer aí! Apesar de se sentar aí, nem aí! Nessa matéria, ele em 100% acrescenta 100% ao Partido Socialista e é isso que vos entristece.

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** É isso que vos entristece, Sr. Secretário, está a perceber?

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** A liderança forte incomoda muita gente.

**O Orador:** Não, Sr. Deputado. A liderança reconheço-a a Carlos César e reconheço que o Partido Socialista, sem Carlos César, vale menos de metade daquilo que vale agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos da bancada do CDS/PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui uma ligeira discordância em relação ao Sr. Deputado Artur Lima.

A questão é que penso que o Presidente Carlos César é um dos derrotados daquela noite autárquica, porque naquela noite – lembro-me perfeitamente, até no último Plenário –, as únicas palavras que se ouvia sair da boca do Sr. Presidente do Governo Regional eram “Santa Maria, Santa Maria”. Corríamos os telejornais e era Santa Maria, as viagens eram para Santa Maria, eu pensava que aquilo até já fosse uma espécie de conversão à Nossa Senhora, foi o que achei ao longo deste tempo de insistência com Santa Maria.

O Sr. Presidente do Governo Regional perdeu nessa aposta pessoal que fez a Santa Maria. O Sr. Presidente do Governo Regional é um dos grandes derrotados dessa noite, em contraposição ao Sr. Secretário José Contente que, de facto, demonstrou que nas ilhas que estavam a seu cargo, realmente, conseguiu resultados positivos. Aqui, penso que o Sr. Presidente Carlos César, em Santa Maria, demonstrou a vulnerabilidade da sua liderança.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Inclusivamente na sua ilha.

**O Orador:** Depois, também vos quero dizer que o Sr. Presidente Carlos César teve aqui, em relação ao discurso da vitória das autárquicas, uma mudança de registo muito grande.

Já tive a oportunidade de dizer ontem que aquele registo trauliteiro, arrogante e prepotente, tentando humilhar os vencidos, aquele discurso vergonhoso que ele fez na noite eleitoral em relação à Assembleia da República e à vitória que obteve para a Assembleia da República, esse discurso não sai da memória dos açorianos, não sai. Aquelas comparações, aquele ataque que fez às restantes lideranças, nomeadamente em relação à Dra. Berta Cabral, foi algo que envergonha a democracia, foi vergonhoso! Eu senti-me ofendido na minha dignidade

democrática quando ouvi aquele discurso vergonhoso. Evidentemente, aconselhado por muitos, com certeza, mudou o registo na noite das Autárquicas.

Finalmente, quero também aproveitar este momento para prestar a minha solidariedade ao Dr. Paulo Casaca, porque foi um digno vencido. O Presidente Carlos César, como sempre, na noite da vitória lembrou-se dos que ganharam e esqueceu-se dos que perderam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio não haver mais inscrições. Assim sendo, dou a palavra ao declarante, o Sr. Deputado Helder Silva, para encerrar. Tem a palavra.

(\* **Deputado Helder Silva (PS)**: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD continua a falar em fim de ciclo, agora de outra maneira, já não diz bem fim de ciclo, “chuta para a frente” e fala em 2012, agora já fala em 2013...

**Deputado João Costa (PSD)**: Vem a seguir a 2012!

**O Orador:** A verdade é que o PSD gizou uma estratégia eleitoral que estava baseada – a exemplo, aliás, da estratégia a nível nacional –, numa perspectiva de que o desgaste e o tempo seriam suficientes para alcançarem uma vitória. Tudo isto devia ser feito com muito poucas ondas. Repare-se:

Europeias – a líder nacional diz que deve ser uma candidata e designa-a; a Dra. Berta Cabral encolhe os ombros e diz “pois, muito bem” e deixa aquele que é, ou era, o candidato anunciado ao Parlamento Europeu.

Câmaras municipais – “o melhor e mais fácil é deixar estar os mesmos, porque se nós vamos andar aqui a mexer muito levanta-se muita poeira e isto pode desgastar-nos um bocado; deixá-los ficar”, “mas alguns até nem estão muito satisfeitos, não basta estarem...”, “pois entretanto candidate-se também a deputado”. Porventura, agora até vai dando sinais de que não quer mexer muito em nada, nem naquilo em que pode mexer, designadamente na própria bancada do PSD.

São opções da Dra. Berta Cabral, mas a verdade é que ao longo dos meses a Dra. Berta Cabral vai projectando uma imagem duma moleza política muito contrastante, aliás, com a imagem que pretendia há um ano projectar de si própria e

o PSD projectar dela mesma. A verdade é que Berta Cabral vai projectando uma imagem de um líder sem coragem e, como é sabido, não há líderes sem coragem.

Isto é um grande contraste e tem sido um grande contraste com aquela que tem sido a postura do PS – que aliás muito tem preocupado o PSD e agora começa aparentemente a preocupar também o PP –, que é precisamente uma postura de abertura, de renovação. Ainda ontem as declarações da vossa líder mostravam precisamente esta preocupação. O PSD, “as pessoas deles”, os simpatizantes, os militantes, “são nossos, não podem sair daqui; foram-nos buscar um dos nossos para Director Regional da Cultura”. O Sr. Deputado Artur Lima também parece que está preocupado com isso.

Na verdade, é bom que os Srs. Deputados entendam que isto tem a ver com uma perspectiva da governação e da liderança que é uma perspectiva de renovação, de se recandidatarem, quando necessário, novos candidatos, se refrescar a política e de refrescamento do Partido Socialista. Esta é uma postura de grande contraste com aquilo que tem sido a vossa postura ao nível do PSD.

A verdade é que os senhores – eu disse-o ontem e vou reiterá-lo, porque é importante dizê-lo –, junto com a vossa líder regional, são a face visível desta derrota histórica do PSD. Esse registo deve aqui ficar, neste momento, devidamente sublinhado. Como sublinhado deve ficar aquela que é a vossa postura, agora, mais uma vez, de fuga para a frente. 2012, os senhores fogem para 2012. É uma estratégia que, naturalmente, só pode interessar à vossa líder. Aliás, acho que só pode interessar mesmo à vossa líder do PSD: “agora não conseguimos, nas outras não conseguimos, mas vamos conseguir em 2012”. É um discurso que eu só posso entender como sendo interno, virado para dentro.

A verdade é que esta análise que fazemos do PSD não podemos deixar de a fazer, não é? É o maior partido da oposição. Fizemo-lo quando tinha outros líderes antes, faremos e continuaremos a fazer quando, amanhã, o PSD tiver um outro líder à frente do vosso partido.

A verdade é que esta análise não somos só nós que a fazemos. Esta análise é partilhada por muitos dos analistas políticos da nossa praça, muitos dos quais são destacados militantes do PSD. São eles que o dizem, não somos nós. Aquilo que eu

disse ali da bancada, relativamente à postura da vossa líder na noite das eleições autárquicas foi dito, de forma muito mais incisiva, por alguns dos vossos companheiros de partido, muitos dos vossos companheiros de partido. Tenho aqui muitos dos escritos que foram apresentados durante os dias seguintes às eleições e foram essas as análises que foram feitas.

Eu não quero terminar sem dirigir uma palavra ao Sr. Deputado Artur Lima que, com prazer, participou também neste debate e acompanhou-nos nesta declaração política, para lhe dizer: não esteja preocupado com a nossa abertura e eventual inclusão de algum ex-militante do CDS ou simpatizante nas nossas listas, porque a verdade é que a política é assim.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Já conhecemos mais do PS!

**O Orador:** Os senhores também tiveram penso que um mandatário do Partido Socialista, não é? Esteve nas vossas listas e foi mandatário numa lista do CDS e devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que isso não nos preocupou absolutamente nada.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Nunca foi do PS, era independente.

**O Orador:** Dizer-lhe também que, quanto ao seu exercício de o PS valer metade dos resultados eleitorais que tem, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que – infelizmente ou felizmente, não sei – não posso dizer o mesmo em relação ao CDS/PP, sabe? Eu não posso dizer exactamente a mesma coisa em relação ao CDS/PP. Quando o Sr. Deputado diz que o PS vale metade dos resultados eleitorais que tem, atribuindo a outra metade ao nosso líder, devo dizer-lhe que não posso dizer a mesma coisa do CDS/PP. Sabe porquê? Porque o CDS/PP, em contraste com isto que o Sr. Deputado agora aqui afirmou, quando se trata de eleições autárquicas tem muito mais votos, ou teve, do que quando tem outro tipo de eleições, onde a cara do líder é muito mais importante.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é mentira.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é falso.

**O Orador:** Nessas, o CDS/PP vale sempre menos 7%!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado, tem três minutos.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Deputado Helder Silva, muito rapidamente, venho fazer a defesa da honra da acusação grave que o senhor fez de que, nas Autárquicas, o...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Quando eu começo a falar, os senhores começam um diálogo?

Muito rapidamente, tão sucintamente, para dizer isto: Sr. Deputado, lamento, mas o senhor deve ter “chumbado” a matemática e não sabe fazer contas. Veja os votos que tivemos nas Legislativas, os votos que tivemos nas Europeias, os votos que tivemos nas Regionais e os votos das Autárquicas. O que o senhor disse aqui é uma falsidade enorme!

**Deputado Helder Silva (PS):** Menos 7%.

**O Orador:** É falso, falso, falso!

Tivemos cerca de 4,5% nas Autárquicas e tivemos 10,5% nas Legislativas, 8,7% nas Regionais e 8,4% nas Europeias! Fica, assim, desmentida a falsidade enorme que o senhor acabou de referir aqui.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para?

**Deputado Helder Silva (PS):** Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem três minutos.

(\* **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou aproveitar, não para responder a esta questão menor e defesa da honra do Sr. Deputado...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não! Responda!

**O Orador:** ...mas para lhe dizer, aproveitando este momento e esta circunstância, que em momento nenhum eu o declarei e, portanto, o senhor não pode afirmar que defendi uma coligação com a CDU. Não permito que o Sr. Deputado faça afirmações desse tipo, porque isso é falso!



**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é cobardia! Use o tempo para aquilo para que pediu a palavra, contra-protesto!

**O Orador:** Tenho de, em nome da honra também, minha e deste Grupo Parlamentar, afirmá-lo neste momento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos serenar os ânimos, vamos prosseguir o nosso debate.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os estudos comparativos internacionais, no âmbito da educação, permitiram tornar factual, a partir do início desta década, aquilo que era uma evidência do senso comum: o nosso sistema educativo é dos que prepara pior os alunos no âmbito da OCDE. Os resultados obtidos no PISA em 2000, 2003 e 2006 colocaram o desempenho dos alunos portugueses muito abaixo da média obtida pelos alunos dos outros países da OCDE.

Na medida em que estamos a falar de um sistema educativo que possui imensas vulnerabilidades, torna-se extremamente grave que num conjunto que está na cauda da Europa em termos de resultados, os resultados obtidos pelos alunos açorianos, nos exames do ensino secundário, nos coloquem abaixo da média nacional.

De acordo com os dados tornados públicos, a melhor escola açoriana, em termos da média dos exames realizados no ensino secundário, ocupa o lugar número 143 no *ranking* das escolas secundárias portuguesas. Repito: o lugar número 143. Trata-se da Escola Secundária Antero de Quental, que obteve uma média de 10,95. Depois dela surgem as Escolas Secundárias Domingos Rebelo (175), Manuel de Arriaga (213) e Jerónimo Emiliano de Andrade (214). A partir daí, o descalabro acentua-se, pois a escola secundária açoriana seguinte só surge no lugar número 410. Trata-se da Escola Secundária da Lagoa, com uma média de 9,49, embora a média interna fosse de 12,12.

Para abreviar esta descrição – penosa para todos nós – importa sintetizar o que aconteceu numa só frase: os resultados obtidos pelas escolas açorianas, nos exames do ensino secundário do ano lectivo anterior, foram absolutamente catastróficos e revelam até que ponto a gestão socialista na educação não teve êxito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sei que na resposta a estes dados factuais e límpidos como a água, o tribuno socialista de serviço dirá que não liga aos resultados obtidos nos exames do ensino secundário. Dirá que o que lhe interessa são as festarolas, os computadores Magalhães e as aulas de inglês do primeiro ciclo. Se for caso disso, debitará o número de tijolos da última construção escolar e dirá que antes dos cabelos brancos do núcleo duro do Governo Regional as coisas ainda eram piores.

Importa aceitar a realidade e saber o ponto de partida para se puder planificar a derrota do fracasso. Não irei insistir no diagnóstico.

Todos sabemos qual foi o ponto de partida do nosso sistema ensino e as dificuldades que marcam o dia-a-dia de uma parte significativa das nossas famílias. Todos sabemos a espiral de desprestígio em que desliza o nosso sistema de ensino e a irracionalidade de muitas das decisões governativas.

Todos sabemos que as famílias açorianas não estão isentas de responsabilidades, na medida em que não valorizam, de forma suficiente, a escola e tudo o que ela significa para o futuro dos seus filhos. Não isento de responsabilidade os políticos, os professores e os alunos: todos temos a nossa quota-parte de responsabilidade, embora a do Partido Socialista seja a maior porque lhe coube a responsabilidade de governar em nome dos cidadãos, com os resultados que se conhecem e se lamentam.

Proponho-vos, por isso, uma reflexão sobre o futuro do nosso sistema de ensino. Temos de a iniciar com urgência. Como sabem, começou a contagem decrescente para se tornar efectiva a escolaridade obrigatória até aos 18 anos, ou seja, no ensino secundário. Se os resultados de quem não frequenta o ensino secundário compelido, obrigado, já são estes, imaginem o que nos espera quando ali chegarem os milhares de alunos que o aumento da escolaridade obrigatória projectará no sistema educativo regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou dizer-vos, com forçada brevidade, aquilo em que acredito:

Acredito num sistema educativo totalmente gratuito. Em que a Região suporte a aquisição dos manuais escolares e do restante material didáctico o que, aliás, é mais uma das promessas que o Sr. Presidente do Governo Regional não está a cumprir. Em que esteja garantida, de forma gratuita, uma refeição quente a todos os alunos açorianos;

Acredito no reforço da rede de bibliotecas escolares e na promoção de hábitos de leitura. Para que todos tenham oportunidades semelhantes na nossa sociedade;

Acredito na realização de uma campanha insistente junto dos pais para que participem na vida das suas comunidades escolares. Uma participação que se quer reivindicativa, mas sobretudo cooperativa no esforço de valorização da imagem da escola;

Acredito no reforço da autoridade dos professores e no aumento da disciplina nas nossas escolas.

Acredito numa aposta deliberada na formação pedagógica dos professores. Falo de uma exaustiva formação dos professores. Falo de esforço e dedicação em troca de prestígio e reconhecimento.

Acredito na valorização da imagem social dos professores. Quero professores motivados, bem pagos e imbuídos de um espírito de missão. Um espírito que ganhe os alunos através da motivação insistente e inquebrantável. Um espírito que não aceite um único caso como perdido. Um espírito que fomente a solidariedade e a colaboração entre os alunos para que eles próprios não deixem e não tolerem que ninguém, absolutamente ninguém, fique para trás.

Acredito num sistema educativo simples. Poucas leis, pouca burocracia e toda a atenção focalizada na preparação e leccionação de aulas e actividades que valorizem os alunos.

Acredito num sistema em que os docentes usufruam de grande autonomia pedagógica e colaborem assiduamente na missão de valorizar e potenciar as capacidades e apetências de cada aluno.

Acredito num sistema que escolha e seleccione os melhores. Falo em terminar com constrangimentos territoriais no concurso de docentes, num sistema aberto à pluralidade das formações universitárias de todo o país. Num sistema que quer atrair os melhores, onde quer que eles estejam neste país.

Acredito em currículos e programas escolares menos dispersos e mais operativos.

Acredito nos alunos e professores açorianos. Acredito que podemos estar entre os melhores.

Acredito num sistema educativo açoriano que dê a conhecer aos alunos a singular história do Povo Açoriano.

Acredito que o sucesso depende da remoção da “tralha chilena” que atamanca o nosso sistema educativo.

É por acreditar em tudo isto que já comecei a fazer a parte que me toca. Cortando o lastro que impede que o navio da educação navegue, finalmente livre, rumo à ambição e ao sucesso educativo de todos, absolutamente todos, os alunos do sistema educativo açoriano.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições na sequência da declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não havendo inscrições, passamos para a declaração política seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não há resposta! É tão mau, tão mau, tão mau, que não há resposta.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Não há paciência!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ah, pois não! Os resultados são tão maus que não há mesmo paciência! É uma vergonha!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Aníbal Pires gostaria de começar a sua declaração política, se fosse possível.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Dão-me licença, Srs. Deputados?

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passou sensivelmente um ano desde que o Governo tardia e relutantemente acabou por reconhecer que a tal crise “que chegaria mais tarde aos Açores e que se iria embora mais cedo”, tinha afinal chegado. Mas a crise já estava instalada, antes mesmo de ser decretada e não tem dado sinais de se ausentar nem mais, nem menos depressa, como profeticamente foi anunciado.

Passou cerca um ano desde que começaram a ser implantadas na Região várias medidas de combate a essa crise e aos seus efeitos. É, portanto, tempo de fazermos um balanço.

É nossa responsabilidade olhar para o estado da Região, avaliar a eficácia das acções desenvolvidas e de, construtiva e humildemente, introduzir correcções e novas vertentes de intervenção que se julguem necessárias.

Os açorianos exigem-nos que encontremos respostas e não basta refugiarmo-nos no estafado argumento de que a crise é internacional, tal como a gripe, e que nada mais nos resta do que cerrar os dentes e suportá-la o melhor que pudermos, sabendo-se que quem a suporta são sempre os mesmos. A crise, como sabemos, não é para todos.

Os dados e indicadores necessários para este balanço aí estão e são claros para todos os que os quiserem ler sem a cegueira do dogmatismo ideológico ou do seguidismo partidário.

Os que acenam como sinal de confiança e retoma a recuperação que se tem verificado nas principais bolsas onde se desenvolve a economia virtual, como sendo um indício infalível da ansiada recuperação da economia real, demonstram que nada aprenderam com o desastre global que vivemos, pensando provavelmente que tudo voltará a ser como dantes, com os sectores especulativos a continuar a desbaratar a riqueza das nações por tóxicas fantasias financeiras, a troco da miséria de mais de metade dos habitantes do planeta.

Aos que, como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, tentam fazer passar a ideia de que estamos apenas perante uma crise de confiança, dizemos:

Olhe para os números, Sr. Vice-Presidente!

Olhe para o grau de endividamento das empresas e das famílias, olhe para a retracção da produção e do consumo, olhe para o crescimento do desemprego e diga-nos se se trata meramente de uma questão de confiança!

Olhe para estes números com realismo, olhe para estes indicadores com a atitude de quem quer enfrentar a realidade e resolver o problema.

Não “esconda o sol por detrás da peneira” Sr. Vice-Presidente.

E note que, por mais que repita que o problema é de confiança dos mercados e dos consumidores, por muitas vezes que o repita e por muito que o deseje, isso não se vai tornar verdade.

Não bastam palavras ou boas intenções, Sr. Vice-Presidente. Só com medidas concretas e de ruptura com os modelos falidos será possível lutar contra a crise.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A verdade que temos de enfrentar é que, não só a crise não está debelada, nem controlada, nem terminada, como na verdade se tem aprofundado. O que temos de assumir é que muitas das medidas tomadas se revelaram completamente insuficientes quando não, mesmo, inúteis.

O ritmo de destruição de emprego na Região atinge níveis alarmantes em todas as áreas de actividade, mas com ainda mais acutilância na construção civil, sector central no nosso mercado de trabalho. Também por isso, somos infelizmente a Região do país onde o desemprego mais tem crescido.

O brutal aumento do desemprego e as expectativas pessimistas que, quer a União Europeia, quer a OCDE, têm publicado sobre a evolução para o ano de 2010 exigem políticas concretas, eficazes e assertivas para contrariar esta tendência negativa. Uma tendência que põe em causa qualquer pretensão de desenvolvimento harmonioso, qualquer esperança de avançarmos no caminho da tão desejada coesão social, territorial e económica.

Por outro lado, os rendimentos dos trabalhadores açorianos, apesar dos mecanismos existentes, em termos de fiscalidade e de acréscimos salariais, continuam a apresentar valores substancialmente inferiores aos dos seus congéneres continentais. Que fique muito claro para todas as Sras. e Srs. Deputados: Os trabalhadores açorianos estão entre os mais pobres do país.

A pobreza e a exclusão social são uma realidade em curva ascendente, da qual, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, quer do ponto de vista político, quer mesmo do ponto de vista humano, não nos podemos alhear metendo, como essa magnífica ave que dá pelo nome de avestruz, “a cabeça na areia”.

E nós avisámos, Sras. e Srs. Deputados. Em tempo oportuno, o PCP Açores tomou posição sobre estas medidas, uma posição que importa recordar:

Concordámos e concordamos com o declarado objectivo estratégico da manutenção de emprego, mas considerámos e consideramos que as medidas enfermam de uma visão unilateral do problema e de uma abordagem parcial da solução, porque são apenas e só orientadas para o apoio às empresas e, ainda assim, sempre com a banca de permeio.

Os trabalhadores, independentemente dos seus vínculos e qualificações, não foram apoiados e viram o ciclo de desvalorização do seu rendimento acentuar-se. Para eles, nenhuma medida específica. Às famílias, apenas lhes restou esperar que os seus rendimentos líquidos aumentassem por via dos esperados factores externos, tal como a descida das taxas de juro, a redução do preço dos combustíveis ou uma inflação abaixo dos valores que serviram de referência para os aumentos salariais, pois da parte do Governo Regional nada lhes foi dado, nem garantido.

A política dos mega-investimentos é frequentemente desproporcionada em relação à nossa realidade e não vem corrigir as nossas assimetrias, sendo bastas vezes norteadas, não pela preocupação de dar resposta a prioridades reais para o desenvolvimento local e regional, mas, pelo contrário, visando a satisfação de clientelismos e a execução de estratégias político-eleitorais.

A realidade mostra-nos que bem podemos comprar casas por atacado ou bonificar os lucros bancários, que não será assim que esta situação se altera!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política não visa a crítica pela crítica, a oposição pela oposição. Bem pelo contrário, o objectivo desta intervenção é certamente o diagnóstico mas, sobretudo, um alerta para a realidade e para a necessidade de que se registem alterações profundas nas políticas regionais, num período que antecede a discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2010.

Esta declaração política é de uma oposição. De uma determinada oposição.

Uma oposição consequente que trabalha para que as suas posições e propostas possam obter acolhimento nesta Câmara e ter efeitos positivos e transformadores na sociedade açoriana.

Uma oposição que contesta mas que propõe. Uma oposição que critica mas que indica rumos diferentes. Uma oposição empenhada na seriedade do trabalho parlamentar e não na ligeireza da frase sonante ou no *sound byte* oportuno. Esta é, como sempre foi e será, a nossa atitude.

E é, assim, ancorados nesta atitude que consideramos ser o nosso dever apontar os caminhos necessários para fazer face à crise social e económica que se vive nas nossas ilhas.

Só poderemos combater o desemprego com medidas eficazes de apoio aos sectores efectivamente produtivos, que permitam não só dar trabalho aos açorianos, mas também que tragam, como sempre trouxeram, riqueza e desenvolvimento para a nossa Região.

Só poderemos combater a pobreza e a exclusão social dando passos decididos no sentido de uma distribuição mais equitativa da riqueza. Uma redistribuição que só pode ser feita no plano dos rendimentos e não no dos subsídios.

Só poderemos combater as assimetrias com um investimento público que não contribua para concentrar ainda mais as actividades e as pessoas, agravando ciclos viciosos que têm despovoado os nossos concelhos e paralisado o seu dinamismo.

Precisamos de investimento público, sim, mas de um investimento público que atenda às necessidades e especificidades sociais e económicas, valorizando-as de modo a que a Região seja mais, muito mais, do que a mera soma das suas parcelas.

Um investimento que abandone em definitivo o dogma da competitividade global e dos mercados de escala e afirme a nossa economia, com produtos e serviços diferenciados e de excelência. A nossa experiência recente prova à sociedade que essa tem de ser a aposta, porque escala para competir nesses mercados, dificilmente alguma vez teremos.



Um investimento que potencie as dinâmicas económicas, sociais e culturais e adoptando estratégias de complementaridade, ao invés de apoiar o desperdício de recursos na competitividade cega.

Um investimento, por fim, que ponha as pessoas antes dos lucros e que contribua, efectivamente, para o progresso dos Açores.

Disse.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições no debate.

Estão inscritos o Sr. Deputado Helder Silva, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Deputado Aníbal Pires, que tem um minuto.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Helder Silva, faça o favor.

(\* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires, em nome do PCP, trouxe-nos aqui uma declaração política sobre a crise e os impactos da crise, numa perspectiva que nós vimos verificar-se aqui nesta Assembleia recorrentemente, que é a de se pegar nalguns números da crise – esta crise internacional que, infelizmente, alastra por todo o lado, por todos os países, por todos os continentes e que nos atinge também aqui a nós, nos Açores – e pretender de alguma forma demonstrar, sem o fazer, que se temos crise aqui nos Açores é porque as políticas não são as mais ajustadas e as respostas não são as melhores para a situação de crise que vivemos. Esta é, de facto, a questão fundamental.

Que temos crise, todos nós sabemos; que ela se vem prolongando, todos nós sabemos; mas o Sr. Deputado Aníbal Pires deixa-nos também aqui esta visão – que é a visão do PCP e nós respeitamos – que é aproveitar a crise para afirmar a necessidade de ruptura com o sistema económico vigente, numa perspectiva que é... E vindo, muitas vezes, de partidos como o PCP, fica-nos sempre aquela questão: mas qual é o modelo alternativo que o PCP defende, como resposta para, ou substituição a, o actual modelo económico que temos? Porque, na verdade, estas coisas ditas assim até podem parecer muito bonitas a alguns daqueles que nos ouvem, mas eu não posso deixar de dizer e de perguntar qual é, concretamente, o modelo alternativo que o Sr. Deputado defende? Nós ouvimos o PCP, muitas

vezes, fazer este tipo de afirmações vagas, muito interessantes, mas, depois, nunca concretiza, digamos, aquilo que são os modelos que defende. Nós sabemos aqueles que o PCP defendeu no passado, mas também deixou de falar nesses modelos e, portanto, ficamos sem saber o que, no presente, vem defendendo.

A verdade sobre esta projecção duma visão negra da economia – sendo certo que a situação internacional é difícil, que a crise se vai prolongando, isso é verdade, porque é factual – é que temos também, enquanto políticos, a responsabilidade de não tornar mais negra, de projectar ou pintar de forma mais negra ainda o quadro internacional.

A verdade é que vão surgindo alguns sinais de retoma dos mercados, que foram aqui, de alguma forma, diminuídos por parte do Sr. Deputado Aníbal Pires. É verdade que com flutuações, mais recentemente com algum afundamento, mas até nem fica bem ficarmos assim, como que, às vezes, até parece que um bocadinho satisfeitos, porque isto afinal não está a dar resultado e lá vai isto afundar-se outra vez, porque a verdade é que o nosso modelo assenta na economia, assenta no mundo financeiro, assenta na banca, tem um pilar na banca, tem pilares também ao nível daquilo que é o sistema accionista, na bolsa. Portanto, desvalorizar a importância da banca, da bolsa, para o bom funcionamento dos mercados e da economia é cometer um erro – digo-lhe eu, Sr. Deputado, é cometer um erro –, sobretudo quando, como disse há pouco, não apresenta qualquer resposta.

A verdade é que o Sr. Deputado aproveita isto para pretender sugerir que as respostas que vamos dando não são as adequadas.

Se é verdade que nós, o Partido Socialista e o seu Governo, não temos a pretensão de ter as melhores respostas do mundo para esta crise, porque provavelmente ninguém as tem, a verdade é que muito daquilo que o Sr. Deputado disse não é verdade, designadamente quando o Sr. Deputado diz que os apoios vão apenas para as empresas. Mesmo que o sejam – e alguns são, muitos dos apoios foram dirigidos para as empresas –, é importante direccionar apoios e fortalecer as nossas empresas e estimulá-las, porque da boa saúde das empresas só pode resultar o bom emprego e as boas taxas de emprego e, portanto, a boa saúde das famílias e das pessoas.

Pretender fazer com que, ou projectar esta imagem, de que as empresas são uma coisa e as pessoas e as famílias são outra é cometer um erro crasso.

Porém, a verdade é que não só tem havido estímulos às empresas e soluções que têm sido desenvolvidas para as empresas – de linhas de apoio à reestruturação do endividamento; de linhas de crédito e apoio à criação de fundos de maneio; de antecipação de pagamento de participações governamentais; de apoio à manutenção de postos de trabalho; de estímulo à formação profissional dos trabalhadores; de criação de observatórios, de apoio e estímulo do mercado imobiliário, aliás com alguns efeitos perceptíveis; com o aumento da despesa pública de investimento de mais de 10% durante o corrente ano; de duplicação, durante os próximos anos, das dotações orçamentais ao investimento privado; tudo isto apenas para citar algumas das medidas que têm sido apresentadas e desenvolvidas e implementadas pelo Governo Regional, nesta perspectiva de soluções para as empresas –, têm existido também muitas medidas que são direccionadas para as famílias: de complemento regional do abono de família; de redução das taxas de IRS, que é a mais baixa que temos no país; de regime de bolsas de estudo para o secundário; de apoio à aquisição de medicamentos para idosos; de aumento do salário mínimo, que é superior em 5%, na Região, quando comparado com o salário mínimo a nível nacional; de criação de gabinete de apoio às famílias para renegociar os seus créditos; de níveis remuneratórios superiores, na administração pública na Região, àqueles que se verificam a nível nacional e que atingem cerca de 18% da nossa população activa; e tantos outros apoios e estímulos que têm sido apresentados.

Portanto eu não posso, não podia, deixar de fazer esta intervenção, para desmentir, porque é disso que se trata, aquilo que é, por um lado, a visão catastrófica do PCP sobre a economia e os mercados mundiais, sobretudo também pelo efeito que essa visão traz, negativa, para nós aqui nos Açores; mas também para lhe dizer, Sr. Deputado, que não é verdade: o Governo e esta bancada, têm estado preocupados, não apenas com as empresas – mas é importante que estejam preocupados com as empresas porque, como disse, das empresas resulta também a sobrevivência dos

nossos postos de trabalho –, mas têm estado também – e muito – preocupados com as famílias e com os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, para fazer uma abordagem também breve àquilo que foi a declaração do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Em primeiro lugar, para dizer que ouvi com bastante atenção a sua declaração, mas não encontrei, face às medidas que foram tomadas e apresentadas, uma única proposta alternativa. É muito fácil falar num modelo, num sistema que está mal, mas o outro sistema que conhecemos no passado acabou em 1990 e a alternativa que havia teve os resultados que todos nós conhecemos.

Permitam-me um segundo aspecto que considero fundamental: fazer a abordagem da capacidade que um governo terá, face a esta conjuntura internacional, de inverter, só por ele, a situação. Quero dizer-lhe que acusa o Governo Regional de não ter essa capacidade, mas terá de acusar todos os governos do mundo que, com outros meios e outras condições, também não o conseguiram. Não houve um único governo, no mundo inteiro, que tenha conseguido inverter essa conjuntura internacional.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Os Estados Unidos!

**O Orador:** Não vou entrar por aí, mas se quer ir aos Estados Unidos iremos, com todo o gosto.

O terceiro aspecto mais importante tem a ver com os erros, para além de abordagem de sistema, os erros estruturais da sua intervenção.

Primeira questão: as medidas de apoio foram dirigidas às empresas. Quero dizer-lhe que, no modelo de desenvolvimento que reconhecemos e que tem comprovadamente eficácia, quem cria emprego são as empresas. Quando se extinguem as empresas e o emprego, automaticamente está-se a caminhar para uma sociedade que teve, como referi, o seu fim ainda no século passado. Portanto, o

modelo que parte do pressuposto que é possível criar emprego sem apoiar as empresas é um modelo que foi falido e que não tem qualquer viabilidade.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Apoiado!

**O Orador:** Porém, ao contrário do que referiu, mesmo as medidas de que se esqueceu, as medidas que fizemos de apoio às empresas tinham, todas elas, uma condição para as empresas poderem aderir: a manutenção líquida dos postos de trabalho. Ou seja, no apoio que demos às empresas nas linhas Açores Invest, reestruturação do fundo de maneo e Açores Empresas, em todas elas, o apoio e a liquidez que introduzimos no mercado – superior a 200 milhões de euros de apoios já disponibilizados às empresas – tiveram como condição que essas empresas mantivessem o seu nível de emprego. Portanto, está aqui a resposta e a prova de que apoiando as empresas é possível, como fizemos, obrigar à manutenção do nível de emprego.

Segundo aspecto: referiu-se às medidas de empresas, mas lembro-lhe todas as medidas na área da valorização profissional, dos programas de financiamento da manutenção dos postos de trabalho, todo o apoio dado às famílias. A relação prática efectiva de que o rendimento do trabalho está a evoluir é o facto de, no último mês de Setembro, se ter atingido, em termos de rendimento declarado de trabalho, o valor mais alto de rendimento registado até hoje na Região. Este dado é objectivo, é concreto e é real, o que demonstra que, efectivamente, o problema, neste momento, da Região não está ao nível do rendimento do trabalho. Como foi referido, estruturalmente é importante assegurar a manutenção do nível de emprego, porque o rendimento líquido disponível das famílias, desde que seja salvaguardado o emprego, em 2009 subiu substancialmente em relação ao ano anterior, tendo em conta a conjuntura internacional e tendo em conta os efeitos da variação de indicadores, como a baixa das taxas de juro; a baixa dos preços dos combustíveis e das matérias-primas; o aumento real, pela primeira vez, do salário; e outras variações importantes que se reflectem, como referi, no rendimento disponível em Setembro ter atingido o valor mais alto de sempre.

Terceiro aspecto, que está num qualquer manual mínimo, básico, de economia: qualquer crise, qualquer conjuntura internacional, só se começa a vencer se for

retomada a confiança e a expectativa. De cada vez que se falar, que se retomar, que se insistir num cenário negro, num cenário de crise, estamos a minimizar a confiança, a confiança dos consumidores e a confiança dos investidores. É fundamental, para retomar o processo de crescimento económico, antes disso criar condições para a retoma da confiança. O trabalho, a visão e a perspectiva de retoma da confiança são necessários e fundamentais a todos os agentes, económicos, sociais e políticos. Criticar a inclusão no discurso da retoma da confiança é algo que não ajuda, nesta conjuntura. Se essa retoma da confiança fosse criada de forma artificial poderiam ter razão. No entanto, são todas as instituições internacionais que referem, nos seus relatórios actualizados, que, efectivamente, 2010 será um ano de inversão da tendência de decréscimo das economias mundiais.

Por exemplo, as economias mais avançadas, que terão, em 2009, um decréscimo das suas economias de 3,8%, têm uma perspectiva de crescimento já de 0,6% em 2010. As economias emergentes e em desenvolvimento têm uma perspectiva de triplicação do seu crescimento em 2010.

Tudo isto derivado dum aspecto fundamental, que esteve na origem desta crise, que foi, por um lado, a perda de liquidez das instituições financeiras, por via da desvalorização bolsista e por via duma conjuntura adversa que, neste momento, já está invertida. Para perspectivar o futuro é fundamental saber antecipar e ler os indicadores actuais, não nossos, mas das principais entidades a nível internacional. Esses indicadores perspectivam um índice de confiança que deve ser replicado por nós, porque se nós não tivermos confiança não vamos aumentar a nossa actividade económica, não vamos aumentar os nossos níveis de consumo e não vamos retomar as perspectivas de investimento.

A gestão de expectativas é, sem dúvida, o primeiro ponto para abordar e combater uma crise a nível mundial. Quem não o fizer, quem combater a gestão de expectativas, não está a contribuir para sairmos da crise, está a contribuir para nos mantermos numa crise.

Último aspecto, que tem muito a ver com esta situação que nos carece a maior preocupação, mas sem demagogias: a questão do desemprego.

É falso que os Açores sejam a região do país em que percentualmente mais tenha crescido o desemprego. Até era natural se assim fosse, porque vou dar-lhe um exemplo que perceberá, com certeza: os Açores são a região do país que tem menos desemprego; logo, quando aumenta um desempregado, esse desempregado é percentualmente mais do que em qualquer outra região do país. Dou-lhe um exemplo: se eu tiver 1 desempregado e passar para 2, eu tenho um aumento de 100% dos desempregados; se eu tiver 100 e passar para 110, tenho um aumento de 10%. Ou seja, com um aumento 10 vezes superior eu tenho um aumento, percentualmente, 10 vezes inferior.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** E o impacto?

**O Orador:** Este jogo matemático não deve ser feito. Esta abordagem deve ser feita com todo o realismo. Primeiro, efectivamente há um aumento do desemprego nos Açores. É um problema estrutural, para o qual devemos afectar os nossos recursos no máximo que deve ser possível. É nossa prioridade estratégica em termos de políticas públicas de investimento e de despesa pública, como tem sido nos últimos anos. Agora, não podemos transformar, por via dum jogo matemático percentual, esta realidade, ampliando a sua dimensão.

Disse e repito nesta casa: enquanto houver um desempregado nos Açores, essa é a nossa prioridade máxima, devemos combater essa realidade. Agora, não devemos também empolá-la para níveis não correspondentes, nem andar a jogar jogos de números, que têm por base algo que não é real.

Para concluir...

**Presidente:** Agracia mesmo que concluísse, Sr. Vice-Presidente.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

...quero dizer-lhe, com toda a objectividade: todas as medidas que tomámos, atempadas, antecipando-nos em muitas àquelas que foram tomadas a nível nacional, tiveram o seu efeito. Nós temos uma confiança de que a conjuntura internacional adversa que originou em todo o mundo esta situação está a alterar-se. Os níveis de liquidez das instituições financeiras estão a melhorar e a capitalização bolsista está a permitir a introdução e a multiplicação dos recursos, o que irá, com certeza, criar um novo nível de liquidez na economia real.

Particularmente, quero dizer-lhe que, para nós, o desemprego, as políticas de promoção de emprego, de qualificação e valorização profissional, de apoio às empresas como entidade privilegiada de criação de emprego e o condicionamento de que todos os apoios à iniciativa privada têm subjacente como preocupação última a criação de emprego qualificado, a melhoria do rendimento e da remuneração são a nossa prioridade absoluta. Contra isso, o senhor não apresentou nenhuma proposta alternativa, porque este modelo é o modelo correcto, é um modelo que tem a intensidade certa no momento certo. Com certeza por esta via saberemos, num clima de confiança necessária, implementar e incrementar o processo de retoma, quando a mesma chegar e antecipar, quando a mesma se sentir nos mercados internacionais.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer o seguinte: eu percebo que o Deputado Helder Silva e mesmo o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional fiquem excitados pelo facto de...

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Não fico!

*(Risos do Deputado Artur Lima)*

**O Orador:** Ficam excitadíssimos! A bolsa está em alta e está tudo bem, digamos, os mercados recuperaram a confiança.

Hoje o grande problema é, exactamente, esse. Continuamos, ou continuam a insistir naquilo que foi a origem ou onde reside a origem... Aliás, como o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer, a origem da crise teve exactamente a ver com aquilo em que os senhores continuam a insistir.

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Nacionalize!

**O Orador:** Não é uma questão de nacionalização.

O recurso que quer o Deputado Helder Silva, quer o Sr. Vice-Presidente utilizaram de recorrer a figuras e a modelos do passado, que podemos discutir num outro



contexto, estou perfeitamente à vontade para o fazer, não vale a pena virem com esse argumento, porque esse argumento colhe cada vez menos.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Podemos certamente, Sr. Deputado.

Depois, há aqui uma outra questão, relativamente às medidas que foram tomadas de combate à crise. Eu afirmei, daquela tribuna e daqui desta bancada, já mais do que uma vez, que concordámos com elas. Quando concordámos, também dissemos que elas eram insuficientes. Agora pergunto ao Sr. Vice-Presidente – pergunto, eu sei que não me pode responder, não vou pôr a questão então em forma de pergunta, mas a questão é esta –: nós, sim senhor, concordamos com o apoio às empresas, é fundamental; agora, quando nós dizemos que as medidas foram insuficientes e, nalguns casos, foram mesmo inúteis, o cenário é o seguinte, aumentou ou não o desemprego na Região – independentemente e não vou discutir, porque sei que o Sr. Vice-Presidente não tem essa oportunidade – aumentou ou não o desemprego na Região?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Vamos à Coreia do Norte!

**O Orador:** Então, se o apoio às empresas implicava que não haveria perdas de postos de trabalho, como aconteceu este aumento do desemprego? Pois, pois!

Depois, a questão é esta: isto não se faz com cenários. Os açorianos sentem, todos os dias, na sua vida, no seu quotidiano, as dificuldades da crise. A questão é esta: é preciso, efectivamente, mudar de modelo. Um modelo que não reduza as dinâmicas económicas e o desenvolvimento aos jogos de casino na bolsa.

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sr. Vice-Presidente, eu tenho muita pena, mas é isto: ou se investe na economia real, ou se investe na valorização do trabalho e dos trabalhadores e se acaba, duma vez por todas, com esta tentativa de reconfigurar um ciclo de valorização do capital, ou então não vamos a lado nenhum, por muito que o senhor diga e por muito que o Sr. Deputado Helder Silva tenha vontade de o fazer.

Aliás, e relativamente ao Sr. Deputado Helder Silva, gostaria de lhe dizer uma coisa: o anúncio que fez aí, a listagem que fez aí, de medidas tomadas, aquelas que efectivamente valorizam o trabalho e os trabalhadores foram tomadas na legislatura de 96/2000. Tudo o resto – e faço referência também a isso, na minha declaração política – é à base de subsídios, não é à base de valorização das pessoas. É à base de esmolas e não vamos lá com esmolas, Sr. Deputado, não vamos lá com esmolas! Vamos lá é com a garantia dos direitos das pessoas. Esmolas, não!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Temos ainda um conjunto de intervenções e hoje é o último dia de PTAP. Assim, eu pedia que fizessem um esforço para retomarmos, mesmo, às 12 horas e 15 minutos. Até já.

*(Eram 11 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Membros do Governo, agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

*(Eram 12 horas e 15 minutos)*

Vamos iniciar, entrando no ponto de tratamento de assuntos de interesse político relevante, com as respectivas intervenções.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

**Deputado Manuel Silveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Meus Amigos e Amigas, eis que chegou o momento porque todos os Deputados desta casa já passaram, ou vão passar um dia. Este é, naturalmente, o meu dia.

Gostaria, em primeiro lugar, de pedir desculpa a todos os colegas se algum dia, no calor do debate, ofendi algum. Podem estar cientes de que se o fiz foi sem intenção, nunca o faria propositadamente.

Quero agradecer a todos os Deputados a colaboração que me dispensaram durante todos estes quase nove anos em que por aqui passei. Este agradecimento é

extensivo a todos os funcionários, começando, como não podia deixar de ser, com os do meu grupo parlamentar, que mais directamente trabalharam comigo.

Quero agradecer a todos aqueles que tiveram a paciência de comigo privarem. Não vou citar nomes, porque se o fizesse teria que falar em todos os funcionários desta casa. Foram sempre exemplares e correctos comigo. Fui sempre muito bem tratado.

Fiz, ao longo destes anos, muitos amigos que quero conservar ao longo da minha vida. Quero desejar a todos um bom trabalho para o bem da democracia nesta Região. Igualmente desejo que, ao Governo Regional, tudo corra pelo melhor, para o bem dos Açores e dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parto confiante e tranquilo porque a pessoa que me vem substituir representará muito bem São Jorge e saberá defender os interesses dos Jorgenses e todos os açorianos.

Desejo a todos a continuidade de um bom trabalho e muitas felicidades.

Disse.

Muito obrigado a todos.

*(Aplausos da câmara)*

**Presidente:** Obrigado por tudo, Sr. Deputado e, mais uma vez, felicidades no novo cargo e na sua vida pessoal e profissional.

O Sr. Deputado Clélio Meneses inscreveu-se, tem a palavra.

**(\* Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para deixar aqui registada uma palavra, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, de saudação política às suas palavras, à sua eleição e desejar que, no âmbito das suas novas funções, as exerça de acordo com aquilo que é a sua perspectiva e que levou os eleitores das Velas a votarem em si. Exactamente nessa perspectiva entendemos que, a partir do momento em que os autarcas são eleitos, deixam de ter cor partidária, passam a ser eleitos pelo povo que os elegeu. É nessa perspectiva

que lhe desejamos as maiores felicidades políticas, de realização daquilo que fará com que as pessoas que em si votaram se sintam, de facto, realizadas também por isso.

Nessa perspectiva, as nossas palavras são de saudação e de felicitações.

**Deputado Manuel Silveira (PS):** Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

**(\* Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também eu, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, peço a palavra para saudar o Sr. Deputado Manuel Silveira que, agora, vai deixar a nossa bancada para o exercício de muito nobres funções de Presidente da Câmara das Velas; para reconhecer aquilo que foi o trabalho exemplar que ele aqui desenvolveu ao longo dos anos que connosco privou e connosco trabalhou; e para dizer que, naturalmente, estamos confiantes naquilo que vai ser também a sua capacidade de bem trabalhar em nome daqueles que vai representar no seu município, ao longo dos próximos anos.

Obrigado.

**Deputado Manuel Silveira (PS):** Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**(\* Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também só para deixar aqui uma nota, em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, desejando as maiores felicidades ao Sr. Deputado, agora Presidente de Câmara das Velas, Manuel Silveira, para que, efectivamente, na execução do seu mandato, o faça a favor de todas as pessoas do concelho e deixe, exactamente, as questões partidárias de parte. Faz todo o sentido que assim seja porque, uma vez que foi eleito maioritariamente para exercer esse cargo, foi eleito, exactamente, para exercê-lo de uma forma a favor de toda a gente do concelho.

Quero agradecer também as suas palavras em relação a todos.

Claro que, os momentos políticos, às vezes mais ou menos acalorados, depende da forma como as pessoas o interpretam, mas aqui fundamentalmente o que fica é

que, no nosso entender, e cada grupo parlamentar e as pessoas que os representam tentam defender melhor os interesses das suas terras e do partido, nomeadamente, que estão aqui a representar no Parlamento.

Era só essa a nota que gostaria de aqui deixar registada.

Muito obrigado.

**Deputado Manuel Silveira (PS):** Obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, ponho o seguinte à consideração da câmara, embora haja aqui um determinado tipo de regras normais.

Está inscrito o Sr. Deputado Manuel Avelar, presumo que seja também, de algum modo, para se despedir e, embora não esteja inscrito, conforme disse, também o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro nos vai deixar. Se me permitissem, aproveitávamos este período. Eu daria agora a palavra ao Deputado Manuel Avelar para uma intervenção e de seguida daria 3 minutos, também, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Depois, continuaríamos com a nossa ordem normal de inscrição de intervenções.

Creio não haver oposição.

Sr. Deputado Manuel Avelar, tem a palavra, faça favor.

*(Neste momento, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)*

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta, provavelmente, a minha última intervenção no Plenário desta Assembleia, Instituição primeira do Sistema Autónomico Açoriano, não podia deixar de fazer um balanço da forma como tentei desempenhar, de uma forma idónea e responsável, a minha acção como deputado regional.

Sempre desempenhei estas funções com muito gosto. De forma empenhada dediquei-me a ajudar a resolver problemas que, à partida, poderiam parecer pequenos, mas que eram fundamentais para a vida dos cidadãos. Embora

reconhecendo que somos deputados regionais, nunca podemos perder de vista os que nos estão mais próximos, ou seja, o nosso círculo eleitoral.

E citando Churchill “Não basta fazer o que é possível. Precisamos de fazer o que é necessário”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nestes nove anos em que fiz parte dos eleitos pelo Povo Açoriano para os representar em geral e em particular os Graciosenses, sinto-me satisfeito com tudo o que se fez, mas pensando e com objectivos de futuro, que espero sejam cumpridos ainda nesta Legislatura.

A Graciosa tem dado passos muito significativos no seu caminhar para um futuro melhor, criando-se assim condições de vida para os que lá habitam e para os que ali se pretendam fixar.

Da área agrícola às pescas, passando pela economia e educação, muito se fez, muito se continuará a fazer, porque assim é dever de quem está a gerir os destinos do Povo Açoriano.

Apenas pretendo fazer um balanço rápido, para que todos saibam o quanto a paisagem socioeconómica e humana da Graciosa se foi alterando na última década.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na área agrícola devo salientar a construção de uma moderna unidade de transformação de leite, a qual criou condições para um aumento na produção e na qualidade do leite.

Na área da saúde e bem-estar animal a Graciosa regista um dos mais elevados estatutos sanitários.

Caminhos rurais foram construídos e projectam-se outros. Ampliar o Matadouro e as suas funções será um desejo a concretizar em breve.

Na área das Pescas está à vista de todos os muitos investimentos no Porto, as Casas de Apresto (mais serão construídas) e o edifício para a lota, agora em construção.

As condições socioeconómicas dos pescadores melhoraram de forma significativa.

No domínio do Turismo construiu-se um hotel e investiu-se na remodelação das Termas do Carapacho. Não foram esquecidas as zonas balneares do Barro Vermelho e Carapacho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Saúde, brevemente será iniciada a construção do novo Centro de Saúde, que irá criar melhores condições aos utentes e aos técnicos que lá trabalham.

Não foi esquecida a área da Solidariedade Social, estando em projecto a construção de um edifício com valências de Creche, Jardim de Infância e Centro de Actividades Ocupacionais, tutelado pela Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz. Também já está em obra a requalificação do Lar de Idosos.

Em São Mateus serão construídas/remodeladas quatro moradias para casais de idosos junto do lar da Santa Casa da Misericórdia da Praia.

Em termos da rede de estradas, a Graciosa ficará devidamente requalificada nesta legislatura.

Em matéria de obras públicas, não poderia deixar de referir o magnífico empreendimento realizado no Largo da Beira-Mar da Vitória, que se tornou num espaço agradável, não só para quem nos visita, mas também para todos os graciosenses que dele podem usufruir.

Muito se fez, mas é necessário continuar com perseverança a lutar pelo desenvolvimento da Ilha Graciosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não gostaria de terminar sem referir a minha participação como membro da Comissão dos Assuntos Sociais, entre 2000 e 2008, onde me senti integrado e que muito contribuiu para a minha aprendizagem como cidadão, aumentando a minha consciência dos problemas que afectam as nossas populações.

Agradeço a todos os que me acompanharam nesta actividade, particularmente à Deputada Cláudia Cardoso que, de forma notável, desempenhou o papel de Presidente da referida Comissão.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nesta legislatura fiz parte da Comissão Política Geral, onde saliento a sã convivência entre os seus membros e a mestria com que o seu Presidente, Deputado Pedro Gomes, orienta os trabalhos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A todos os colegas e em especial ao Sr. Presidente da Assembleia uma palavra de respeito, apreço e gratidão, disponibilizando-me nas minhas novas funções, como primeiro responsável pela autarquia da Ilha Graciosa, para colaborar com esta Casa Mãe da Democracia Açoriana, em tudo o que for entendido como importante. Também espero que a Assembleia continue a defender os interesses das ilhas pequenas e neste caso, particularmente, a Graciosa.

Disse!

*(Aplausos da câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

**(\* Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Avelar, nesta última intervenção nesta casa, por agora, veio fazer uma retrospectiva do muito que se tem feito pela ilha que adoramos. Foram investimentos estruturantes, sem dúvida, pensados para o futuro e com o selo de retorno.

O Sr. Deputado Manuel Avelar está indelevelmente ligado a estes sucessos alcançados nos últimos anos, estes, sim, de importância fundamental para o futuro de todos nós. Nestes anos em que trabalhei consigo, Sr. Deputado Manuel Avelar, pude testemunhar a sua dedicação, a capacidade de diálogo e a honestidade, referências que marcam a sua actuação política. Depois do resultado histórico do passado dia 11 e que alguns procuram desvalorizar, o dever chama-o para outras funções. É caso para dizermos que vamos perder um excelente deputado, mas tenho a certeza de que iremos ganhar um grande presidente de câmara.

Foi com muito gosto que partilhei consigo estes últimos 5 anos. Pode continuar a contar comigo a partir de agora. Desejo-lhe, sinceramente, muitas felicidades e muitos sucessos, para bem de todos os graciosenses.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**(\* Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para desejar ao Sr. Deputado Manuel Avelar felicidades no cargo que vai ocupar na Ilha Graciosa.

Já tive a oportunidade de felicitar o Partido Socialista pela vitória na câmara municipal, sabendo que o PSD terá também um papel a desempenhar, no futuro da Graciosa e no futuro da gestão, enquanto maioria na assembleia municipal. Espero que seja um trabalho conjunto e que possamos todos contribuir para que a Graciosa melhore.

Apesar de naturalmente não concordar com a análise de retrospectiva daquilo que fez sobre a actuação que tem havido por parte deste Governo Regional na Ilha Graciosa, não é certamente este o momento em que iremos discutir isso. Espero sinceramente que, da parte da futura câmara municipal, haja o cuidado de defender sempre, em qualquer circunstância e sem margem para dúvidas, primeiro os interesses da Ilha Graciosa e, só depois, os do partido que representa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(\* **Deputado Helder Silva** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero também, em nome do Grupo Parlamentar, dirigir uma palavra de saudação ao Sr. Deputado Manuel Avelar, que agora nos deixa, e reconhecer igualmente aquele que foi o excelente contributo que deu, ao longo dos anos, neste grupo parlamentar, em que muito contribuiu para a boa projecção deste grupo parlamentar, para o bom trabalho de todos nós e a boa defesa, naturalmente, daqueles que representa, os graciosenses.

Quero igualmente dizer que estou convicto que também ele saberá bem representar as suas populações no Concelho de Santa Cruz, bem defendê-las, agora a um nível bem diferente, liderando a governação da autarquia ao longo dos próximos anos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(\* **Deputado Pedro Medina** (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Também, em nome do nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, quero desejar as maiores felicidades ao Sr. Deputado Manuel Avelar no exercício das novas funções e que elas, efectivamente, sejam cumpridas no interesse, exactamente, da ilha e do concelho pelo qual foi eleito, não olhando só para os interesses partidários. Também ouvimos muito “pintar de cor-de-rosa”, digamos assim, a actuação do Governo na Ilha Graciosa, quando nós sabemos que não tem sido assim ao longo dos últimos anos. Esperemos que, apesar de ter mudado de cor política a câmara, a actuação seja no sentido, efectivamente, de defender os reais interesses do mesmo concelho.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio que não há mais esclarecimentos – para usar uma linguagem regimental – relacionados com a última intervenção, do Sr. Deputado Manuel Avelar.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**(\*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer a cordialidade e a surpresa com que o Sr. Presidente da Assembleia me atribui agora este tempo. De facto, a matriz do parlamentar, na dialéctica política, traz surpresa, a surpresa da intervenção, a necessidade de reagir sem preparação.

Sr. Presidente, nesta ocasião, numa ocasião em que, sem formalismo – por isso não me inscrevi para ir à tribuna –, me vou despedir dos trabalhos parlamentares neste período e sessão legislativa – veremos, no futuro, o que será –, agradeço-lhe esta oportunidade, porque quero aqui registar, exactamente, essa virtude do trabalho parlamentar. É a oportunidade que todos temos de representar em missão democrática o nosso eleitorado, para bem fazer, no Parlamento, aquilo que é o presente e o futuro de uma terra, da nossa Região Autónoma dos Açores.

Aproveito, por isso, a oportunidade, não para falar de mim, mas para falar da instituição e dizer, por saber de experiência própria, que o Parlamento é mesmo o centro da democracia, é mesmo o centro da pluralidade de opinião e é mesmo e pode ser também um centro de urbanidade no tratamento da diferença de opinião.

Por isso, exorto e testemunho a cordialidade com que sempre debati e, comigo, todos os colegas debateram diferenças de opinião sem a urbanidade e a falta de respeito que devemos ter na manifestação cívica da opinião, da casa da democracia para o exterior.

Por isso, Sr. Presidente, não faço nem um relato do meu histórico parlamentar, porque quando entrei para o Parlamento não vim à procura de mordomias, mas vim imbuído dum espírito de missão e trabalho de responsabilidade, na boa representação do povo açoriano, nem saio procurando reconhecimento, porque saio para ir cumprir outra missão e, portanto, saio como entrei, com humildade, mas com um registo que também quero deixar a cada um e, em particular, às Sras. e aos Srs. Deputados do presente, isto é, desta legislatura, e das anteriores legislaturas também: eu fiquei amigo dos amigos que foi possível encontrar no debate parlamentar.

Aos governos, a este e aos anteriores, também uma palavra de apreço, porque é possível, na diferença de opinião, atender às propostas e às críticas das oposições. É assim que se constrói a democracia e o Parlamento dos Açores é, para o país e para a Europa, um bom exemplo. Nós manifestamos sempre pluralidade, manifestamos sempre, no combate das ideias, civilidade. Conseguimos forjar amizades para as vivenciar no Parlamento e fora do Parlamento.

Termino, por isso, dizendo: entrei amigo dos meus amigos, saio amigo dos meus amigos. A vivência da amizade que fiz no Parlamento há-de manifestar-se e expressar-se na vida fora do Parlamento que, daqui em diante, levarei.

Aos açorianos uma palavra: confiem na importância do Parlamento dos Açores, confiem no valor político que o debate plural tem para fazer mais e melhor pelo desenvolvimento dos Açores, pelo desenvolvimento da democracia e pelo respeito das opiniões diferentes.

Sr. Presidente, grato por esta oportunidade, surpreendido pela mesma e, por isso, impreparado para fazer uma declaração histórica, não posso deixar de dizer que esta palavra não é para mim, mas é para o Parlamento, para os colegas Deputados, para as Sras. e Srs. Membros do Governo: bem hajam, tenham esperança e

confiança no bom desempenho que podem fazer com os instrumentos do Parlamento, para servir bem a democracia e os Açores.

Muito obrigado.

*(Aplausos da câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

**(\*) Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Impreparado estou eu também, como deve compreender, mas não quero, neste momento, deixar de lhe dirigir a V. Exa., Sr. Deputado, uma palavra também, desde logo de reconhecimento daquilo que foi e são as suas capacidades políticas entre os seus pares, bem demonstradas ao longo destes anos em que privámos e em que tivemos a possibilidade de trabalhar de forma mais estreita.

Quero igualmente reconhecer aquilo que foi a sua capacidade, nas suas palavras, sempre urbanidade que demonstrou e a enorme cordialidade que sempre demonstrou com todos e comigo próprio. Portanto, não posso deixar de deixar este registo neste momento e de dirigir a V. Exa. uma palavra.

Quero também igualmente, isto na sequência de algumas outras intervenções dirigidas a alguns eleitos agora presidentes de câmara, dizer-lhe que contamos também com V. Exa., Sr. Deputado, nas novas funções que irá desempenhar na Câmara Municipal de Ponta Delgada, para que possa, ao longo dos próximos anos, de alguma forma melhor representar, em nome da câmara, aquilo que são verdadeiramente os interesses dos seus munícipes e pôr esses interesses acima daquilo que são, naturalmente, os interesses do partido que representa. Isso é fundamental, é fundamental em todas as câmaras municipais e é, naturalmente, fundamental muito especialmente na maior câmara da Região, na Câmara de Ponta Delgada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, caro amigo, uma primeira nota para lhe dizer que ainda bem que V. Exa. não preparou o discurso, porque fez uma excelente intervenção e, se a tivesse preparado, teria dificuldade em classificá-la acima de excelente.

Ganhei um amigo e ganhámos alguns de nós, aqui no Parlamento. Tivemos excelentes momentos de convívio fora do Parlamento, sendo também essa a vida parlamentar por quem a entende, como democrata, que aqui não se criam inimigos mas criam-se amigos e fazia também parte desse saudável convívio que, às vezes, tínhamos fora desta sala.

Foi, para mim, sempre um privilégio tê-lo como deputado e é com certeza uma pena perdê-lo como deputado nesta casa, não só para nós mas julgo que, também, para os açorianos, dado o grande contributo que deu à democracia e à pluralidade nesta casa, a favor dos açorianos de todas as ilhas, numa perspectiva regional, sendo certo que não deixaremos com certeza, cada um, de “defender a nossa dama”, que é a nossa ilha.

Nas suas novas funções, tenho a certeza que será exemplar no seu exercício. Ficamos ao seu dispor, para o que V. Exa. entenda, o Grupo Parlamentar do CDS/PP. Quero desejar-lhe as maiores felicidades institucionais e pessoais no desempenho das suas novas funções.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco o Sr. Deputado Helder Silva dizia que estava impreparado. Penso que todos estamos impreparados e muito mais o estamos porque, obviamente, nas conversas tidas previamente com o – deixem-me tratá-lo assim – José Manuel Bolieiro, ele não contava fazer, ou não queria fazer, hoje, uma intervenção de despedida, revelando, no fundo, a humildade com que sempre esteve na política e,

por isso, deixa impreparados todos nós, que não tínhamos ou não conseguimos encontrar, neste momento, todas as palavras que ele, efectivamente, merece.

Da nossa parte, essa humildade não nos surpreende, foi sempre a actuação dele como pessoa...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** ...e como político o que, no fundo, o põe ainda muito mais no plano, quer da amizade, quer do convívio, como uma pessoa importante e – deixem-me dizer isto –, muito importante para o Grupo Parlamentar do PSD, muito importante para este Parlamento em geral, que lhe reconhece, obviamente, para além das suas inegáveis qualidades, também as qualidades que tem como pessoa, como amigo, como colega.

Eu queria, um pouco nesta impreparação das palavras, fazer aqui um reconhecimento público ao José Manuel Bolieiro por tudo o que ele fez. Logo à partida, pelo Grupo Parlamentar, mas muito mais do que isso. De tudo quanto ele fez pela dignidade deste Parlamento e aquilo que ele fez, seguramente, em prol da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, penso que ele nos deixa, neste momento, um duplo sentimento. Um sentimento de pena porque não o vamos ter aqui. Eu, pessoalmente, não o vou ter, dia a dia, na delegação em Ponta Delgada. E não o vamos ter ao longo destes plenários, com as suas características, com o seu bom senso e com a sua bonomia, não o vamos ter aqui e, por isso, deixa-nos um sentimento de pena. A nós, em particular, deixa-nos também um sentimento de esperança, porque sabemos que as inegáveis qualidades que demonstrou até aqui no Parlamento vai demonstrá-las no âmbito das novas funções que vai exercer e que, seguramente, vão ser importantes. Eu diria que vão continuar a ser importantes para o PSD e vão ser importantes, seguramente, para a Região em geral.

No caso concreto, eu relevaria, justamente por esta ordem, as qualidades do José Manuel Bolieiro: punha logo à partida a inteligência, que tem demonstrado de forma superior em tudo aquilo em que se tem envolvido, o que, obviamente, penso que é reconhecido por nós todos; as suas inegáveis qualidades políticas que, na sua função como deputado, tem revelado – eu estava aqui a tentar lembrar-me do

número de anos que está aqui no Parlamento, mas seguramente 10 anos –, nos 10 anos que esteve neste Parlamento, em que já passou por nós todos e passou por todos aqueles que nos antecederam aqui; e dava aqui uma relevância especial, embora estejamos num fórum de natureza política, às suas inegáveis qualidades pessoais, que são reconhecidas por todos e que, obviamente, também merecem e acabaram por merecer, designadamente agora nas intervenções, quer a feita pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP.

A única coisa que nos resta agora é agradecer a forma como ele dignificou este Parlamento, é dar-lhe um obrigado por tudo aquilo que José Manuel Bolieiro fez em prol da Região Autónoma dos Açores, através da sua intervenção, desejar-lhe, evidentemente, as máximas e maiores felicidades para o exercício das novas funções que vai exercer e dizer-lhe que, naquilo que ele vai fazer, obviamente que o PSD vai ficar muito satisfeito com tudo o que resultar da sua actividade mas, acima de tudo, a Região vai continuar a contar com os préstimos de alguém que, até aqui, muito tem feito em prol da Região Autónoma dos Açores. Seguramente estará na sua atitude e nas suas intenções continuar a fazer isso naquilo que vai fazer a partir de agora. Seguramente que a Região Autónoma dos Açores perde a sua intervenção a nível de Parlamento, mas irá beneficiar da sua intervenção nas novas funções que vai exercer. Portanto, obrigado, José Manuel Bolieiro, obrigado por tudo o que fizeste.

*(Aplausos das bancadas do PS, PSD, CDS/PP e do PPM)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para, em nome do Governo Regional, em nome das boas relações institucionais que creio mantermos todos nesta casa e creio serem essenciais, no seguimento do discurso do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, para

o vigor da democracia nos Açores, fazer um elogio, o nosso elogio, da actuação dos três deputados que, hoje, deixam esta casa.

Dizer-lhes que sentimos sempre que dignificaram a democracia, que respeitaram o voto democrático e os adversários – e nós, aqui, somos até por via das circunstâncias políticas também um pouco adversários, ou fomos – e foram sempre, os três casos, defensores acérrimos daquilo em que acreditavam. Essa é, também, a melhor forma de respeitar a democracia: defender as causas, defender as ideias, defender as ilhas pelas quais foram eleitos e defender os ideais em que acreditam.

Permitam-me também – embora seja um pouco de ousadia – que faça uma intervenção pessoal. Eu não estou cá há muito tempo, não tenho experiência de um longo convívio parlamentar com os Srs. Deputados que nos deixam, mas o que tive foi suficiente para dizer que aprendi e ganhei muito nessa relação e agradeço o facto de ter sido tratado como um de vós, um daqueles que aqui luta pelo melhor pelos Açores.

Muito obrigado e boa sorte, profissional, política e pessoalmente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia em que, formalmente, nesta parte, o Regimento sai um pouco maltratado. Digo isto porque os Srs. Deputados Paulo Estêvão e Aníbal Pires já manifestaram à Mesa a intenção, embora sabendo que têm o seu tempo esgotado, de usarem um minuto cada um. Eu vou, por ordem a que me chegou a inscrição, dar a palavra aos Srs. Deputados. À Sra. Deputada tenho de dar mais do que um minuto, porque o tem. Portanto, um minuto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, um minuto ao Sr. Deputado Aníbal Pires e, depois, a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua generosidade. Para mim era fundamental ter a oportunidade de dirigir umas palavras aos Srs. Deputados Manuel Avelar, Manuel Silveira e José Manuel Bolieiro, com quem aprendi muito, aqui, durante o



convívio destes meses em que tive a oportunidade de aprender sobre as práticas parlamentares, tendo ainda muito a aprender.

De qualquer das formas, quero referir que obviamente o PPM e eu próprio desejamos a todos os três deputados que tenham sucesso nas novas funções que vão desempenhar porque, evidentemente, o sucesso nessas funções que vão desempenhar também será o sucesso para os açorianos que irão desfrutar do trabalho que irão desenvolver. Nesse sentido, desejo as maiores felicidades pessoais para os Srs. Deputados e também as maiores felicidades políticas – até à conclusão de mandato, porque a partir daí a questão coloca-se noutra conjuntura. Portanto, as maiores felicidades.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Queria, em primeiro lugar, desejar as maiores felicidades aos três colegas que saem para cumprirem outras tarefas, resultantes dos actos eleitorais que decorreram recentemente.

Não me vou despedir, propriamente. Desejo-vos muitas felicidades mas queria, de facto, dar aqui o meu testemunho relativamente ao tempo em que privei com os três, neste Parlamento, no entanto num contexto diferente, o contexto da luta política, onde a amizade nunca deixou de estar presente, a amizade e o respeito que tenho pelos três deputados, que já cá estavam quando eu cheguei e que têm o seu histórico parlamentar. A qualquer dos três, conhecia-os e mantinha com eles uma relação de amizade; mais com o Manuel Avelar, por questões profissionais, também com o José Manuel Bolieiro, mas ao colega Manuel Silveira também tinha o prazer de o conhecer. São pessoas que admiro e respeito profundamente, quer enquanto pessoas, quer enquanto parlamentares da Assembleia Legislativa Regional.

Desejo-lhes, portanto, as maiores felicidades e não me despeço, porque quero continuar a manter uma relação de proximidade com os três.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que me dirija directamente ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, só para lhe dizer que, às vezes, um minuto acaba por ser bem importante e a flexibilidade que o Sr. Presidente demonstrou na atribuição excepcional, porque também é uma situação excepcional, destes tempos, nomeadamente às duas representações parlamentares, é de louvar mas vem também ao encontro daquilo que, noutra local, defendemos. Às vezes um minuto não custa nada e é capaz de fazer a diferença.

De qualquer modo, como disse o Sr. Secretário Regional da Presidência, também eu não tenho, enfim, um longo percurso nem de convívio, nem pessoal, nem político, uma vez que estou nesta casa há um ano. De qualquer maneira isso não me impede de desejar, democraticamente, as maiores felicidades pessoais e políticas nos trabalhos que cada um dos deputados que se ausentam para outras funções vão realizar, um bom e profícuo trabalho, com certeza, não podendo neste momento deixar de dar uma palavra especial à intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, porque foi de facto uma prova da tal humildade por todos reconhecida nesta câmara. O senhor, de facto, não falou de si, não falou do trabalho que iria realizar, mas deixou nesta casa uma nota de esperança, uma nota de valorização à casa da democracia dos Açores. A genuinidade com que o fez, exactamente pela sua impreparação, prova que é de facto aquilo que o senhor pensa e não há nenhum tacticismo político. Parabéns por isso.

Muito obrigada.

**Presidente** Estamos a atingir a hora regimental.

Eu queria, também, agradecer mais uma vez aos três deputados que nos vão deixar, até porque eles permitiram que nós os usássemos, no melhor sentido da palavra, para provar que este Parlamento é perfeitamente capaz – e é essa a sua normalidade – da prática de comportamentos de grande dignidade institucional, de grande civismo e de grande maturidade políticos e democráticos. Isso é fundamental. Nenhum de nós tinha dúvidas disso, mas, tal como com aquilo que é precioso, é preciso ir “regando” todos os dias. Acho que hoje fizemos, nesse sentido, e para além das despedidas pessoais, uma boa “rega” institucional à dignidade do nosso Parlamento.

Muito obrigado a todos.

Bom almoço e até logo, com a agenda.

*(Aplausos da câmara)*

*(Eram 13:00 horas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Agradecia que reocupassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 5 minutos)*

Aproveito também, em nome da Assembleia, para saudar um grupo de alunos da Escola Profissional da Horta, do curso técnico de processamento e controle da qualidade alimentar.

Bem-vindos.

Vamos então entrar no ponto 1 da nossa agenda, com o debate na especialidade do diploma “**Regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo**”.

Há um conjunto de alterações, apresentadas, por ordem cronológica, pelo Partido Socialista, uma pelo PCP e três pelo PSD, havendo alterações logo para o artigo 1.º.

Dou a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\* Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, ponho à consideração o seguinte:

O Partido Socialista apresenta um conjunto de propostas de alteração a este diploma. No entanto, várias dessas propostas, como tiveram com certeza a oportunidade de verificar, decorrem duma alteração que se prende com a terminologia dos recém-publicados Decretos-Lei n.ºs 272 e 273 e, por essa razão e visto que essas alterações versam todas, digamos, sobre uma única alteração em

vários artigos, o que eu propunha era que, se não houvesse oposição da câmara, nós puséssemos esses artigos, em que a alteração é a mesma, todos à votação em bloco.

Passo a enumerar. Trata-se dos artigos: 1.º, 3.º, 46.º, 47.º, 48.º, 50.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 59.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º e 75.º. Portanto, todos estes artigos, visto que a alteração é a mesma, seriam colocados em conjunto à votação.

Obrigada.

**Presidente:** Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, o que a Sra. Deputada acaba de dizer, e é importante, é que as alterações apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista podem ser divididas em dois tipos: há um conjunto de alterações mais substantivas, que proponho à Sra. Deputada que as votemos uma a uma, conforme é normal e conforme costumamos fazer; mas há, para todos estes artigos que a Sra. Deputada acabou de enumerar e por via de recentes alterações legislativas nacionais, apenas uma mudança de terminologia, designadamente onde se diz «desporto de alta competição» ou «gabinete de alta competição» se passe a ler «desporto de alto rendimento». Isto vem logo no artigo 1.º.

Eu creio que podemos, apenas para estes casos que significam uma alteração para uma terminologia considerada hoje mais correcta, pôr à votação em bloco estes artigos. Ficavam já votadas estas alterações terminológicas e depois então votaríamos, normalmente e como costumamos fazer, todas as restantes alterações, que são mais substantivas, dos diversos partidos.

Se não houver oposição da câmara, ponho à votação a alteração do artigo 1.º, sendo certo que seria do artigo 1.º e de todos estes que têm a alteração terminológica.

Não havendo oposição, passamos à votação deste bloco de artigos que apenas introduzem uma alteração terminológica, de «alta competição» para «alto rendimento».

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 1.º com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 2.º temos duas propostas de alteração. São para alíneas diferentes e, portanto, creio que não se prejudicam, vamos ter de votar as duas. É uma proposta de alteração do Partido Socialista para as alíneas j) e o) e uma proposta de alteração do Partido Social Democrata para as alíneas a), b) e c).

Não sei algum deputado quer falar sobre essas alterações.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração que o Partido Socialista faz neste artigo têm a ver com definições.

No ponto j), a nossa proposta clarifica e precisa a definição e o verdadeiro significado de «atleta talento» e aproxima-o também à linguagem utilizada, quer a nível internacional, quer mesmo a nível nacional, tendo em conta a linguagem utilizada pelo IDP, o Instituto de Desporto de Portugal.

O ponto o) refere-se à definição de «recursos humanos». Julgamos que o fenómeno desportivo abrange cada vez mais valências da sociedade para a sua melhoria e para a melhoria da qualidade do desporto e julgamos que não seria justo deixar de fora os fisioterapeutas, que têm sido extremamente importantes, desde a formação ao alto rendimento, tendo em conta também que, mesmo dentro da formação base académica destes profissionais, um dos módulos é a traumatologia desportiva e a sua recuperação. Portanto, julgamos que será justo introduzir como alteração a consagração dos fisioterapeutas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

**(\*) Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero saudar aqui a presença da Escola Profissional da Horta, no nosso Plenário, esta tarde.

Em relação ao artigo 2.º, nós apresentámos propostas de alteração a 3 pontos: a), b) e c).

Quanto ao ponto a), em que se refere «atleta – praticante desportivo inscrito nos respectivos organismos associativo e federativo», nós achámos por bem anexar aqui a parte associativa, porque existem muitos atletas que não estão inscritos nas federações desportivas.

No ponto b), «atleta formado nos Açores – atleta que, até completar 18 anos de idade tenha comprovadamente sido inscrito na associação...», cá está mais uma alteração da associação também, «...e federação da respectiva modalidade durante, pelo menos, 4 épocas desportivas, em representação de um clube com sede na Região; ou, em alternativa, tenha comprovadamente sido praticante, nos Açores, da respectiva modalidade durante, pelo menos, 5 anos». Isto prende-se com o que foi aqui também falado ontem: muitos atletas começam a sua vida desportiva mais tarde e também existem clubes que iniciam determinada modalidade recente e com atletas de 15, 16 anos. Portanto, prende-se precisamente com esta situação.

Na alínea c), reformulámos «atleta formado num clube – atleta que até completar 18 anos tenha sido comprovadamente inscrito na associação e federação da respectiva modalidade durante, pelo menos 4 épocas desportivas, em representação do mesmo clube com sede na Região». Aqui, nós fazemos uma pequena alteração, porque ontem houve um erro de redacção da nossa proposta. Pedia que se pudesse alterar, passando então a ficar «ou, em alternativa, tenha comprovadamente sido praticante da respectiva modalidade durante, pelo menos 5 anos no clube». O erro era estar igual à proposta de cima, a proposta b), mas a proposta b) tem uma proposta e a c) tem a sua proposta, era um erro de redacção que eu pedia que pudesse ser revisto.

**Presidente:** Se for apenas uma questão de terminologia ou de redacção, e se a proposta for aprovada, naturalmente que, em redacção final, essa alteração será levada em boa conta. Se não for, Sr. Deputado, se for uma proposta substantiva, ela é extemporânea e não a poderemos considerar, mas logo se verá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, na generalidade, já nos debruçámos sobre as virtualidades deste diploma. No entanto, tendo virtualidades assumidas, é sempre susceptível de melhoramento. Nessa óptica, as propostas de alteração que são aqui apresentadas fazem na generalidade todo o sentido, com uma ou outra excepção. Vou reportar-me a elas por ordem cronológica de entrada, se não se importam.

Na alínea j), parece-nos que a clarificação do conceito faz todo o sentido, não nos repugna nada e vamos votá-la favoravelmente.

Quanto à inclusão dos fisioterapeutas, que tinham ficado de fora, foi muito bem visto e iremos também votá-la favoravelmente.

As propostas de alteração que vêm do Grupo Parlamentar do PSD têm outro âmbito, nomeadamente a inclusão do movimento associativo e federativo. Só estava contemplado o federativo, o associativo não estava contemplado e parece-nos que também foi muito bem visto.

As duas restantes propostas de alteração relativas a este artigo, do PSD, introduzem uma nova flexibilidade, nos conceitos de «atleta formado nos Açores» e «atleta formado no clube», que fazem sentido. Fazem sentido porque todos nós sabemos que há atletas que iniciam a sua formação desportiva na Região e depois, por uma razão ou por outra, na maior parte das vezes por motivo de prosseguir estudos no continente, têm de se ausentar da Região e ficariam penalizados por esta situação. Esta flexibilidade que é introduzida parece-nos também fazer sentido. No entanto, fala-se aqui em «durante pelo menos 5 anos». Nós propúnhamos, se fosse possível, que os anos passassem a épocas desportivas, para não destoar do restante corpo da alínea, nomeadamente na parte em que se refere a 4 épocas desportivas e não a anos, por uma questão de coerência de texto. Mas, da nossa parte, na essência, estas propostas fazem todo o sentido.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**(\*) Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta de alteração do PSD, nomeadamente ao artigo 2.º, sobre os conceitos da alínea a), sobre acrescentar o associativo à definição, «associativo e federativo», eu gostava de citar o Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, sobre o regime jurídico das federações desportivas, nomeadamente o artigo 2, sobre o conceito de federação desportiva.

*“As federações desportivas são as pessoas colectivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais se as houver, praticantes, técnicos, juizes e árbitros e de mais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respectiva modalidade e preenchem cumulativamente os seguintes requisitos:*

*Se proponham, nos termos dos respectivos estatutos, prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos gerais...”*

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não queremos uma leitura, queremos uma interpretação da lei, Sr. Deputado.

**O Orador:** No ponto i): *“Representar a sua modalidade desportiva, ou conjunto de modalidades afins ou associadas, junto das organizações desportivas internacionais onde se encontram filiadas, bem como assegurar a participação competitiva das selecções nacionais”.*

Ora bem, enquanto na generalidade o PSD afirma a importância de se utilizar uma mesma linguagem entre a Direcção Regional do Desporto e o Instituto de Desporto de Portugal, agora propõe exactamente o contrário. Por essa razão, nós não concordamos com aquilo que está a ser proposto aqui.

Em relação às alíneas b) e c), o «atleta formado nos Açores» deve estar inscrito nas associações e federação, é a mesma resposta do ponto anterior.

No entanto, sobre o acréscimo «ou em alternativa, tenha comprovadamente sido praticante nos Açores da respectiva modalidade durante, pelo menos, 5 anos», ora bem, o texto, como está proposto, da maneira como foi exposto aqui pelo PSD, parece admitir a possibilidade de que um praticante que inicie a sua actividade aos



30 anos venha a ser considerado formado nos Açores aos 35 anos. Isto não é formação. O processo de formação desportiva deve ocorrer até cerca dos 18 anos e por período não inferior a 4 épocas. Esta noção está de acordo com as normas internacionais e normas nacionais, que apontam para que o processo de formação desportiva ocorra por etapas e até cerca dos 18 anos.

A qualidade de «atleta formado nos Açores» deve ser utilizada de uma forma valorizada e deve ser apoiada com apoios complementares e um apoio suplementar, pela sua utilização, sempre com o objectivo de estimular os clubes a manterem e aprofundarem a aposta no trabalho de formação nos Açores, pois é daqui que sai o sucesso do desporto e que sai o sucesso de uma sociedade como a nossa. Deste modo, não podemos aceitar propostas que possam pôr em risco a nossa aposta e a aposta que o Governo tem tido na formação desportiva nesta Região.

Tenho dito.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às propostas de alteração do Partido Socialista, que têm a ver com, digamos, o conceito de jovem talento regional, não temos nada a opor e vamos dar o nosso apoio relativamente à alteração proposta. Para a alínea o) também daremos o nosso apoio.

Relativamente às propostas que são apresentadas pelo PSD, independentemente da leitura exaustiva que o Deputado Carlos Mendonça fez dos regulamentos, há de facto aqui uma situação, que é a seguinte: dificilmente acontecerá alguma situação em que um atleta não esteja inscrito no movimento associativo e, forçosamente, estará federado. De qualquer forma, a Representação Parlamentar do PCP vai dar apoio a esta proposta, até porque há sempre algumas excepções. A norma é esta: quando alguém se inscreve, quando o clube inscreve atletas numa associação desportiva, a consequência imediata é a sua federação, mas pode sempre haver

algumas excepções e, portanto, parece-me que a introdução desta proposta de alteração seria, enfim, apropriada.

Relativamente às alíneas b) e c) – aliás eu ontem tive o cuidado, na minha intervenção, de pôr esta questão –, de facto há situações em que os clubes, pela chegada tardia dos atletas à modalidade, ou, como o Deputado Cláudio referiu, por um início de actividade de um clube, digamos, em termos temporais, relativamente curto, poderá haver e há situações em que os clubes não usufruem dos apoios pelos atletas formados na Região. Ontem eu tinha, de facto, enfim, pedido à câmara, nomeadamente ao Partido Socialista, que fizesse alguma reflexão sobre esta questão. Não há, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – não sei se fizeram a reflexão, ou não, mas, pelo menos, não houve – retorno relativamente a este pedido. O PSD tem esta proposta que, eventualmente, pode levar a interpretações do género da que fez o Deputado Carlos Mendonça mas, claramente, o objecto da proposta do PSD não é esse. O objecto da proposta do PSD é completamente diferente e atende, ainda que de uma forma insuficiente, às questões que ontem, na discussão na generalidade, a Representação Parlamentar do PCP aqui colocou. Não concordando inteiramente, ou melhor, a formulação não é, digamos, aquela que eu gostaria de ver reflectida neste novo regime jurídico de apoio às associações, mas a Representação Parlamentar do PCP irá dar apoio a estas propostas de alteração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

**(\*) Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que me parece que o Sr. Deputado Carlos Mendonça fez foi uma leitura completa da lei, é a sua interpretação da lei.

Quanto à questão do associativo, nós o que fizemos foi ver e reler um parecer que nos foi enviado pela Associação de Pesca Desportiva. Como o bom senso manda, temos de ouvir os pareceres, temos de ouvir as pessoas que estão por dentro dos assuntos e, se há um parecer de uma associação, que é a de pesca desportiva, que

nos indica e argumenta que se deve incluir a questão do associativo neste ponto, assim o fizemos e apresentámos a nossa proposta de alteração.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio não haver mais inscrições.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vou colocar à votação em primeiro lugar a proposta do Partido Socialista, que altera as alíneas j) e o) deste artigo 2.º. Creio que posso pôr as duas alíneas em conjunto.

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** As propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora as alterações às alíneas a), b) e c) deste artigo, propostas pelo PSD. Creio que também as posso pôr à votação em conjunto, as alíneas a), b) e c).

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As alterações propostas foram rejeitadas, com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos agora votar o artigo 2.º da proposta, com as alterações que acabaram de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos passar para o artigo 3.º, que tem apenas a alteração terminológica que já lhe foi introduzida e que já foi votada. Vamos, portanto, votar a proposta do artigo 3.º com essa alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o artigo 4.º, que não tem qualquer proposta de alteração.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Pela nossa parte, poderiam ser votados, em bloco, os artigos 4.º a 22.º.

**Presidente:** Mas há alterações do Partido Socialista ao n.º 6 do artigo 5.º. Portanto, do 4.º ao 22.º podem ser votados em bloco, mas temos de votar primeiro essas alterações, compreende?

No artigo 5.º temos de votar primeiro a alteração e só depois o corpo do artigo. E no 7.º também.

**A Oradora:** Mas, pela nossa parte, Sr. Presidente, uma vez que as alterações já foram votadas...

**Presidente:** Estas não. As do n.º 6 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 7.º não têm a ver com uma questão terminológica.

Portanto, então eu punha o artigo 4.º da proposta à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 5.º, há uma proposta de alteração do PS, que altera o n.º 6 do respectivo artigo.

Vou colocar à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 5.º, com esta proposta de alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o artigo 6.º, que não tem qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O artigo 7.º tem uma proposta de alteração do Partido Socialista, que altera o n.º 3 do respectivo artigo.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(\* **Deputado Berto Messias (PS):** Tendo em conta a redacção anterior e tendo em conta a nossa proposta, cai a parte final, como pode ser facilmente verificado, porque achamos que é redundante. Portanto, daí a nossa proposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito bem.

Vamos então votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta do artigo 7.º, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Agora sim, se não houver oposição da câmara, posso colocar à votação, por não haver qualquer proposta de alteração, os artigos 8.º ao 22.º, inclusive.

Não havendo oposição da câmara, vamos então votar os artigos 8.º ao 22.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** O artigo 23.º tem uma proposta de alteração, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, na apreciação que fizemos na generalidade, já tive a oportunidade de me referir a esta proposta de alteração.

De qualquer forma, gostaria de reafirmar aqui a importância que esta alteração tem para os clubes que participam nas competições regionais e nacionais, uma vez que, se durante a década de 90, ou melhor, no final da década de 90, a questão não se colocava, porque o custo final das passagens aéreas era próximo do valor da tarifa aérea, aquilo que se verificou ao longo dos últimos anos e que, actualmente, se verifica é que as taxas que estão inerentes às passagens aéreas são um sobrecusto que causa, em termos financeiros, algum problema aos clubes que participam nas competições regionais e nacionais.

Aquilo que propomos é que o valor de apoio à deslocação seja o valor da tarifa acrescido de um valor médio, calculado em função do valor das taxas do ano transacto. Julgamos que é de inteira justiça, digamos, a aprovação desta proposta de alteração e que, certamente, irá de encontro à vontade e à necessidade dos clubes da Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

**(\*) Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP vai, de facto, ao encontro desta necessidade. Já o PSD aqui disse, há 4 anos, quando foi a discussão desta matéria, que de facto as taxas inerentes às passagens aéreas aumentam e é um custo elevado para os clubes. Por isso, merece a nossa aprovação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**(\*) Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a proposta de alteração do PCP, a inclusão da expressão «acrescida de todas as taxas inerentes» e a proposta de fixar anualmente o seu valor a partir do valor médio do ano anterior podem fazer ignorar que existe, realmente, uma variedade de situações de deslocações, quer inter-ilhas, quer para o continente ou para a Madeira, tornando muito pouco operacional a sugestão.

«Todas as taxas inerentes» parece ser uma designação muito genérica. Estas taxas referem-se a quê? Às taxas de combustível, aos custos de emissão do bilhete, se é a compra do bilhete directamente, pela agência de viagens, pela internet, inclui as taxas aeroportuárias... Estará o Sr. Deputado a dar resposta aos pareceres da Associação de Voleibol de São Miguel e da Terceira? Se assim está, era importante ler também o resto do texto, onde se diz que, neste momento, na realidade, os apoios complementares estão a ser correspondentes à realidade do que são os tempos de hoje.

A actualização de 3 em 3 meses, em função da variação dos mercados, pode colocar esta proposta num âmbito muito imprevisível. O artigo 24.º, para que ninguém se esqueça, define os apoios complementares como “*todos os encargos com transportes terrestres, taxas, transferes, alojamento, alimentação, entre outros*”. Ou seja, os apoios complementares deste Decreto Legislativo Regional já abrangem e enquadram as taxas a que o Sr. Deputado do PCP se possa estar a referir. Este ano, o valor atinge os 70 euros e leva em consideração esta realidade aqui proposta.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do PS não concorda com esta alteração pretendida pelo PCP.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de as taxas estarem, como o Sr. Deputado Carlos Mendonça acabou de referir, já previstas no artigo 24.º, não nos repugna nada que conste também, do corpo do 23.º, «acrescido de todas as taxas inerentes».

Agora, o ponto 2 deste artigo, quanto a nós, enferma de uma questão insanável. Sem ponta de ironia, «o valor das taxas mencionadas no número anterior será fixado anualmente pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de desporto». Ora bem, nenhum departamento do Governo Regional fixa taxas, nem taxas de combustível, nem taxas de segurança, nem taxas de emissão de bilhete e, portanto, que mais não fosse, por um problema de redacção, este ponto 2 não faria qualquer sentido.

De resto, a questão das taxas não nos repugna, como disse inicialmente. Agora o n.º 2 deixa-nos muitas dúvidas. Eu espero que o Sr. Deputado Aníbal Pires tenha a bondade de esclarecer a esta casa o que se pretende exactamente com este n.º 2, porque nós, sinceramente, não conseguimos atingir a plenitude do que está aqui implicado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, por muitas voltas que o Sr. Deputado Carlos Mendonça e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lhe queiram dar, a verdade é que o artigo 24.º tem a ver com apoios complementares, não tem a ver com apoios a deslocações. O apoio às deslocações está consagrado no artigo 23.º, não é no 24.º. Se o valor dos apoios complementares é calculado ou não, no pensamento do Partido Socialista, para apoiar as taxas, esse é um outro problema. O valor do apoio às deslocações é 23.º, não é 24.º. Portanto, trazer para aqui o exemplo e a interpretação que o Deputado Carlos Mendonça tem sobre o artigo 24.º e os efeitos que isso produz em termos da compensação aos clubes penso que é abusivo.



Relativamente às questões que o Deputado do CDS/PP, Paulo Rosa, coloca, não é, de facto, um departamento e não estou a fazer nenhum esforço de bondade para prestar este esclarecimento porque, efectivamente, posso reconhecer que isso pode induzir a interpretações pouco claras.

Aquilo que se pretende com o ponto 2 do artigo 23.º, proposta de alteração do PCP, é que o departamento do Governo calcule o valor médio das taxas relativamente ao ano anterior. Independentemente das situações mais variadas que podem acontecer, há valores fixos de taxa. Há, depois, relações comerciais que os clubes mantêm com agências, ou directamente com as transportadoras, mas esse problema não é nem do Governo, nem nosso. As taxas estão fixadas, a taxa que é variável é a taxa de combustível. Foi por causa disso que nós colocámos aí a média, uma vez que as taxas de combustível sofrem alterações, em princípio trimestralmente e todas as outras mantêm, normalmente, um valor fixo, taxa de emissão de bilhete, taxa de segurança, etc., etc.

Portanto, aquilo que se pretende com o ponto 2 é apenas dizer que o valor das taxas inerentes não é um valor total, mas tem a ver com o referencial médio calculado em função do valor das taxas no ano anterior. Visto que há variações, a ideia é essa.

No entanto, aceito a crítica do Deputado Paulo Rosa relativamente à forma como a alínea do artigo está redigida, uma vez que pode induzir em alguma dificuldade de interpretação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Disse.

**Presidente:** Creio não existirem mais intervenções.

Vou colocar esta proposta de alteração à votação. Posso colocá-la em bloco, ou preferem que distinga os dois artigos? Não havendo oposição da câmara, vou colocar em bloco os dois artigos à votação.

Assim sendo, vamos votar a alteração proposta pela Representação Parlamentar do PCP para o artigo 23.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos agora votar o artigo 23.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Temos de seguida três artigos que não têm qualquer proposta de alteração apresentada, refiro-me aos artigos 24.º a 26.º inclusive. Se não houver oposição da câmara, ponho-os à votação em conjunto.

Assim sendo, coloco à votação em conjunto os artigos 24.º a 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** O artigo 27.º tem uma proposta de alteração do Partido Socialista, que altera a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma situação talvez pouco usual, porque eu estava, sinceramente, à espera que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fizesse uma apresentação desta proposta, uma vez que, em relação ao articulado original, há uma diminuição da majoração dos apoios complementares de 40% para 20%.

Ora bem, nós gostaríamos de saber porquê este corte na majoração de apoios complementares, para a partir daí definirmos a nossa posição em relação a este artigo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa por não ter feito a prévia apresentação, mas estava aqui a tratar de outra questão.

Trata-se simplesmente e em conformidade com o resto das alterações que constam e das majorações que estão neste artigo, de corrigir um lapso, porque antes, na redacção inicial, estava definido que a majoração seria de 40% e, como houve uma redução de majorações em 10% em todas as majorações, simplesmente propomos que fique em 20%, em conformidade com o resto das majorações. É esta a nossa proposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, assim sendo vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 27.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Proponho agora à câmara, porque não existem propostas de alteração, colocar à votação em bloco do artigo 28.º inclusive ao artigo 39.º da proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, faça o favor.

**(\* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Uma breve questão que gostaria de colocar à Sra. Secretária Regional proponente mas, dada a sua ausência, presumo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará em condições de esclarecer.

Sendo a virtude deste diploma um apoio à formação desportiva e crendo também ser abrangente, gostava que esclarecesse, até pela prática decorrente do anterior

diploma, a razão pela qual, no âmbito do n.º 7 do artigo 28.º, se exclui dos apoios as equipas B. Elas são, em regra, segundo os próprios dirigentes dos clubes e das associações, também um elemento decisivo da formação dos clubes e das modalidades em prática. Muitas vezes, é exactamente nas equipas B que se insere parte dos atletas que estão em formação, até estarem em condições de participar na equipa A.

Gostava de uma justificação para esta opção; pode até haver e isso, obviamente, condiciona o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD neste artigo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**(\*) Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão que o Sr. Deputado Bolieiro, na sua despedida, pretendeu avançar aqui, penso que posso dar uma achega àquilo que está a pretender fazer.

Ou seja, se tem algum conhecimento no âmbito da formação desportiva, deve saber que há muitos anos – e vou repetir, há muitos anos – não existem equipas B na Região.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não há dinheiro!

**O Orador:** Não, não é pelo dinheiro.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** No Sporting da Horta!

**O Orador:** Também sabe que, a nível nacional, as equipas estão a abolir, na sua maioria, as equipas B.

O facto de dizer que as equipas B servem para um apoio complementar à formação, essa é uma teoria que já está ultrapassada, porque a realidade das equipas B é que são utilizadas para escoamento, escoamento daqueles que são menos competentes no seu âmbito desportivo e utilizados para tentar sair dos clubes e serem aproveitados em outros clubes.

Era só isto que eu queria dizer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico espantado com a argumentação que o Deputado Carlos Mendonça aqui utilizou relativamente às equipas B.

É evidente que as equipas B são fundamentais para complementar a formação dos atletas! Os ritmos de formação são diferentes e, portanto, proibir, ou melhor, não apoiar equipas B é contrariar um princípio fundamental na formação. Esse argumento, sim, é válido, mas então que o diga claramente, o PS que o diga claramente: que as federações, por outros motivos, por motivos financeiros, acabaram com as equipas B. Ou melhor, não permitem que equipas B façam competição a nível nacional. Isso sim!

Quando as federações começaram a introduzir essas alterações aos regulamentos, quero dizer-vos que houve um grande prejuízo aqui na Região. Não só para os clubes, que foram prejudicados e, no mesmo ano, foram 3 as equipas, 3 os clubes que foram prejudicados! Foi prejudicada a Região, porque a Região investiu na formação daqueles atletas, a Região investiu naquelas equipas, para que elas pudessem ascender a níveis competitivos nacionais.

A Região, nessa altura, acatou, sem nenhuma reserva, as alterações que foram feitas aos quadros competitivos nacionais. Nessa altura, a Região, porque estava a ser posto em causa o investimento público que a Região fez naquelas equipas e naqueles clubes...

Portanto, Sr. Deputado Carlos Mendonça, tenha atenção àquilo que diz e seja rigoroso naquilo que diz!

As equipas B têm toda a vantagem para os clubes...

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** ...e, se as federações não permitem...

Tenham calma! Ouçam!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor está nervoso!

**O Orador:** Estou nervoso, estou! Estou nervoso, porque vocês nem sequer sabem defender, nesta área, os interesses da Região! Nunca o souberam fazer!

**Deputado Berto Messias (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** Desperdiçaram recursos e deixaram que a República nos pisasse, nos ultrajasse e não fizeram nada, nada, para que isso fosse alterado!

As equipas B têm toda a vantagem para os clubes e se os regulamentos federativos não permitem a sua competição na Região, porque temos de acabar, na Região, com as equipas B? Não há motivo para que acabemos com as equipas B.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Mendonça, veja lá o que diz!

Obrigado.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Isso não tem nada a ver com formação.

**O Orador:** Tem, tem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Se o Sr. Deputado Aníbal Pires se acalmar...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, quer legitimamente intervir o Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

**(\* Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem ouça o Sr. Deputado Aníbal Pires ficará com a ideia de que quem compõe as assembleias gerais das federações não são as associações, elas próprias compostas por clubes e legítimas representantes dos clubes, e que não são elas que aprovam os quadros competitivos.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, esta precisão... Porque o Sr. Deputado, propositadamente, esqueceu este pormenor, querendo transpor isto para o âmbito político, para o âmbito das responsabilidades do Estado ou da Região, quando é uma questão que está nas mãos dos clubes, das associações e das federações, que são associações de âmbito privado, elas as únicas e exclusivas responsáveis pelas alterações dos quadros competitivos e pelas alterações regulamentares que aprovam em cada momento.

**Deputado José Lima (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Efectivamente, é verdade que tem havido, ao nível das diversas federações, um movimento no sentido de terminar com as equipas B.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ah! Muito bem!

**O Orador:** Há divergência nessa perspectiva; há quem defenda as equipas B, como há quem entenda que as equipas B não contribuem para a promoção do desporto. Eu, por acaso, sou daqueles que vêm algum mérito nas equipas B, confesso, mas também sou daqueles que entendem que, perante estas alterações regulamentares, os clubes e as associações têm formas de as ultrapassar. Têm formas de as ultrapassar, promovendo clubes satélite, promovendo o surgimento de outros clubes e promovendo o intercâmbio de atletas entre os diversos clubes, nas diversas associações e nas diversas ilhas.

É por aí que temos de ir, não podemos estar a adoptar e a alinhar por um padrão que, manifestamente, está a ser posto em causa a nível nacional pelas deliberações que as federações têm tomado, através das decisões que as associações, legitimadas pelos clubes, têm aprovado em assembleias gerais.

A Região e, neste momento a Assembleia Legislativa, têm de promover e aprovar um quadro de apoio ao movimento desportivo que seja compatível com a realidade e que vá ao encontro do devir que neste momento se sente.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\* Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Concordo inteiramente com a segunda parte da intervenção do Deputado Hernâni Jorge, mas julgo que a solução não vai para os clubes satélite porque, então, teremos aí uma proliferação de clubes que nunca mais acaba. Atenção!

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Entre aspas.

**O Orador:** Agora, há aqui uma questão que nós não podemos ignorar: as federações, ou melhor, as associações desportivas dos Açores têm um determinado peso relativo nas federações e nenhuma associação – nem de futebol, nem de ténis, nem de pesca, nem de berlinde, o que quer que seja – tem um peso suficientemente

grande para fazer alterar uma decisão federativa em assembleia geral de federação. Não tenhamos nenhum tipo de ilusões! A verdade é esta!

As alterações dos regulamentos competitivos feitos nos últimos anos visam claramente prejudicar a participação das equipas regionais nas competições nacionais. Nós não podemos ficar alheios a isso, mesmo em nome da independência do movimento associativo e do movimento federativo, porque há muito dinheiro público investido na formação desportiva. Portanto, nós temos obrigação de zelar pela aplicação destes dinheiros públicos. Isto não tem nada a ver com a garantia de independência.

Agora, aquilo que foi feito à Região, nos últimos anos, por via dum...

Aliás, os Srs. Deputados reparem: este crescimento das participações de equipas regionais nas competições nacionais, nos escalões superiores e nos escalões intermédios, deveu-se exactamente à política de apoio aos clubes decidida por esta câmara, decidida por este partido, pela maioria parlamentar, pelo Governo do Partido Socialista. Isso foi um investimento e esse investimento valeu a pena. Os clubes aproveitaram-no e souberam guindar-se para as competições regionais e nacionais.

Agora, há aqui uma outra questão. As federações, porque lhes foi diminuído o apoio do Estado e porque estão financeiramente fragilizadas, o que fazem? Diminuem a despesa. Uma despesa significativa é a deslocação das equipas continentais à Região. Então, o que fazem? Alteram regulamentos federativos para evitar a nossa subida e a nossa participação nos campeonatos nacionais. Isto é o que se tem passado. Nós não temos nada a ver com isto? Temos de ter alguma coisa a ver com isto! Fizemos alguma coisa? Não fizemos nada e a Região foi prejudicada! Aliás, foi prejudicada a política, do Partido Socialista, de apoio ao desporto.

**Deputado Berto Messias (PS):** O que tem isso a ver?

**O Orador:** A política desportiva foi prejudicada por isto.

Tem tudo a ver, Sr. Deputado, tem tudo a ver!



As equipas B, como já aqui foi dito e reconhecido pelo Deputado Hernâni Jorge, têm efectivamente uma importância muito grande para complementar a formação dos atletas, têm toda a importância.

Agora, há esta questão, que não pode ser escamoteada, em nome de coisa nenhuma, porque é de investimento público que se trata. É duma política do Governo do Partido Socialista que se trata, que permitiu que o desporto regional tivesse uma projecção nacional como nunca tinha tido! Isto devia orgulhar-vos! Mas, da mesma forma que vos devia orgulhar, também deviam ter em atenção esta questão e não deixarem que as federações fizessem aquilo que fazem. Este é um problema de financiamento do IDP, é um problema do Estado, e esse problema as federações têm de o resolver com o Estado, não é prejudicando a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\* Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma última nota, para discordar um pouco do que o Sr. Deputado Aníbal Pires acabou de dizer.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas é só um pouco!

**O Orador:** Não posso concordar que as equipas B tenham um papel determinante ou, sequer, fundamental na questão da formação.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Complementar!

**O Orador:** As equipas B têm a sua importância numa componente que já é competitiva, meramente competitiva. Eventualmente, podem ajudar numa fase de transição da formação para a competição. Não são determinantes, nem relevantes, no processo de formação. Portanto, aí estamos em desacordo relativamente a esta matéria.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Como foi dito pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça – ainda bem que me recorda – e muito bem, na sua intervenção de há pouco. E também...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Disse que não havia equipas B. O senhor diz que há! Eu gostava de perceber o que pensa o Sr. Deputado.

**O Orador:** Sr. Deputado Clélio Meneses, se me permitir, eu gostaria de concluir o meu raciocínio.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu gostava de perceber o que pensa o Grupo Parlamentar do PS: há equipas B ou não?

**O Orador:** Também para dizer que esse movimento, que tem acontecido ao nível das federações a nível nacional, de se alterarem os quadros competitivos e de se limitar e, até, banir a participação de equipas B nas competições, não se deve a alterações das regras do IDP. As alterações das regras de apoio às deslocações pelo IDP são claras e estão perfeitamente definidas, principalmente nos últimos 2 ou 3 anos. Estas alterações em algumas federações devem-se à pressão que alguns clubes com menor capacidade financeira do continente têm feito nas assembleias gerais e junto das federações, porque...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** As federações estão descapitalizadas.

**O Orador:** ...não querem fazer deslocações à Região. São os clubes, não são as regras do IDP, porque, a existirem equipas B e a estarem devidamente enquadradas nos quadros competitivos, o IDP, com as regras que definiu há 2 anos, garante a participação e o financiamento das deslocações das equipas do continente às ilhas, para jogarem com as equipas B!

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**(\* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para dizer que, face à questão, não foi convincente – aliás, contraditória – a explicação e a defesa da norma por parte do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Creio que a matéria, até aconselhável no ambiente político nacional, merecia diálogo, desde logo, com os clubes e os dirigentes associativos. Como bem demonstrou, na sua intervenção, o Deputado Hernâni, há situações em que se justifica e outras em que não. Como defendeu e bem o Deputado Aníbal Pires, as equipas B têm um papel relevante também na formação.

Face à importância – que em diálogo, também eu próprio e o Grupo Parlamentar do PSD mantivemos com dirigentes associativos e dirigentes de clubes – de o apoio para as equipas B não ficar aqui vedado e excluído – depois logo se veria se os clubes teriam interesse ou não, cada um, para recorrer a estes apoios –, eu gostaria de solicitar ao Sr. Presidente a votação em separado do n.º 7 do artigo 28.º. Esta norma é a que veda os apoios às equipas B, o n.º 7 do artigo 28.º.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo e face ao pedido do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, vamos votar o n.º 7 do artigo 28.º e depois, então, todo o restante.

Está à votação o n.º 7 do artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora todos os restantes números do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos agora votar os artigos 29.º a 39.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 40.º há uma alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(\* **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente acerca desta nossa proposta, trata-se de um erro de remissão. Onde dizia «artigo 80.º, referente à utilização de instalações e equipamentos desportivos», naturalmente vê-se que não é a matéria visada, mas sim o artigo 89.º, que se refere, ele sim, à regulamentação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos então votar a proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 40.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Do artigo 41.º ao artigo 48.º ou não há nenhuma proposta de alteração, ou houve aquelas de terminologia que já foram por nós apresentadas. Se não houver oposição da câmara, coloco estes artigos à votação em conjunto.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, faça o favor.

(\* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para recordar que nós temos uma proposta de alteração ao 45.º, aliás, ao 46.º, pelo que a votação terá de ser do 41.º ao 45.º.

**Presidente:** Há uma proposta de alteração para o 46.º, que não é de mera terminologia?

**A Oradora:** Para a qual não foi votado o corpo restante do artigo, foi só votada a proposta de alteração e, daí, termos de votar o restante corpo do artigo.

**Presidente:** Podemos então votar do artigo 41.º ao 45.º em bloco.

Não havendo oposição da câmara, coloco à votação os artigos 41.º ao 45.º inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 46.º, há uma proposta de alteração do Partido Socialista que vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Creio que agora podemos votar os artigos 47.º e 48.º em conjunto, porque no 47.º as alterações que vejo têm a ver com «desporto de alto rendimento» e, no 48.º, com «CADAR».

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, faça o favor.

**(\* Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este foi o procedimento adoptado anteriormente.

Nós tínhamos votado as propostas de alteração do PS em bloco e votámos artigo a artigo o restante corpo, por isso era minha sugestão...

**Presidente:** Portanto, onde houve propostas de alteração da terminologia, votar artigo o artigo?

**A Oradora:** O restante corpo do artigo e não a proposta de alteração em si.

**Presidente:** Certo, já percebi.

Vamos votar o artigo 47.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 48.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 49.º há, efectivamente, uma proposta, que não terminológica, do Partido Socialista, que altera a redacção do seu n.º 1.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**(\* Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para clarificar a nossa proposta, o acrescento de «nos termos da legislação em vigor» deve-se ao facto de, anteriormente, remeter para o Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, decreto este que foi revogado pelos recentemente publicados Decretos-Lei 272 e 273/2009 que, aliás, foram publicados depois da aprovação deste diploma em comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, passamos à votação desta proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 49.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 49.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 50.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 51.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 52.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação do artigo 53.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 55.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 56.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o artigo 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 58.º há uma proposta de alteração do Partido Socialista, para o seu n.º 4.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, a explicação é exactamente a mesma do artigo 49.º.

Muito obrigado.

**Presidente:** Portanto, vamos votar a proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 58.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 58.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 59.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o artigo 60.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o artigo 61.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 62.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 63.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.



**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 64.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Por sugestão da Deputada Cláudia Cardoso, estou a votar estes artigos individualmente, porque eles tinham alterações terminológicas que nós votámos no início. Caso contrário, tê-los-ia posto à votação em bloco.

Contudo, porque não tiveram qualquer proposta de alteração, posso colocar agora à votação em bloco os artigos 66.º e 67.º, se não houver oposição da câmara.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra, faça o favor.

**(\* Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, a votação em conjunto pode ser dos artigos 66.º a 68.º.

**Presidente:** O artigo 68.º tem uma proposta de alteração do PSD.

**A Oradora:** Então, do 66.º ao 67.º.

**Presidente:** Não havendo oposição da câmara, coloco à votação os artigos 66.º e 67.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o n.º 3 do artigo 68.º, conforme dizia há pouco, há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

**(\* Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez fazendo jus às questões levantadas pelos pareceres, o PSD apresenta aqui uma proposta de alteração relativamente aos eventos desportivos com

relevância turística, passando a ser redigido o n.º 3 do artigo 68.º da seguinte forma: “*Quando satisfaçam os requisitos fixados no número anterior, inserem-se nesta tipologia, entre outros a definir pelo organismo da administração regional competente em matéria de turismo, eventos desportivos relevantes das modalidades de automobilismo, golfe, ténis de campo, vela de cruzeiro e...*” aqui inserimos a “*...pesca desportiva*”.

Pensamos que a pesca desportiva é um evento desportivo turístico. São muitos os turistas que vêm aos Açores para praticar pesca desportiva. Assim, e fazendo jus mais uma vez ao parecer da Associação de Pesca Desportiva, fazemos este acrescento ao artigo 68.º.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**(\*) Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este pedido de alteração do Partido Social Democrata, no que concerne a pesca desportiva o PSD realmente quer dar aquilo que já foi dito aqui pelo Sr. Deputado, uma resposta ao parecer da Associação Açoriana de Pesca de Mar. Neste parecer encontra-se também a sugestão de incluir a expressão «respectivos organismos associativo e federativo».

Nada impede o turismo de considerar que um evento de pesca desportiva de alto mar possa ser considerado de interesse, como indica o ponto 3. No entanto, se ficar a designação proposta, «pesca desportiva», ela vai abranger todas as tipologias de pesca desportiva existentes, desde a pesca de rio, a pesca costeira e a pesca de alto mar. Deste modo, como esta valência já se encontra inserida no artigo, o PS não acha necessidade de se acrescentar mais nada ao ponto 3 do artigo 68.º.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ora bem, nós não temos nada contra, de facto, que se inclua aqui a pesca desportiva. Agora, a partir do momento em que se faz uma “elencagem”, neste ponto deste artigo, de várias actividades, digamos, que podem ter interesse e se

admite, “(… ) *entre outros a definir pelo organismo da administração regional competente em matéria de turismo*”, que podem surgir outros, acrescentar um podemos sempre perguntar: porque não acrescentar outros, como a caça submarina, por exemplo?

Agora, Sr. Deputado Carlos Mendonça, pesca de rio, nos Açores, não me parece que possa suceder.

De qualquer maneira, fica a questão no ar: porque não outros?

Basearam-se apenas no parecer. Penso que poderíamos pensar noutras situações que podiam ser abrangidas, ou, então, eliminar esta “elencagem” exaustiva e deixar tudo ao critério da administração regional competente em matéria de turismo, porque, ao elencar, corre-se sempre o risco de se deixar alguma actividade de fora.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o n.º 3 do artigo 68.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Coloco agora à votação o artigo 68.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Se não houver oposição da câmara e porque não há qualquer proposta de alteração, nem sequer terminológica, para estes artigos, eu colocaria à votação em bloco os artigos 69.º a 78.º, inclusive.

Não havendo oposição da câmara, vamos votar os artigos 69.º a 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o n.º 2 do artigo 79.º há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, esta excepção deve-se ao facto de esta questão estar referida no artigo seguinte, no artigo 80.º, como é facilmente constatável. Esta referência fazia parte da Portaria 101/2003, de 18 de Dezembro, que é expressamente revogada pela aprovação deste diploma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio não haver mais inscrições.

Assim sendo, vou colocar à votação esta alteração ao artigo 79.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 79.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Não têm qualquer tipo de proposta de alteração os artigos 80.º e 81.º. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** O n.º 2 do artigo 82.º tem uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Não havendo inscrições, vou colocar esta proposta de alteração à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 82.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O artigo 83.º não tem qualquer proposta de alteração, vou colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 84.º há uma proposta de aditamento do PSD, que acrescenta um novo n.º 5 ao artigo, renumerando para o n.º 6 o anterior n.º 5 da proposta.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

**(\* Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 84.º, o PSD aditou um ponto 5, no qual se refere que “(...) *as percentagens referidas no número anterior são majoradas em 20% nos casos de aquisição da primeira viatura*”. Tal deve-se precisamente a existirem muitas associações recém-criadas, novas, que têm poucos recursos e que normalmente sentem necessidade de adquirir viaturas. Pensamos que a percentagem anterior é muito baixa para apoiar novos clubes e novas instituições. Deste modo, propomos aqui uma majoração em 20% para a aquisição das primeiras viaturas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**(\* Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao artigo 84.º, n.º 5, proposto pelo PSD, realmente o proposto traduz-se objectivamente numa alteração dos valores máximos da comparticipação para as viaturas, neste caso a aquisição da primeira viatura. Lamento é que tenha dito,

agora, na sua intervenção, que só se refere às novas associações recentemente criadas. O texto parece não ser operacional, pois não define o que é uma primeira viatura. Será que quer dizer a primeira aquisição de viatura após a entrada em vigor do diploma, mesmo que o clube ou a associação já possuam várias viaturas? Ou significa que quem já possui uma viatura adquirida anteriormente, mesmo que não comparticipada pelo Governo Regional, não pode ser beneficiado?

Acrescento que as viaturas entre 9 e 21 lugares, de acordo com o diploma, já têm uma comparticipação de 60%, o que é bastante significativo, e que as viaturas com mais de 21 lugares têm uma comparticipação de 40%. Isto pode criar uma situação passível de ser considerada discriminatória, de acordo com o modo como está definido. Relativamente aos apoios para aquisição de embarcações para as actividades náuticas, que estão acrescentadas aqui a este novo diploma, também pode ser considerada uma questão discriminatória. Deste modo, não podemos aceitar esta alteração proposta pelo PSD.

Acrescento que viaturas com as características acima mencionadas realmente são duma enorme importância, não só para as novas associações criadas, mas para todas as associações que abrangem a formação desportiva e o desempenho desportivo ao longo dos seus anos. Deste modo, também importa dar uma margem de manobra aos apoios provenientes das autarquias e de entidades privadas, porque, se nós repararmos, em muitas dessas viaturas vemos muitas publicidades de entidades privadas. Por isso, pensamos que a percentagem aqui identificada é realmente uma percentagem viável e não achamos pertinente, neste momento, aumentar essa percentagem.

Tenho dito.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

**(\*) Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Recomendo plenamente que o Sr. Deputado Carlos Mendonça leia novamente, “com olhos de ver”, a nossa proposta.

Nós referimos precisamente o seguinte: “*As percentagens referidas no número anterior são majoradas em 20%*”. As percentagens referidas no número anterior, portanto não é necessário explicar qual é o tipo de viatura, porque já nos números anteriores vem explicitado qual é o tipo de viatura.

Mais uma vez volto a referir que é necessário apoiar, não só os clubes que estão em formação, mas os clubes que têm necessidade de adquirir, pela primeira vez, uma viatura. É essencial. Muitos clubes andam aqui “ao sabor do vento”, com carrinhas emprestadas, com carrinhas cedidas pelas juntas de freguesia...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Inseguras!

**O Orador:** ...inseguras.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Com os nossos filhos lá dentro! E carrinhas de 9 lugares que levam 16 e 17.

**O Orador:** Nós propomos que haja uma majoração em 20%, para criar condições para que os nossos atletas, os nossos escalões de formação, possam ser transportados em condições para os locais de treino e para os locais onde existem jogos. Precisamente por isso, achámos por bem apresentar esta proposta.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 84.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 84.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Dos artigos 85.º a 89.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou pô-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 90.º há uma proposta de alteração do PS, passando este artigo a ter 3 números.

Não havendo inscrições, vou colocar à votação esta proposta de alteração do PS para o artigo 90.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 90.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Por último, vamos votar o artigo 91.º, para o qual não existe qualquer alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos proceder agora à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o ponto seguinte da nossa agenda, o **Projecto de Resolução n.º 23/2009, que “Recomenda ao Governo da Região Autónoma dos Açores a suspensão do contingente laboral para imigrantes na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Começo por dar a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares, para o apresentar.



**Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, hoje em debate nesta Assembleia, em síntese, recomenda ao Governo Regional a negociação, com o Governo da República, da suspensão do contingente regional indicativo de oportunidade de emprego para cidadãos não comunitários.

Fazemo-lo – e bem o sabemos – ao arrepio de toda a política migratória europeia, justamente simbolizada pela imagem da Europa-Fortaleza: espaço onde é aprovada a criminalização da imigração, onde uma pessoa (incluindo crianças) pode ficar detida, até 18 meses, pelo único 'delito' de ter migrado, onde se proíbe a realização de processos de regularização de carácter extraordinário, condenando à clandestinidade os cerca de 8 milhões de indocumentados(as) que nele vivem.

Mas também o fazemos à luz da aceleração do processo de globalização verificado nas últimas décadas e do qual o fenómeno migratório constitui uma característica fundamental. Porque vivemos num mundo em que as pessoas, as ideias, as mercadorias e os capitais se movimentam de uma forma cada vez mais rápida, cada vez menos sujeitas a qualquer controle administrativo. Um mundo em que – como não se cansa de ensinar Adriano Moreira – as fronteiras passaram a ser quase um apontamento histórico.

Fazemo-lo, também, em nome da Declaração Universal dos Direitos Humanos que consagra a escolha de viver, trabalhar e construir uma vida onde a pessoa quiser, pelo que imigrar é um direito fundamental do ser humano.

Fazemo-lo, ainda, porque entendemos a política como o lugar da ética e da moral. Não esquecemos que o nosso País, em geral, e a Região Autónoma dos Açores, em particular, pela sua história e pelo esmagador peso da sua diáspora, deveria ser o último país a enveredar por políticas restritivas, no que à imigração diz respeito. É que se alguns outros países fechassem as fronteiras de forma também restritiva e se os portugueses irregulares fossem obrigados a regressar, Portugal iria ter de receber mais de 100 mil pessoas...

E, finalmente, porque levamos muito a sério a feliz prosa vertida no portal do Governo Regional, onde, sob o título 'Imigrantes nos Açores', se pode ler o

seguinte processo de intenções: *“Transferir as expectativas das comunidades emigradas para os imigrados nos Açores é, desde já, uma via de avaliação à aferição das nossas responsabilidades de acolhimento e de educação dos vários sectores sociais”*.

Também por tudo isto, confessamos o nosso “delito”: – Queremos que o Governo Regional dos Açores dê prova da sua dimensão humanista, honre o legado histórico desta região e confirme a abertura até agora demonstrada, em relação à integração dos imigrantes, dando um sinal claro de que é contra o sistema de quotas e de sub-quotas impostas pela nova Lei de Imigração, quer elas pequem por defeito ou por excesso. E porquê?

1- Porque usar o cenário macroeconómico da crise como justificativo principal da política de quotas para a imigração é legitimar uma falácia: os imigrantes vêm roubar emprego;

2- Porque o mercado de trabalho constitui, por si só, um regulador natural dos fluxos migratórios;

3- Porque os fluxos migratórios para Portugal têm diminuído nos últimos dois anos, em consequência da perda de atractividade e de emergência de outros destinos migratórios;

4- Porque a política de quotas foi e continuará a ser um embuste e um fracasso. Um embuste, porque serve para dar a ilusão de controlo e para convencer os portugueses de que podem estar descansados porque o Governo não deixa que ninguém lhes tire o emprego. Um fracasso, porque não tem a ver com a realidade do mercado de trabalho e muito menos combate o trabalho ilegal;

5- Porque quem não consegue entrar pelas vias legais, entra por todas as outras. E, porque assim, com este tipo de medidas, o Governo está a ser cúmplice da escravatura moderna que existe em Portugal. Quem poderá acreditar que um imigrante, na urgência da fuga da fome, da guerra, da tortura, da miséria e da indignidade, opte por entrar em Portugal, percorrendo um itinerário kafkiano que começa pela apresentação duma promessa de contrato de trabalho nos consulados portugueses (assinada pelo empregado e pelo empregador, que não conhecem o trabalhador), passa pelo comprovativo da oferta de emprego nos órgãos e serviços

da administração central ou regional, segue para a apresentação nas inspecções gerais ou regionais do trabalho e termina com a obrigatoriedade do registo criminal do país de origem e de Portugal?

6- Porque a situação de ilegalidade dos imigrantes não se combate com quotas, mas antes com uma efectiva penalização dos muitos empresários que mantêm estes trabalhadores em situação irregular para melhor os poder explorar;

7- Porque, de acordo com projecções feitas, o ano passado, pelo Eurostat, até 2035 os países vão conseguir crescer graças à imigração e, a partir desta data, a imigração já não chegará. Em Portugal, os imigrantes já representam 6% do Produto Interno Bruto, salvaram o nosso país de um saldo natural negativo (em 2007) e são a maior garantia que temos para a sustentabilidade da Segurança Social.

É esta a realidade nua e crua, malgrado toda a demagogia populista e xenófoba que por aí anda à solta, procurando fazer dos imigrantes os bodes expiatórios da crise e do desemprego.

Claro que poderão sempre dizer – como o fez, aliás, a maioria absoluta do Partido Socialista, em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho –, que esta “(...) iniciativa do Bloco de Esquerda é ineficaz e desadequada(...)”, ou que “(...) a proposta do Bloco de Esquerda, se aprovada, teria um impacto social nulo”. Por muito que estranhemos esta recusa em reconhecer, hoje, uma realidade que, há quatro anos, era cristalina e inegável para o Governo Regional, registamos, com surpresa e agrado, a pública confluência de opiniões de personalidades insuspeitas: D. Januário Torgal Ferreira, D. Ilídio Leandro, Helena Roseta, José Eduardo Agualusa, Paula Teixeira da Cruz, Pedro Bacelar Vasconcelos, Sergio Trefaut, António Vitorino, Celeste Correia, Paulo Pedroso, Vítor Ramalho, entre muitos, muitos outros e outras.

Como também registamos, sem comentários (porque desnecessários), a espúria aliança, na defesa demagógica e preconceituosa do regime de quotas, entre o Partido Socialista, o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa e o líder do CDS-PP, Paulo Portas.

Disse.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Aníbal Pires, Isabel Rodrigues, Clélio Meneses e Luís Silveira e também a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por realçar que o quadro que regulamenta a entrada, permanência e afastamento dos cidadãos estrangeiros do território nacional sofreu uma evolução positiva com a aprovação da Lei 23/2007, de 4 de Julho. Não mereceu, no entanto, por parte do PCP, total concordância e a nossa posição na República, na Assembleia da República, foi de abstenção.

De facto havia e há aspectos positivos, desde logo a redução dos títulos que habilitam a entrar, a viver e a permanecer em Portugal, mas também o facto de ter sido introduzida a possibilidade, por via do ponto 2 do artigo 88.º, de regularização dos cidadãos que se encontram em Portugal em situação irregular. Dois aspectos de entre outros que podia destacar, mas estes dois julgo que são emblemáticos.

Nós não demos o nosso apoio por duas ordens de razão que consideramos fundamentais.

Desde logo, o facto de se manter, no corpo da lei, a contingentação. Não há, efectivamente, nenhum estudo científico que aponte para que a gestão dos fluxos migratórios seja feita por imposição de uma barreira administrativa. De facto, assim não é e a prática assim o demonstra. As barreiras administrativas não impedem a entrada e a mobilidade dos cidadãos, nem sequer as barreiras físicas, como todos nós sabemos. Todos nós conhecemos as histórias trágicas da passagem do Estreito de Gibraltar, agora no Atlântico e mais a sul, e também da passagem da fronteira do México para os Estados Unidos.

Portanto, esta questão da contingentação não traz nada e fomenta, efectivamente, a imigração irregular. Esta contingentação é, enfim, uma herança da passagem do CDS pelos governos de Durão Barroso e que o PS, infelizmente, não conseguiu limpar de todo. Esperemos que numa próxima oportunidade o possa vir a fazer.

Outro motivo porque não aprovámos ou não demos o nosso apoio, enfim, na sua totalidade, à lei, foi o facto de a lei conter um conjunto de situações em que o SEF tem discricionariedade, em que a actuação do SEF é discricionária, sem haver hipótese de os cidadãos poderem recorrer.

Por uma questão de princípio, o PCP é contrário à contingentação, porque não regula os fluxos e fomenta a imigração ilegal.

Passando agora à questão do Projecto de Resolução que temos aqui em apreciação, eu gostaria de dizer o seguinte, desde logo e relativamente aos considerandos da Proposta de Resolução. Não vou atender a todos, mas vou fazer aqui referência a 2 ou 3 dos considerandos, nomeadamente aquele que diz: *“Considerando que em 2004 o Governo Regional dos Açores discordou publicamente do sistema de quotas para imigrantes adoptado pelo Governo da República”*. Assim foi, de facto, mas entretanto exigiu uma quota para os Açores. Exigiu uma quota para os Açores e eu, na altura noutra qualidade, tive oportunidade de me manifestar contra essa exigência, porque era subscrever, digamos, o regime de quotas.

A verdade é que se percebe perfeitamente, aliás como se vai perceber durante esta discussão, que aquilo que o Governo Regional dos Açores fez na altura, pela voz da Secretária Regional Adjunta da Presidência, salvo erro, na pessoa da Deputada Cláudia Cardoso, foi salvaguardar o interesse da Região. Estando na quota global, na opinião do Governo Regional quis-se salvaguardar que alguma dessa quota global fosse para a Região. De facto, isto foi uma clara declaração de apoio ao sistema de quotas, apesar de, também pelas suas palavras, a então Secretária Regional ter sido clara a dizer que era contra o sistema de quotas.

Um outro considerando tem a ver com o seguinte: o Bloco de Esquerda diz que *“não é por usufruir de uma contingentação autónoma, limitando o número de imigrantes que entram através dum sistema contingencial, que se irá alcançar na Região Autónoma dos Açores a diminuição da imigração ilegal”*.

Nos Açores não há imigração ilegal. Não há, Sra. Deputada. Na imigração ilegal podem contar-se, eventualmente, pelos dedos de uma mão ou de duas e é preciso fazer um certo esforço. O que há é muitos imigrantes em situação irregular. Agora, não há entrada, aqui, não há cidadãos estrangeiros a entrar no território original de

forma ilegal. O que há são situações – e muitas situações – de cidadãos estrangeiros que, em determinada altura, porque não são capazes de comprovar os requisitos da lei, passam por situações de irregularidade, o que é diferente e não tem nada a ver com a questão da contingentação.

Ainda um outro considerando, que tem depois a ver com a parte resolutiva e que tem a ver com o seguinte: considera que se *“desconhece com exactidão o número de imigrantes em situação de irregularidade, mas que é reconhecida a sua existência e contribuição efectiva na vida económica regional, trabalhando sem direitos, em muitas situações, em condições de exploração pelas entidades empregadoras”*.

Quero dizer-lhe que o ponto 2 do artigo 88.º prevê a regularização destas pessoas. Mais: o ponto 2 do artigo 88.º até é ágil, não é nada burocrático. O problema não é esse. O problema das dificuldades do artigo 88.º é a forma como o SEF trata essas questões, o problema não é do artigo 88.º. Aliás, o artigo 88.º, nomeadamente no seu ponto 2, é uma das grandes vitórias do movimento associativo imigrante no quadro da discussão desta lei. Portanto, reivindicar a desburocratização da candidatura, como diz aqui na alínea c) da parte resolutiva... Não me parece que o problema seja a burocratização, porque ela, de facto, não existe. Basta ler o ponto 2 do artigo 88.º para se perceber que isso não é assim.

Relativamente ainda à eficácia, ou não, desta iniciativa do Bloco de Esquerda, se ela vier a ser aprovada o que pode acontecer? Se o Governo Regional até conseguir a negociação da retirada da quota, em termos práticos o que pode acontecer? A Região Autónoma fica sem quota, o que pode, numa interpretação abusiva do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, impedir a entrada de cidadãos estrangeiros, no quadro da contingentação. Abusiva, com certeza! Mas, como sabe, Sra. Deputada, como sabe, a lei está infestada de situações de grande discricionariedade por parte do SEF. Portanto, aquilo que eventualmente poderia acontecer se hoje aprovássemos aqui esta Resolução, se o Governo Regional conseguisse retirar, nomeadamente, o ponto 3 do artigo 59.º da Lei 23, se se conseguisse retirar daqui este artigo, o que poderia acontecer era exactamente isso.

Por outro lado, parece-me que esta iniciativa deveria ter assumido uma outra forma em termos de iniciativa parlamentar. Se se quer, de facto, alterar alguma coisa, então mande-se uma proposta de lei para eliminar, ou toda a contingentação, ou a contingentação que diz respeito às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Por essa via, não por via da proposta de resolução.

Para que fique claro, há aqui, de facto, uma questão de princípio. A contingentação não resolve. A lei anterior, a Lei de 2004, não previa a contingentação para as Regiões Autónomas. Aqui prevê a contingentação e depois prevê a contingentação para as Regiões Autónomas. São princípios contra os quais nós, o PCP, somos frontalmente contra, porque está comprovadíssimo que esta barreira administrativa não impede que as pessoas se movimentem, que as pessoas nos procurem ou procurem outros destinos de acolhimento. Tudo comprova que isto não é eficaz e, não sendo eficaz, o que acontece é que promove a imigração ilegal.

Efectivamente, aquilo que se verifica em termos dos números é que o número de imigrantes, o número de estrangeiros, que entra em Portugal, que entra na Região Autónoma dos Açores por esta via é um número muito reduzido e que fica aquém do número da contingentação. O que não quer dizer que em Portugal – não nos Açores –, no conjunto do país, não entrem mais pessoas do que aquelas que até estão definidas na contingentação.

Relativamente aos Açores, como já referi, a imigração ilegal não existe, não tem nenhum significado. O que se passa são situações de cidadãos que passam a situação de irregularidade e, aqui, a Inspeção Regional de Trabalho e os serviços regionais têm um papel muito importante a fazer na fiscalização e no fazer cumprir a contratação com os trabalhadores, sejam eles de origem nacional ou de origem estrangeira.

Disse, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

**(\*) Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu compreendo a carga dramática e às vezes até com algumas referências exóticas da sua intervenção, porque é e tem sido a sua imagem de marca nesta casa. Agora, não pode a senhora pretender, com certeza, ter o exclusivo do património dos valores humanistas, matéria, aliás, em que a nossa actuação e a actuação do Governo Regional do Partido Socialista falam por si só.

Obviamente que a questão da mobilidade assume uma relevância enorme no mundo de hoje. Aliás, não é por acaso que a Organização das Nações Unidas escolheu, este ano, para tema do seu relatório de desenvolvimento humano, o tema das mobilidades. Porém, esse país que é Portugal, de que a senhora falou da forma como falou, é o mesmo país que, nesse relatório, é considerado como exemplar; é o mesmo país que, no Mipex – os indicadores do Migrant Integration Policy Index –, surge à frente, muito à frente, da média de todos os países da União Europeia, do Canadá, da Suíça e da Noruega, aparecendo, na grande maioria dos indicadores, com a nota máxima e com uma indicação de país com boa prática; esse país que tem as quotas ou o contingente global indicativo das oportunidades de emprego.

Relativamente à questão do contingente, esta é, como a senhora sabe, matéria que consta de uma Lei da República e que não está, sequer, em discussão na sua Proposta de Resolução. O que está em discussão na Proposta de Resolução do Bloco de Esquerda é a negociação do Governo Regional com o Governo da República para a suspensão deste contingente regional. Parece-me que aquilo que o Bloco de Esquerda faz aqui é identificar uma situação com a qual não concorda e, ao invés de propor a solução, empurra para o Governo Regional a negociação com o Governo da República, para alterar uma coisa que está consagrada em Lei da Assembleia da República.

Já lá iremos.

A questão da quota não está, de facto, em discussão. Relativamente à suspensão do contingente, não é só o Partido Socialista que o entende, é por exemplo a AIPA, que, no parecer que enviou à Assembleia Legislativa em sede da consulta efectuada na análise em comissão, diz o seguinte e passo a citar:



*“Importa dizer que o posicionamento sugerido teria, obviamente, uma dimensão simbólica inquestionável. No entanto, questionamos, se viesse a verificar-se, que consequências tal acto teria para a Região. A mais plausível é a Região ficar sem hipótese de contratar nenhum cidadão estrangeiro, na medida em que teríamos de sujeitar ao quadro legal existente nesta matéria”.*

Este é o entendimento da AIPA. Já na altura foi o entendimento do Governo Regional dos Açores e é isso que está claro na reunião do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, na reunião de 6 de Fevereiro. Na acta está a intervenção da então Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência, onde ela explica por que o Governo Regional, perante a consagração do regime do contingente, pede uma quota para a Região. Fá-lo no interesse dos imigrantes que queriam, efectivamente, vir para os Açores.

Aquilo que a senhora conseguiria, se esta sua proposta viesse a ser aprovada e depois viéssemos a seguir este mecanismo interessante que a vossa Resolução sugere, seria que não viria tão cedo um único imigrante para os Açores.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não, não!

**A Oradora:** É isso que o Bloco de Esquerda pretende, isto do ponto de vista material.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não é isso, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Ainda no plano material e relativamente ao ponto 2 da vossa proposta, ela é destituída de sentido, permita-me que o diga. Aliás, como o próprio Bloco de Esquerda reconhece, a Região tem sido exemplar nas políticas de integração de imigrantes. Matéria, aliás, que é a única na qual nós temos competência legislativa, nos termos do Estatuto, como a senhora sabe.

Do ponto de vista formal e uma vez que, no quadro do contingente nacional, não reveste carácter regional, não está no elenco das nossas competências legislativas, é matéria relativamente à qual, se o Bloco de Esquerda tem uma posição, se acha como é que isto se resolve e qual é a melhor maneira de resolver isto, então, deveria ter apresentado nesta casa uma anteproposta de lei e, aí sim, nós estaríamos a discutir a questão das quotas. Não é isso que a senhora aqui propõe. O que a senhora propõe é a suspensão das quotas.

Para já, fico-me.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**(\*) Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra – que nem é questão prévia porque é, na nossa perspectiva, questão primordial – de profundo e convicto respeito para com todos aqueles que, não sendo naturais destas ilhas, escolheram os Açores para viver.

Os Açores, de facto, na nossa perspectiva, são de todos, sem qualquer perspectiva de divisionismo ou de qualificação. Digo isto para evitar qualquer percepção errada daquilo que vou à frente dizer. O PSD entende, de facto, que os fluxos migratórios fazem parte da nossa identidade cultural. A nossa riqueza como povo depende desta realidade. A nossa riqueza tem, nesta abertura ao mundo, a sua raiz profunda. É importante que isto fique claramente percebido. Os Açores sempre foram terra de entradas, partidas, passagens, cruzamentos, de gentes e de povos. Foi assim que nascemos e crescemos, que os Açores cresceram, aqui no Atlântico e no mundo.

O futuro dos Açores, estou certo, depende muito desta realidade, percepção que exige, por isso, políticas e propostas concretas, que criem melhores condições de vida para os imigrantes e de integração adequada na nossa comunidade. Com o devido respeito, não nos parece que se alcance tudo isto com esta proposta. De resto, parece-nos uma proposta, uma iniciativa, inconsequente, pelos efeitos concretos que não tem. As intervenções que me antecederam fizeram referência a isso, numa dimensão ou noutra, quer em termos jurídico-constitucionais, quer em termos da própria eficácia da proposta. Parece-nos que esta proposta não vai para além de sinalizar uma determinada visão ou preocupação perante esta realidade, não passa disso e na nossa perspectiva, é preciso mais.

O apoio aos imigrantes não se pode resumir, na nossa perspectiva, a esta proposta, nem sequer se pode circunscrever aos objectivos que ela apresenta. O mais importante, aquilo que defendemos, como ainda agora referi, é a implementação de

medidas que, efectivamente, criem condições de vida dignas e de integração harmoniosa dos imigrantes na nossa comunidade: ao nível do apoio social; ao nível de políticas para a educação que integrem devidamente os imigrantes na nossa comunidade; por exemplo ao nível da habitação, com regras especiais de arrendamento para os imigrantes; ou, por exemplo ainda, ao nível dos transportes, com tarifas que não os distingam dos demais açorianos. São estas propostas e medidas concretas que, na nossa perspectiva, valorizam a comunidade imigrante e, nessa perspectiva, valorizam a ideia de Açores que o PSD tem.

Mais importante, por isso, também, parece-nos ser os Açores alcançarem um determinado patamar de desenvolvimento que os torne verdadeiramente atraentes, para que mais pessoas escolham os Açores para viver. De facto, o que é importante para os Açores é terem gente que promova o desenvolvimento destas ilhas. Enquanto os Açores não alcançarem um patamar de desenvolvimento tal, que faça com que cada vez mais pessoas escolham estas ilhas para viver, também aqui é um sinal de preocupação. Quando se diz que os contingentes não estão preenchidos, quer dizer que ainda não há muita gente a escolher os Açores para viver, apesar de ser significativo o aumento de imigrantes nos últimos tempos.

Também é de referir a existência de regras para emigrar, que são normais no mundo moderno, no mundo actual, neste mundo globalizado e aberto em que pretensamente devia ser – à partida, pensar-se-ia que seria – mais fácil imigrar. Porém, isso é normal, em todo o mundo existem regras específicas relativamente à imigração. São, por isso, normais os mecanismos de regulação e controlo de emigração. Existem esses mecanismos por esse mundo fora. Os próprios açorianos, que emigraram e emigram e fizeram crescer terras por esse mundo abaixo, foram sempre sujeitos a processos administrativos e burocráticos, faz parte do próprio movimento migratório e da mobilidade deste e de outros países.

Não podemos também, por outro lado, esquecer que estamos integrados num espaço único, integrado, da União Europeia. As conquistas de Schengen, do propalado espaço de liberdade, segurança e justiça, têm consequências, têm condicionalismos. Aquilo que muitos, transversalmente às várias posições políticas, elogiam no espaço de Schengen, por ser um espaço de liberdade de

circulação, de promoção da segurança e da justiça, tem essas consequências, tem esses condicionalismos que determinam que haja algumas regras, designadamente e no caso concreto o estabelecimento de adequados meios de controlo dos fluxos migratórios, que decorre, de resto, desta nossa integração.

O próprio processo burocrático existente tem sofrido simplificações, tem sofrido melhorias. De resto, o próprio Decreto Regulamentar 6/2004, de 26 de Abril, simplifica, melhora, deixa de exigir alguns documentos e alguns procedimentos que antes eram exigidos. Ainda agora, recentemente também, houve este avanço, isto é, o próprio processo burocrático foi evoluindo. Faço referência a dois períodos de duas governações – nem sequer estou a fazer uma avaliação político-partidária –, faço referência a 2004 e 2007, houve esses avanços de simplificação do próprio processo burocrático e, por isso, também, constatando aquilo que já foi aqui referido, os próprios contingentes neste momento estabelecidos não estão preenchidos.

Este conjunto de argumentos faz-nos concluir que é com a devida percepção da importância do movimento migratório, por um lado, por outro lado com um profundo respeito pelas pessoas e pelos imigrantes e, em terceiro lugar, com a consciência dos deveres inerentes ao mundo global e ao espaço integrado europeu em que vivemos, que não podemos apoiar esta proposta.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

**(\*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, o Bloco de Esquerda traz a esta casa uma proposta que nos parece demagógica. Por tudo aquilo que foi dito e, também, por mais alguma coisa que queria acrescentar ao debate.

Exactamente por termos quotas é que um dia, quando o país eventualmente disser que, por exemplo, podem as quotas ser zero, nós, na nossa condição de ter essas quotas garantidas, poderemos exactamente reivindicar o número de imigrantes e,

portanto, continuar a mostrar à Europa e ao mundo que somos, de facto, quem, na globalidade, tem dado provas de uma grande tolerância, duma grande capacidade para corresponder àquilo que são os desígnios já enunciados anteriormente nas outras intervenções.

Por outro lado, parece-me que estão perfeitamente garantidas as condições daqueles que, por necessidade ou por outra razão, nos procuram para viver. Ora vejamos: em 2008 houve um contingente açoriano de 200 vagas para imigrantes; 143 manifestaram interesse em vir para os Açores; apenas chegaram 19. De 1 de Janeiro até hoje, tivemos um contingente de 90; apenas 3 declarações de imigrantes foram passadas. Ou seja, não é previsível que até ao fim do ano seja necessário, sequer, esgotar a quota que está estabelecida.

Por esse motivo, o Governo não pode aprovar e rejeita esta proposta, que nos parece perfeitamente desadequada e desajustada à realidade actual.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**(\*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se há partido que defende políticas de imigração é o CDS/PP. Ao contrário de outros, o CDS/PP mantém o que sempre defendeu: uma política de imigração consciente, que deve ser rigorosa nas entradas para ser humana na integração e receber bem quem procura melhores condições de vida em Portugal, por uma questão de princípio e por razões históricas.

O CDS/PP defende políticas responsáveis e reguladoras, que promovam uma boa integração profissional e, sobretudo, social, de modo a evitar a marginalidade social e económica e prevenir a emigração clandestina, muitas vezes promovida por redes criminosas de imigração ilegal. Discordamos de uma política que resulte na abertura de fronteiras.

No que respeita às quotas referentes à Região Autónoma dos Açores, temos de louvar o trabalho do Governo Regional em relação a esta matéria. Acaba de frisar a Sra. Secretária, até porque os números falam por si próprios: em 2008 a Região tinha 200 vistos para atribuir, dos quais atribuiu apenas 19.

Por outro lado, temos de ter a noção de que no último ano a taxa de desemprego na Região aumentou mais de 50%, o que, desde logo, prova que não há falta de mão-de-obra nos Açores, seja indiferenciada ou especializada, como tem mencionado no seu Projecto de Resolução o Bloco de Esquerda.

No que respeita à valorização de competências e formação profissional, que o Bloco de Esquerda propõe na iniciativa em debate, como pretende alcançar este objectivo? A avaliar pelos elevados números de desemprego que se registam actualmente na Região, não tem havido capacidade para os fazer aos açorianos.

Relativamente à questão da diminuição demográfica, que se tem vindo a acentuar, especialmente nas ilhas mais pequenas, é um facto, por que será que tal acontece? Será porque o mercado de trabalho é bom, com oferta suficiente? Será que o Governo tem dado a atenção suficiente às políticas de apoio às famílias e de promoção da natalidade? A avaliar pelo panorama, temos forçosamente de concluir que não.

Fica claro, com esta iniciativa, o desprezo que o Bloco de Esquerda tem para com os açorianos que o elegeram e com os seus compatriotas, sobretudo aqueles que, neste momento, enfrentam uma situação dramática nas suas vidas, provocada pelo galopante desemprego.

A política de imigração, para o CDS/PP, tem de ser rigorosa nas entradas, justamente para ser humana na integração, como nos é exigido.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Desprezo? Por quem? Explique-me, se faz favor!

**O Orador:** Já lhe respondo, a seguir.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo o desconforto do Partido Socialista nesta matéria. Nesta matéria, o Partido Socialista é sempre muito de esquerda quando está na oposição mas, quando governa, tem muita dificuldade em gerir estas matérias. Facilmente é apanhado naquele paradoxo que são as suas posições anteriores e o que depois são as suas posições quando tem responsabilidades de Governo. Isto é o que tem acontecido ao longo destes anos todos que temos de democracia.

Por isso, e porque o Bloco de Esquerda está a crescer naquele que era o território eleitoral definido pelo Partido Socialista, é que estas iniciativas causam sempre este enorme desconforto, porque os senhores sabem que essa pode ser uma das causas da vossa derrota. E se é uma das causas da vossa derrota, terá sempre o apoio do PPM.

Mais do que isso: em relação à questão de facto, é evidente a minha posição. A posição do PPM tem sido sempre no sentido de considerar que não é o regime de quotas, não são os muros, não são as vedações, não é esse tipo de questões, não é a pobreza que permanece no Terceiro Mundo, não é a falta de políticas de desenvolvimento e de solidariedade em relação aos países menos desenvolvidos que resolve o problema, não é “fechar os olhos” a este tipo de questões; mas antes se todos nós, mundo desenvolvido, desenvolvêssemos políticas de promoção do desenvolvimento e resolvêssemos problemas que sucedem com grande amplitude em vastas zonas do mundo, zonas esquecidas, enquanto se projectam muitos outros recursos e intervenções militares no Afeganistão ou no Iraque, intervenções militares de mundo moderno, desvalorizando aquilo que são questões essenciais de civilização.

Eu parto deste pressuposto: não são as quotas, nem são as vedações que resolvem estes problemas. Eu considero, até, que as quotas têm um efeito contraproducente, na medida em que as dificuldades burocráticas e as dificuldades administrativas com que os senhores são coniventes, a nível das vossas responsabilidades a nível da República, a criação deste tipo de dificuldades promove, depois, a imigração ilegal. E a imigração ilegal, como se sabe, promove depois uma série de problemas sociais de grande monta, nomeadamente a criminalidade; introduz graves distorções no mercado laboral e promove a utilização da mão-de-obra ilegal.

É evidente que para muita gente é fácil...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Posso falar, Sr. Secretário?

Era importante que respeitasse as opiniões dos outros, eu penso que é fundamental, mas o senhor está a fazer uma intervenção em simultâneo.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Sr. Presidente, peço para se conseguir...

Muito obrigado por este momento de democracia.

Portanto, eu percebo, como disse, o desconforto nesta matéria, porque uma coisa é o que os senhores dizem na oposição e na tal esquerda que os senhores querem ser, e depois, na prática, é esta discordância das políticas efectivas. É essa a causa do vosso desconforto.

Dizia eu que o que é fundamental é percebermos que não são estas políticas restritivas, não são estas quotas, que resolvem os problemas em relação à imigração ilegal. Mais: criam novos problemas, criam novas injustiças.

É fácil para muitos e alguns fazem-no, infelizmente, na vida política portuguesa, é fácil despertar os diabos que existem no Homem. É fácil despertar o ódio contra o Outro, contra aquele que é diferente, é fácil fazer isso. É fácil, até, quando se está imbuído da arrogância que os senhores estão a demonstrar aqui, ao longo da minha intervenção, com apartes despropositados e, fundamentalmente, mostrando aquilo que acho que é fundamental, que é a indiferença em relação às opiniões dos outros. É a partir desse tipo de atitudes de arrogância que se cria este género de problemas. Nesse sentido, do ponto de vista simbólico, tendo atenção que, de facto, considero que estas políticas, estas medidas, estas propostas, também devem ser apresentadas no âmbito da Assembleia da República, para que a questão seja uma questão de âmbito nacional, para que se resolva aqui e também se resolva a nível do país, eu anuncio que o Partido Popular Monárquico votará a favor deste Projecto de Resolução, fundamentalmente porque considero que é fundamental dar esta mensagem de tolerância, esta mensagem de alguém que diz «Não» às quotas e que diz «Sim» à integração, diz «Sim» à solidariedade, diz «Sim» à civilização.

Muito obrigado.



**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Venho de novo ao debate para trazer mais alguns dados e esclarecimentos sobre as quotas, que me suscitou a intervenção do Deputado Manuel Silveira, perdão, Luís Silveira, do CDS/PP.

Peço imensa desculpa, mas hoje, enfim, o Deputado Manuel Silveira também foi objecto aqui de atenção, peço desculpa.

Relativamente à intervenção do Deputado Luís Silveira, queria dizer o seguinte:

Não há nada, em termos de estudos científicos, que possa, de alguma forma, relacionar o desemprego em Portugal com a imigração – nada, rigorosamente nada. Portanto, é bom que não se procure esse caminho ínvio e fácil da demagogia e do populismo, quando se pretende ligar desemprego ao fenómeno migratório.

Depois, é bom que não nos esqueçamos do seguinte: Portugal não foi um país de emigração; Portugal é, ainda, um país de emigração. Aliás, a saída de portugueses nos últimos anos para outros destinos, eventualmente não os tradicionais, continua e aumentou de uma forma significativa.

Relativamente à questão da gestão dos fluxos migratórios, queria dizer o seguinte: ele regulam-se de várias formas e aquela que é menos eficaz será, efectivamente, aquela da contingentação, a barreira administrativa. Aliás, o Conselho Europeu de Tampere, que é o primeiro conselho europeu que aborda estas questões, diz claramente, sobre isto, que se devem promover acordos bilaterais entre os países receptores e emissores de emigrantes e que é importante que o apoio ao desenvolvimento se configure de uma outra forma, que se torne mais eficaz, mais efectivo, de modo a que os seus cidadãos decidam menos por percursos migratórios.

Contudo, os fluxos migratórios também se reduzem e também se gerem de uma outra forma. Como sabe, há uma coisa que é muito importante, que são as redes informais. Os migrantes têm redes informais em bom funcionamento.

Chegou o Deputado Artur Lima. Registo com agrado a sua entrada e os seus apartes, bem-vindo à discussão.

Também se regula por uma outra coisa, pelas redes informais e pelo próprio mercado, coisa que é tão cara ao CDS/PP. Aliás, se verificarmos, os números das entradas de cidadãos estrangeiros que procuram Portugal para vir trabalhar diminuiu nos últimos anos e diminuiu porquê? Porque a oferta de trabalho... Não é por causa da quota, Sr. Deputado! Diminuiu porque não há trabalho, porque a oferta de trabalho diminuiu.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Trabalho há!

**O Orador:** Logo, são os próprios cidadãos que têm como objectivo migrar, ou não, que decidem por este ou por aquele destino. Se, em Portugal, não há trabalho em determinados sectores, essa informação chega ao destino e, não havendo mercado, não há procura e o fluxo diminui.

Portanto, afinal de contas o mercado, para o CDS, só serve mesmo é para algumas coisas, para as questões da imigração nem por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

**(\* Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Corrijam-me, por favor, se eu estiver enganada.

Uma região que se pretende exemplar...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Que é exemplar!

**A Oradora:** ...justamente – e sou a primeira a reconhecê-lo, já o fiz vezes sem conta, publicamente, e tenciono continuar a fazê-lo, porque é isso que penso –, que se pretende exemplar nas políticas de integração e no apoio aos imigrantes – isto é a Região Autónoma dos Açores – não é compatível com a aceitação das quotas. Peço que me corrijam se estou, enfim, a cometer algum delito de raciocínio porque, sinceramente, estou convencida que não.

É por isso que gostaria de começar por responder, ou, pelo menos, apreciar, a intervenção da Sra. Secretária Regional do Trabalho. É assim, Sra. Secretária: da

sua parte, como governante e como responsável, também, por estas boas políticas de integração – que todos reconhecemos, quem tem bom senso – na Região Autónoma dos Açores, eu não aceito como justificação da Sra. Secretária Regional – eu até aceito que venham dizer, como disse a Sra. Deputada Isabel Rodrigues, “se fosse dando outra forma a este diploma, quem sabe, o Partido Socialista, enfim, não consideraria a hipótese de...”; agora, não aceito que a Sra. Secretária diga – que as quotas não têm nenhum problema porque não são alcançadas.

**Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Não foi isso que eu disse!

**A Oradora:** Sra. Secretária, é exactamente porque nunca são alcançadas que elas têm um problema e a senhora sabe isto tão bem como eu. Portanto, quando quer explicar as coisas de outra maneira, a senhora, sim, vai-me permitir, é que está a fazer demagogia, não é a proposta do Bloco de Esquerda.

Quando nós sabemos que, de uma quota para 8 mil e quinhentos emigrantes a nível nacional, 3 – 3, Sra. Secretária! – conseguiram alcançá-la; quando nós sabemos que, na Região Autónoma dos Açores, para uma sub-quota de 200, 19 conseguiram alcançá-la; quando, simultaneamente, sabemos que, ao nível do continente, há entre 50 a 75 mil emigrantes ilegais, indocumentados, em situação irregular; e quando sabemos que na Região Autónoma dos Açores essa percentagem é mais ou menos igual à nacional, entre 7 a 10%, o que aqui corresponderá a uns 500 emigrantes em situação irregular; quando nós sabemos que nenhum destes 500 chegou a esta sub-quota de 19; Sra. Secretária Regional do Trabalho, reconheça que o problema são as quotas.

É a impossibilidade de cumprir os critérios e as exigências das quotas que obriga os emigrantes a recorrer à entrada e à permanência clandestinas. Esta é a verdade! A quem é que isto aproveita? Porque isto não acontece por acaso, isto aproveita a todos os empregadores que exploram este trabalho fragilizado, sem direitos, com a máxima precariedade. Em que os obrigam a descontar para a Segurança Social, como a Sra. Secretária muito bem sabe e, quando querem fazer valer os seus direitos, os descontos nem lá chegaram. A Sra. Secretária também sabe isto, porque apoia, a Sra. Secretária, nas suas funções, gabinetes que lidam com esta

problemática e sabe isto. Portanto, as quotas – permita-me, Sra. Secretária, que lhe diga pela última vez – são o problema, não são a solução.

Portanto, quando nós, nos últimos actos eleitorais, vimos espalhado pelos Açores um cartaz que dizia “Novas competências e novos recursos para os Açores”, se levamos a sério aquilo que o cartaz dizia, então temos todo o direito de pedir mais recursos e mais competências para os Açores. E uma das competências é ser-se coerente com aquilo que se diz. O Governo Regional, há 4 anos e bem, manifestou-se contra as quotas, contra a sua existência. Porquê? Porque percebeu, e bem, a perversidade que elas continham. Porém, pela *realpolitik*, pela lei natural das coisas, foi obrigado a ceder-lhes e, daí, ter sido obrigado a pedir para a Região uma sub-quota. Isto, para mim, não são novas competências, para mim é exactamente o contrário, porque o sinal que o Governo Regional deveria ter dado então, como agora, era não aceitar as quotas, não concordar com elas e não as querer – não as querer!

“Ai, agora temos aqui um poder discricionário do SEF”? Mas então, o Governo Regional dos Açores não pode, também, dar um contributo para a discussão deste poder discricionário e impune, a que ninguém chega? Vamos voltar ao princípio: políticas de integração não rimam com quotas, não rimam com contingentes e todos nós sabemos isso. Quando dizemos o contrário, dizemo-lo, enfim, porque dá jeito do ponto de vista político e não queremos – e vamos assumi-lo, o Governo Regional não quer – criar mais um problema com o Governo da República! Não quer comprar esta guerra! Que o assuma, que assuma isso! Não é o fim do mundo, não é uma desgraça! Agora, não diga que não o faz porque as quotas são uma boa solução.

Já agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa: os imigrantes não são mão-de-obra. A ver se nos entendemos: os imigrantes, os nossos emigrantes, não são mão-de-obra! São homens e mulheres que procuraram, noutras paragens, aquilo que a Região, em anos transactos e agora, no ano 2009, e o país não tinham para lhes dar! São pessoas, são seres humanos, não são mão-de-obra! Aqueles que vêm para esta Região e para este país à procura das mesmas soluções de sobrevivência e de dignidade que levaram os nossos emigrantes para outros países, também são

humanos, não são mão-de-obra! São pessoas, são homens, são mulheres. Não é demagogia, não!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É demagogia! Pura!

**A Oradora:** É Português! São sinónimos e antónimos, Sr. Deputado.

Finalmente, ainda as políticas de integração.

Eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária Regional qual é o problema. Do seu ponto de vista, como governante e como tendo, enfim, nas suas mãos, a tutela deste fenómeno, das suas respostas e das suas problemáticas, qual é o problema de o Governo Regional assumir perante o Governo da República que as quotas não respondem nem ao problema da imigração ilegal – que é grande, a nível do continente e que aqui também existe –, nem aos problemas de desertificação humana – por exemplo a de muitas destas ilhas, que precisam de gente –, nem a nenhum dos problemas a que é suposto responderem e de dar um sinal simbólico, se é esse o termo, de que não as quer?

Eu gostava de saber qual é o problema. Se nós exigimos e reivindicamos para esta Região, e bem, novos recursos e novas competências, porque é que uma coisa não pode implicar a outra?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**(\* Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor certamente não ouviu aquilo que eu disse.

O senhor acusou-nos de demagogia e de populismo. Nem sequer vou olhar muito para isso, tendo em conta aquilo que o senhor vem fazendo aqui dentro. Porém, gostaria de lhe dizer que aquilo que eu citei aqui não foi dizer que o desemprego nos Açores ia de encontro à imigração e que a imigração é que estava a provocar esse desemprego. Eu falei em relação ao desemprego, tendo em conta que o Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda fala nas competências para a imigração.

Ou seja, aquilo que nós não temos conseguido fazer em relação aos açorianos – e hoje os próprios gráficos que saíram dizem que, dos 4.744 desempregados que a

Região tem, boa parte deles, na sua maioria, não têm qualificação profissional, e diz o Sr. Director Regional que tem de ser criada essa qualificação profissional –, como quer o Bloco de Esquerda, no seu Projecto de Resolução, conseguir essas competências para a imigração, quando nós não estamos a conseguir fazê-lo em relação aos açorianos e quando o próprio Sr. Director Regional afirma que isso é uma das situações que também ajuda a provocar o desemprego na Região e que estão a trabalhar para dar essa formação de competências a esses desempregados?

Foi isso que eu disse. Não disse, nunca, que o desemprego nos Açores advinha da imigração. Portanto, quem tentou ser “demagogista” nesta situação foi o Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída, em relação às quotas e à liberalização das quotas, o CDS/PP não é contra a imigração. Nós citámos por diversas vezes, na intervenção que fiz, na primeira intervenção, que nós não somos contra, somos a favor dela, mas regrada, com regras. É aquilo que acontece aos emigrantes dos Açores. Os emigrantes dos Açores que emigram para os Estados Unidos ou para o Canadá estão impostos a regras e, quando não cumprem essas regras, voltamos a recebê-los no nosso país e na nossa região.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Às vezes.

**O Orador:** Porque têm regras e essas são impostas. Quando nós emigramos à procura de uma vida melhor temos de ter a noção de que estamos sujeitos às regras que esse país tem. Aquilo que os senhores querem – e, aí sim, há demagogia – é abrir fronteiras e receber toda a gente, para a senhora depois ir ali para aquela tribuna...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Quando é que eu fiz isso?

**O Orador:** ...como fez ontem, quando disse que tínhamos nos Açores muito trabalho precário e mal pago.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** E não temos?

**O Orador:** Pois se temos trabalho precário e mal pago, como é que a senhora defende a liberalização das quotas para recebermos mais imigrantes, se diz que os que cá estão já não têm condições para trabalhar? Oh, Sra. Deputada!

Mais, ainda tem outra questão: a senhora não concorda nem entende que, se temos uma quota, se dessa quota de 2008 apenas 19 foram preenchidos, porque é que esses cidadãos imigrantes não se limitam a cumprir as regras que o país e que a região têm? Quando vêm para cá, eles têm de saber quais são as regras e que têm de ter condições suficientes para se poder legalizar! É isso que nós pedimos, não pedimos mais do que isso! Nós somos a favor da imigração, mas com regras, Sra. Deputada.

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Silveira, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu percebi perfeitamente o conteúdo da sua intervenção e percebi, sobretudo, o alcance da sua intervenção.

Claramente, o Deputado Luís Silveira e o CDS, de uma forma geral, procuram ligar as questões sociais, as questões da segurança, as questões do emprego, aos imigrantes e fazem isso duma forma abusiva. O senhor não fez mais do que a sua obrigação, que foi seguir exactamente o caminho que o CDS tem relativamente a essa questão. Portanto, não é nenhuma novidade.

Gostava de acrescentar uma coisa e, pelo menos da minha parte, para terminar esta intervenção: as questões da imigração, dos movimentos migratórios, são, de facto, muito complexas. São muito complexas porque, quando, em determinado momento, um país necessita de mão-de-obra, pede-a e ela vem. Mas não é mão-de-obra que nos chega cá, o que chega são pessoas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

**(\*) Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, para esclarecer duas coisas que me parece não terem ficado claras para a Sra. Deputada Zuraida Soares.

A primeira é que o contingente para os Açores foi pedido pelo Governo dos Açores. Pronto, é bom que isso fique claro.

A segunda questão é que o que eu disse à senhora foi que, se a senhora quiser discutir o regime de quotas, apresente nesta casa uma anteproposta de lei de alteração à 23/2007 e, então, vamos discuti-lo. Não é via uma proposta de resolução do teor da que a senhora apresentou aqui. Assim, não.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, para esclarecimentos.

**(\*) Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando eu, ontem, daquela tribuna, Sr. Deputado, falei na existência de trabalho precário, de desemprego e de trabalho precário nesta Região, eu não o fiz pensando: “Eu estou a falar de trabalho precário por um lado e agora estou a pensar que aí estão os imigrantes, aí vêm os imigrantes aumentar a precariedade laboral nesta Região”.

Não foi assim, foi exactamente ao contrário, Sr. Deputado. Quando eu falei ali em trabalho precário, eu estava a incluir nessa precariedade os muitos trabalhadores imigrantes aqui, nesta Região, que trabalham precariamente; que trabalham sem direitos; que, muitas vezes, trabalham e não recebem...

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Quantos são?

**A Oradora:** ...mas que descontam para a Segurança Social, que pagam os seus impostos e que, portanto, contribuem para a riqueza desta Região. Assim, não é a precariedade para um lado...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É, é. Diga quais são as empresas onde existe.

**A Oradora:** ...e os imigrantes, agora, a fazerem ainda, digamos, sombra à precariedade que existe. Eles fazem parte desta precariedade.

Portanto, eu não aceito – na altura, na minha primeira, não tive a oportunidade de lhe responder –, quando o Sr. Deputado, na sua primeira intervenção diz que o Bloco de Esquerda despreza os açorianos, não lhe admito que o diga, nem nada



nesta proposta, ou em qualquer outra que tenha vindo ou que venha a esta casa, lhe dá o direito de dizer uma coisa dessas!

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** O direito dá-me!

**A Oradora:** Não, não dá, porque o senhor vai ter o provar e não o vai conseguir. Eu estou a dizer-lhe exactamente o contrário!

Depois, finalmente, regular os fluxos migratórios, criar adequados meios de controlo dos fluxos migratórios? Mas, Sr. Deputado, nunca me ouviu a mim – a mim –, aqui nesta casa, dizer o contrário. Agora, vai ouvir-me dizer sempre que controlo...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**A Oradora:** Nunca o disse, nunca o disse!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O seu chefe.

**A Oradora:** Para já, eu não tenho um chefe, Sr. Deputado, a ver se nos entendemos. O senhor, se calhar, tem...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Com muito gosto.

**A Oradora:** ...mas eu não tenho chefe. Eu não tenho nenhum chefe.

Depois, não conheço ninguém do meu partido – deve ser isso o que o Sr. Deputado quer dizer – que defenda a “desregularização” ou a liberalização total da imigração.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O seu chefe!

**A Oradora:** Agora, aquilo que o senhor nos vai sempre ouvir dizer é que regularizar ou regular fluxos migratórios é exactamente o contrário do sistema de quotas. As quotas não regulam coisa nenhuma! As quotas trabalham numa forma activa para o trabalho ilegal e para o aproveitamento...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**A Oradora:** Fomentam as máfias, exactamente. Aumentam toda a problemática humana desta situação e não resolvem nenhum problema.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** A Sra. Deputada está muito deslocada da situação, está muito mal informada nesta matéria.

**A Oradora:** Não estou, não.

Já agora, deixe-me dizer-lhe: não sou eu que o digo, são todas as, enfim, autoridades sobre a matéria, na Igreja, na sociedade civil, nas universidades e até dentro dos partidos, como tive a ocasião de referir, e, aí, da esquerda à direita. Realmente, não há nenhum tipo de posse da problemática, porque, como eu referi na intervenção da tribuna, as pessoas que pensam desta maneira e que apresentam justificações científicas baseadas em levantamentos, em inquéritos, em observatórios, estão na direita e estão na esquerda. Poderão não estar em toda a direita, porque também há direitas e direitas, tal como há esquerdas e esquerdas.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é verdade. Apoiado!

Mas quais são as empresas que a senhora conhece que praticam essa situação?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho, neste momento, mais nenhuma inscrição.

Assim sendo, vou colocar à votação o Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e um voto a favor do PPM.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

**(\* Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É muito simples e muito sintética. A Representação Parlamentar do PCP, eleita pela CDU, vota ou votou favoravelmente a Proposta de Resolução do Bloco de

Esquerda, não pelo seu objecto, mas pelo princípio geral que lhe está subjacente, ou seja, o fim da contingentação dos imigrantes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos dentro em breve. Até já.

*(Eram 17 horas e 40 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 30 minutos)*

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 3 da nossa agenda, **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009, que “Altera os programas de estágios profissionais «Estagiar»**”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo: Apreciamos aqui a iniciativa da Representação Parlamentar do PCP visando introduzir algumas alterações nos programas de estágios conhecidos como “Estagiar” e, antes de abordar a substância dessa matéria, penso que importa tecer algumas considerações sobre o seu processo e sobre a sua forma.

Tendo como origem uma reivindicação de há muito defendida pela Juventude Comunista Portuguesa, esta medida integrou o conjunto de propostas com que a CDU Açores se apresentou ao eleitorado nas últimas eleições legislativas regionais e que estou, agora, vinculado a cumprir. Trata-se, assim, em primeiro lugar, da concretização de um compromisso com a nossa juventude.

Mas a CDU não se considera dona da verdade, nem detentora infalível das melhores soluções, especialmente numa matéria com este grau de importância e

complexidade. Por isso, procurámos o auxílio de muitas associações juvenis do nosso arquipélago, cujas opiniões e contributos foram integrados nesta proposta.

E não se tratou apenas de melhorar este projecto ou de procurar apoios para a sua aprovação. Para a CDU os problemas da juventude só podem ser resolvidos ouvindo e adoptando as soluções propostas pelos próprios jovens. Se diz respeito à juventude, só com o seu envolvimento é possível encontrar as melhores proposta e as melhores soluções.

Por isso, foi de extrema importância a posição recentemente assumida pelo Conselho de Juventude dos Açores, em que este órgão representativo defende a necessidade efectiva de introduzir alterações e melhorias nestes programas. É uma posição que nos recoloca perante os deveres imperativos da nossa função: Escutar os açorianos e cumprir a sua vontade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa que seja reconhecida, desta tribuna, a importância que os programas Estagiar têm assumido nestes últimos anos.

Perante limitações objectivas à sua empregabilidade devido à dimensão do mercado de trabalho das nossas ilhas, perante alterações profundas nos sistemas de formação superior que tornam cada vez mais importante e necessária a aquisição prévia de experiência profissional, perante, por fim, uma atitude de retraimento nas contratações por parte das nossas empresas, os programas Estagiar vieram introduzir factores positivos e impactos substanciais na vida dos nossos jovens.

Mas também na vida das empresas os programas Estagiar se revelaram importantes, ao trazer-lhes a possibilidade de, sem significativos custos sociais, poderem utilizar trabalhadores formados, empenhados e portadores de visões inovadoras.

O êxito dos programas revela-se no progressivo aumento do número de jovens abrangidos, que no ano de 2008 superou os 1100, o que, à nossa dimensão, é um número substancial.

Ora, é justamente por causa do seu sucesso que consideramos que devem ser melhorados. Exactamente pelo relevante papel que têm vindo a desempenhar não

nos podemos dar ao luxo de ignorar as suas insuficiências e os seus problemas. Sendo este um programa útil e significativo, compete a este Parlamento dedicar-lhe uma atenção especial no sentido do seu aperfeiçoamento e na garantia da continuação dos seus bons resultados.

Naturalmente que o sucesso do Estagiar convida a que as mudanças que se pretenda introduzir sejam devidamente ponderadas, avaliadas e, sobretudo, prudentes. Assim, a nossa preocupação foi a busca de soluções que, de forma equilibrada, pudessem, por um lado, eliminar ou minorar situações claramente injustas e inaceitáveis para os estagiários, sem, no entanto, confundir um espaço de formação com um vínculo laboral próprio.

Procurámos, por outro lado, melhorar o conteúdo efectivamente formativo destes estágios, reconduzindo-os à sua vocação original de período de aprendizagem especializada em ambiente laboral. Pretendemos, assim, um reforço da componente da responsabilidade social das empresas sem que, com isso, se conduza à desmotivação as entidades promotoras, que são parceiras fundamentais destes programas.

E, analisando objectivamente as alterações que propomos, a verdade é que as componentes a custear pelos promotores são verdadeiramente insignificantes, ou mesmo nulas, quando comparadas com as vantagens e benefícios que obtêm com a presença dos estagiários.

Da mesma forma, o aumento da despesa a suportar pela Região e pela comparticipação comunitária é pouco significativo tendo em conta a importância social destes programas e óbvios e relevantes impactos que têm na nossa economia. Trata-se de um investimento verdadeira e profundamente reprodutivo. Importa também salientar que a aprovação desta proposta não compromete de forma nenhuma a possibilidade de comparticipação por fundos comunitários.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sintetizando as principais alterações que propomos:

No seu aspecto formal, a elevação dos Programas Estagiar do mero nível regulamentar a uma dignidade legislativa, corresponde à sua instituição enquanto

programa durável no tempo, modo e propósitos e a assunção, ao mais alto nível legislativo da Autonomia, da sua importância e continuidade. De um ponto de vista operativo, esta concentração legislativa permitirá uma maior facilidade no seu conhecimento público e nas condições da sua execução.

No que diz respeito à substância da proposta, a primeira e porventura a mais fundamental das alterações propostas é a da atribuição de um conjunto de direitos aos estagiários. E falamos dos direitos sociais mais básicos, virtualmente ao nível de direitos humanos fundamentais, que o sistema actual lhes nega.

Senão, vejamos:

O direito a faltar, justificadamente, por doença, por assistência à família, por outras obrigações e impedimentos, sem prejuízo ou perda de remuneração, é um direito dos mais elementares e justamente generalizados.

O direito a férias, cremos, também se justifica plenamente, tendo em conta que a possível duração dos estágios atinge já os dois anos em determinados casos. A ausência desta possibilidade prejudica o estagiário, o seu direito ao repouso e à qualidade de vida, numa experiência de grande penosidade e sacrifício, sem qualquer justificação.

Quanto ao acesso ao Estatuto de Trabalhador Estudante, surge-nos como uma medida óbvia, tendo em conta a realidade de muitos estagiários do programa Estagiar L e T que se vêm prejudicados no seu percurso académico por estarem a realizar o estágio.

A atribuição de subsídio de almoço e transporte é uma antiga reivindicação dos estagiários, plenamente justificada pelos custos associados à realização do estágio, que devem ser minorados.

Quanto às licenças, estas parecem-nos fundamentais e da mais elementar justiça. No quadro actualmente em vigor, qualquer jovem mãe verá o seu Estágio cancelado por absentismo. Qualquer jovem pai verá negada a possibilidade de cumprir os seus deveres parentais. Ao negarmos aos estagiários estas licenças, discriminamos. Ao negarmos estas licenças sonegamos aos jovens um dos mais fundamentais direitos humanos: o direito à família. Esta é uma injustiça que tem de ser corrigida.

Do ponto de vista da técnica legislativa, fizemos a opção de remeter a execução destes direitos para a legislação laboral ordinária, não só porque não faria sentido ir “inventar” um novo regime, como para garantir condições de igualdade relativa entre o estagiário e os colaboradores regulares da empresa.

A introdução de um regime de férias, faltas e licenças tem, por outro lado um benefício de moralização pois, actualmente, as inevitáveis faltas em que os estagiários incorrem são muitas vezes ocultadas pela entidade promotora ao Fundo Regional do Emprego.

Apenas por cegueira ou má-fé se pode pretender confundir a atribuição deste conjunto de direitos com a criação de qualquer espécie de vínculo laboral. Não existe, nem de facto, nem de direito, qualquer vínculo, como aliás está expresso da forma mais clara possível no artigo 5º da proposta.

Existe, sim, a preocupação de facilitar a realização bem sucedida dos estágios. Existe, sim, uma preocupação de que a formação dos nossos jovens não se transforme num período de trabalhos forçados. Existe, sim, um imperativo de justiça e equidade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Procuramos com esta proposta, também, fortalecer a componente de formação efectiva do estágio. A melhoria deste aspecto permitirá enriquecer a experiência do jovem estagiário, reforçando as suas capacidades e competências e dando também ao promotor do estágio a possibilidade de contar com um colaborador melhor habilitado para a sua função. A exigência mínima de uma única acção de formação reconhecida, num período que pode chegar a dois anos, parece-nos um meio possível para este fim, sem que a entidade promotora se veja confrontada com encargos vultuosos.

Por fim, outra alteração relevante que introduzimos diz respeito à integração profissional dos estagiários. É este, afinal, o objectivo original de todo o programa de estágios: criar condições para que as empresas absorvam os nossos jovens, promover, portanto, a empregabilidade.

A realidade da aplicação dos programas tem mostrado que, infelizmente, isso não é muitas vezes o que acontece. Muitos promotores recebem sucessivamente estagiários para exactamente as mesmas funções, acabando por nunca assumir uma efectiva contratação, concluído o estágio, obtendo claras e significativas vantagens económicas e defraudando as justas expectativas dos jovens que, empenhadamente, aí realizaram o seu estágio, com a esperança de encontrarem colocação. E não são apenas as empresas de menor dimensão que persistem nesta prática negativa. Muito longe disso! Falamos também de grandes empresas e inclusive de empresas públicas!

Ora, esta é uma subversão do espírito dos programas Estagiar que deve ser combatida. No entanto, tal deve ser feito com a necessária prudência, de forma a evitar um desinteresse dos promotores que comprometesse o sucesso da iniciativa. Assim, em vez de coagir ou de proibir, optámos por incentivar.

Por um lado, parece-nos óbvio que os estagiários gozem de preferência em processos futuros de contratação, tendo em conta a experiência e o conhecimento que acumularam.

Por outro lado, a criação de uma bolsa de conclusão do estágio, que apenas será devida no caso do promotor optar por não contratar o estagiário que tenha tido aproveitamento, tem a dupla vantagem de fornecer um apoio ao jovem que, ao concluir o seu estágio, se encontra socialmente desprotegido, uma vez que não tem direito a usufruir de subsídio de desemprego, por um lado, e incentivar as empresas à sua contratação, por outro. A dimensão da empresa é um factor relevante para a assumpção deste encargo, daí que esta proposta salvaguarde um esquema diferenciado para as diversas situações.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero terminar salientando o seguinte:

A necessidade de introduzir modificações nos programas de estágios reúne largo consenso entre os jovens e as suas organizações e corresponde a uma profunda ambição da juventude açoriana, expressa pela voz das suas associações representativas e inclusive pelo seu Conselho Regional da Juventude.



Os problemas que esta proposta se propõe resolver ou minorar são agudamente sentidos pelos nossos jovens e constituem, em muitos casos, obstáculos sérios e definitivos à prossecução dos seus objectivos de vida.

E peço às senhoras e senhores deputados que façam a si próprios estas perguntas:

- Será justo que um estagiário que adoeça seja penalizado?
- Será justo que um jovem a quem faleça um familiar próximo não possa ter tempo para estar com os seus entes queridos?
- Será justo que um jovem se veja forçado a trabalhar continuamente durante dois anos consecutivos sem poder usufruir do mais pequeno período de férias?
- Será justo que um jovem estagiário não possa continuar os seus estudos porque não pode faltar para comparecer a um exame?
- Será justo que uma jovem estagiária que resolva ser mãe se veja automaticamente excluída do estágio?
- Será justo que um jovem pai não possa prestar assistência ao seu filho?

Estas, Sras. e Srs. Deputados, são as perguntas a que queremos e teremos de dar resposta. A resposta que os nossos jovens querem e, sobretudo, a resposta que os nossos jovens merecem. Assim esperamos que esta câmara lhes dê resposta.

Obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Pedro Gomes, Isabel Rodrigues, Berto Messias, Pedro Medina e a Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se o novo sistema sonoro da Assembleia Legislativa terá o condão de adocicar as críticas que o Grupo Parlamentar do PSD vai fazer à iniciativa do PCP.

Em todo o caso, com essa esperança, que será válida para os lados da bancada do PCP, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata começa por dizer, sobre esta matéria, que nem tudo vai bem no reino da formação profissional, nem tudo vai bem no mundo do Estagiar: Estagiar L, Estagiar T ou Estagiar U. Há

problemas, de facto, no desenvolvimento das relações de estágio, que são observados nas empresas, no dia-a-dia, no desenvolvimento dos programas de estágio um pouco por todos os Açores e que abrangerão o universo dos cerca de 900 jovens que usufruem de um programa de estágio profissional remunerado.

A circunstância de nem tudo estar bem; a circunstância de muitas das empresas não utilizarem devidamente o programa de estágio para realizar, de facto, um estágio profissional; a circunstância constatada de muitas vezes alguns destes estagiários serem, apenas e só, mão-de-obra barata para satisfazer as necessidades das empresas; não justifica a iniciativa que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista apresenta nesta Assembleia.

Não justifica, porque esta iniciativa revela, à partida, um preconceito e uma desconfiança em relação à iniciativa privada, aliás bem típica da matriz ideológica de quem a subscreve.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Deputado!

**O Orador:** Esta é uma iniciativa confusa, porque confunde – passe a redundância – os programas de estágio profissional com uma relação laboral e é contraditória...

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Nada disso!

**O Orador:** ...porque proclama que o contrato de estágio não gera nem titula relações de trabalho subordinado, mas o seu articulado aponta, justamente, para todo um universo de relações de trabalho subordinado.

Desde logo, para a existência de um horário de prestação dum suposto estágio profissional que a iniciativa do PCP transforma numa relação de trabalho. Desde logo, ao remeter para o regime das férias, faltas e licenças previsto no Código de Trabalho, que é típico de uma relação de trabalho. E, se bem que a iniciativa do Partido Comunista diga – e volto a repetir – que a relação de estágio não gera nem titula uma relação de trabalho, a verdade é que o universo das soluções que o PCP propõe transforma, claramente, uma relação de estágio profissional numa relação de trabalho e numa relação de trabalho subordinado, o que contradiz a matriz fundamental, essencial, do programa de estágio: um programa de preparação para a

vida activa, durante um tempo limitado, com vista a uma entrada no mercado de trabalho com preparação dada pela formação antecedente.

Esta é uma iniciativa, também, que penaliza as empresas, porque as obriga a contratarem aqueles que nelas estagiam, sob pena de terem de assumir o pagamento de um determinado montante, que pode chegar a 2.100 euros, números redondos. Penaliza as empresas e a pergunta é: por que deve penalizar as empresas, se este é um programa de estágio profissional?

Na perspectiva do PCP, que esta iniciativa contempla, este programa de estágio profissional transforma-se num programa de entrada e de acesso directo no mercado de trabalho e na empresa que contratou o estagiário. A pergunta que se coloca é: com a solução que o PCP propõe, afinal qual será a empresa que quer contratar um estagiário sabendo que, se não o contratar no final do estágio, vai ter de o indemnizar nos termos em que o PCP o propõe, com um valor que pode ser de até 2.100 euros por cada um dos estagiários?

Esta é também uma iniciativa que desconfia da iniciativa privada, das empresas dos Açores, porque determina que, se o estagiário tiver uma apreciação positiva, a empresa deve, imediatamente, contratá-lo. Isto é, a matriz ideológica que está subjacente é esta: o Estado, ou a Região, deve regular tudo e mais alguma coisa numa relação de formação; esta relação de formação, na disciplina que o PCP propõe neste diploma, deve ser uma relação de emprego garantido: estagia hoje para trabalhar imediatamente amanhã, com tudo regulado e imposto por decreto legislativo regional, transformando uma saudável relação de formação – que, depois, permitirá que quem obtém a formação possa livremente, num mercado de trabalho livre, ser contratado ou não consoante as suas competências e as suas capacidades –, numa relação de emprego obrigatório.

Esta é uma solução que nega a liberdade de contratação das empresas. Esta é uma solução legislativa que nega a liberdade de opção das empresas.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Deputado!

**O Orador:** Esta é uma iniciativa que nega, também, a liberdade de quem é formado, porque transforma um jovem que está em formação – no Estagiar L, no Estagiar T, ou um jovem universitário que ingresse no Estagiar U – num

empregado da entidade que lhe deve dar formação! Negando-lhe, à partida, um período da sua vida que é apenas de formação e não um período de relação laboral, sujeita à disciplina da relação laboral.

Só faltou ver, nesta iniciativa do PCP, a sujeição dos jovens que ingressam nos programas Estagiar às medidas disciplinares das entidades patronais. É só o que falta aqui, porque, de resto, está cá tudo o que caracteriza uma relação laboral: a subordinação, o desempenho do trabalho sob ordem e orientação da entidade patronal, o regime de horário e um regime de faltas, de férias e de licenças.

Sr. Deputado Aníbal Pires: esta iniciativa, apesar de poder ter sido realizada com uma boa intenção e concedo isto, é uma má iniciativa, que transforma um programa de estágio numa relação laboral e isso, para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, é inaceitável, porque não é isso que nós desejamos para os programas de formação profissional e não é isso que queremos que os programas de formação profissional contenham.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, da maneira que comecei: muita coisa vai mal no reino da formação profissional nos Açores...

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...mas esta não é uma boa solução para o que está mal, esta é uma má solução para um conjunto de realidades que estão erradas na formação profissional e nos programas de estágio profissional dos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

**(\*) Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu gostaria de começar por lhe referir – apesar de o senhor saber – que não há qualquer má fé da bancada do Partido Socialista na apreciação que fazemos desta proposta. O que existe é que esta proposta apresenta um conjunto de problemas que nós achamos serem inultrapassáveis, pela forma como ela está feita.

Como questão prévia, gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que aquilo que caracteriza uma relação de trabalho não é a qualificação formal que as partes envolvidas fazem dela, mas sim a forma concreta como essa relação se desenvolve. É isso que nos permite dizer se estamos, ou não, perante uma relação de trabalho.

O que acontece com esta proposta do PCP é que, efectivamente, ela desvirtua a natureza de estágio que este programa tem, porque procura imprimir-lhe um vasto conjunto de características que são típicas dessa relação de trabalho. Tomemos como exemplo a questão da assiduidade: não pode resolver em sede de estágio a questão da assiduidade por aplicação directa das regras do Código do Trabalho!

Há que ter também em linha de conta qual é a motivação que está na origem do programa Estagiar. Essa motivação não é, certamente, a criação directa de emprego. A motivação é proporcionar aos jovens um complemento à sua formação, um contacto com o mundo do trabalho e funcionar como catalisador da sua empregabilidade, porque é uma experiência que adicionam ao seu currículo e com a qual se apresentam à procura de emprego.

Uma outra questão que nos parece inultrapassável, também, relativamente à vossa proposta é a forma como pretende onerar as empresas, designadamente ao nível das regras que preconiza para a integração profissional, oneração esta que tem também importantes implicações financeiras. Aquilo que nós entendemos é que este conjunto de regras com que a vossa proposta pretende obrigar as empresas à contratação dos estagiários, na prática, funcionará como elemento susceptível de limitar a adesão das potenciais entidades promotoras dos programas. Pensamos, por isso, que é uma proposta que, a ser aprovada, mais não faria do que comprometer o sucesso deste programa, sucesso, aliás, que deve ser sublinhado e que é reconhecido pelos jovens e por todas as entidades intervenientes e foi também, reconhecido pelo Sr. Deputado.

O que nós pretendemos é que esse sucesso não seja comprometido e por esta via seria com certeza.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, registar os problemas formais, quer na sua construção, quer até naquilo que pretende materializar, desta proposta do Partido Comunista Português nos Açores, problemas que, aliás, já foram e muito bem explicados, quer pela Deputada Isabel Rodrigues, quer pelo Deputado Pedro Gomes. Porém, é importante também clarificar algumas questões quanto a esta matéria.

Esta proposta do PCP incide claramente num patamar errado e desvirtua vários programas de estágios que temos nos Açores, podendo, caso haja a sua aprovação, causar problemas graves a quem hoje os frequenta e podendo causar problemas graves no âmbito da política da formação profissional e dos mecanismos de facilitação de acesso ao primeiro emprego. É importante clarificar que não pode ficar aqui a ideia de que estes programas padecem de e criam profundas instabilidades sociais na nossa Região. Não pode ficar aqui essa ideia e é isso que o PCP, quando lançou esta questão, e que a própria JCP, quando defende esta questão – é, aliás, uma das proponentes desta questão – defende.

Este é um bom programa, é um programa pioneiro, é um programa com muito sucesso, é um programa que permite que muitos jovens, hoje, tenham o seu emprego depois da experiência adquirida nestes programas de estágio e é um programa, também é preciso referir, que mostra e que materializou um avanço significativo relativamente ao que se faz, neste género, no território nacional, em Portugal continental. Foi há muito pouco tempo que ficou consagrado e que foi conseguido que os estagiários deveriam ser remunerados. Nos Açores, ao abrigo deste programa, desde 98 que os estágios são remunerados.

Sabemos que não existem programas perfeitos e sabemos também que é necessário reforçar, se necessário for, a fiscalização daqueles que pretendem abusar destes mecanismos. Também será importante referir, e tendo em conta a nossa descontinuidade territorial e a nossa localização geográfica, a importância que estes programas têm no âmbito do incentivo à fixação. No âmbito do incentivo à fixação e no âmbito dos incentivos ao regresso de jovens quadros que estão, hoje, no exterior da Região a qualificar-se e querem regressar, vendo nestes mecanismos, também, um bom motivo para regressar.

Termino esta minha primeira intervenção com duas referências.

Em primeiro lugar, não pode passar incólume a profunda demagogia que o PCP apresenta nesta proposta, através do seu artigo da integração profissional, onerando as empresas, mostrando até o preconceito e a disfunção ideológica que tem relativamente à iniciativa privada, obrigando as empresas a pagar um subsídio aos estagiários que não contratam no fim do estágio.

Por fim, quero repor a verdade. O Sr. Deputado Aníbal Pires “caiu na cantiga” da sua juventude partidária. A JCP – que é, aliás, a redactora desta proposta e uma das proponentes desta proposta –, afirmou no jornal que tinha sido aprovada por unanimidade uma moção que tinha exactamente o mesmo conteúdo desta proposta do PCP. Na tribuna, o Sr. Deputado Aníbal Pires disse que tinha o apoio claríssimo do Conselho de Juventude dos Açores relativamente a esta proposta. Eu respeito-o a si, pessoalmente, enquanto parlamentar, respeito a história do PCP, mas não posso compactuar com uma mentira. É falso que tenha sido votada por unanimidade uma moção no Conselho de Juventude dos Açores com este teor e é falso que esta moção tenha sido alvo de uma posição clara do Conselho de Juventude dos Açores.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor não estava lá!

**O Orador:** Esta moção foi ao Conselho de Juventude dos Açores, não foi votada e baixou a uma comissão especializada. Isto é repor a verdade e é desta forma que todos nós, os mais novos e os mais velhos, temos de estar na actividade política, e não caindo no erro e na irresponsabilidade grosseira de vir para os jornais mentir descaradamente sobre esta questão.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**(\* Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo: Aquilo que foi dito há pouco em relação aos programas Estagiar e dissociar-se a problemática destes programas da questão do emprego não me parece que esteja correcto, porque directa ou indirectamente as duas estão associadas.

Nós recordamos que, no princípio do ano e num momento de grande adversidade devido à conjuntura adversa na nossa economia e na economia real, propusemos, aliás, recomendámos, ao próprio Governo que aumentasse o período de estágio nas ilhas fora das ilhas de coesão, de 6 meses para um ano, exactamente para dar maior consistência a esses estágios e, de certa forma, para proteger os nossos jovens que saem dos meios académicos para se ambientarem melhor às situações de empregabilidade e, nomeadamente, ao primeiro emprego. Portanto, uma coisa não pode estar dissociada da outra e não está, indiscutivelmente.

Em relação em concreto a este diploma que o Partido Comunista Português propõe, apresenta, aqui na Assembleia Legislativa Regional, do nosso ponto de vista – e, aliás, já foi dito aqui pelas várias bancadas parlamentares – este é, de facto, um diploma que – e consigo até ser mais directo em relação ao objectivo deste diploma –, se fosse aprovado aqui nesta Assembleia o que aconteceria é que, simplesmente, os Estagiários iriam acabar, da forma como ele está elaborado.

No fundo, isto é nitidamente um ataque às próprias empresas, nomeadamente à sua política de contratação e à sua política de recursos humanos. Desse ponto de vista, não nos parece que seja uma boa medida aquilo que o Partido Comunista Português está a propor nesta Assembleia. Isso, depois, vai criar aqui um outro problema, que é uma barreira muito forte à entrada dos jovens numa primeira experiência, numa primeira formação prática na sua vida activa após a sua vida académica. O que vai fazer, de facto, é que os nossos jovens saem das universidades, saem dos cursos técnico-profissionais e vão dirigir-se, essencialmente, para o centro de emprego. Esta é a realidade que nos iria acontecer se, efectivamente, um diploma com este teor fosse aprovado.

De facto, não vou fazer referência aos normativos do próprio diploma, mas gostaria de ressaltar exactamente esse ponto que também me parece essencial. Quer dizer: obrigar as empresas a ter um direito de preferência na contratação e, não o fazendo, implicar que as próprias empresas indemnizem o estagiário, logo à partida penso que uma empresa não estará disposta a aceitar determinado tipo de orientação, porque vai, exactamente, contra a sua livre posição na livre contratação. De facto, o estagiário – e há muitos casos desses aqui nos Açores –,



quando tem um bom desempenho, há muitos casos de integração nas próprias empresas. Portanto, não é por aí, não é por condicionar a sua contratação futura que o problema fica resolvido.

Depois, já numa questão mais técnica e também mais específica, o Partido Comunista Português propõe aqui a frequência de um curso de empreendedorismo durante o período de estágio. Quer dizer, é uma coisa que, do nosso ponto de vista, também é descabida. Ou está a estagiar, ou então está num curso de empreendedorismo. Misturar as duas coisas no mesmo diploma também não me parece que seja minimamente aceitável.

Por último, gostava só de fazer referência aos actuais programas em vigor.

Se há falhas – e elas com certeza existem –, essas falhas existem ao nível da fiscalização. Portanto, o que é que o Governo tem feito, ao nível da fiscalização activa desses programas? Se tem feito algum programa, se se tem dirigido às empresas, se tem acompanhado esses programas no seu dia a dia, ao longo de 6 meses, no período intermédio de 3 meses, nesses casos, como os estagiários prolongarem o seu período de funcionamento, nomeadamente ao fim de 6 meses ou de um ano. Não me parece que o Governo tenha feito alguma intervenção a esse nível e é aí que falha – e falha redondamente – também a questão dos estágios.

Por isso, o Grupo Parlamentar do CDS/PP não pode apoiar esta iniciativa do Partido Comunista Português.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo regimental de 15 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas e 20 minutos.

*(Eram 19 horas e 5 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 19 horas e 25 minutos)*

**Presidente:** Estava e está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional do PCP e fá-lo atendendo ao seu objectivo fundamental, com o qual estamos perfeitamente de acordo, que é dotar os estagiários dos estágios profissionais Estagiar, L, T e U, de direitos sociais básicos e fundamentais, que não devem ser sonegados a ninguém.

Para além disto, gostaríamos de tecer algumas considerações, porque pensamos que esta iniciativa do PCP tem um outro valor para além do seu conteúdo, que é o de suscitar alguma reflexão e algum debate sobre o reino da formação, nos Açores, onde nem tudo vai bem, ou muita coisa vai mal. Este debate e esta reflexão poderão e deverão ser feitos assumindo todo o preconceito e toda a matriz ideológica que nos distinguem nesta casa e que distinguem as diferentes bancadas parlamentares. Penso que isso não é um mal, do nosso ponto de vista esse é o resultado da pluralidade democrática que todos nós defendemos e que está representada nesta Assembleia. Os preconceitos estão muito bem distribuídos nesta casa e as matrizes ideológicas, graças à democracia, também.

É claro que poderemos sempre dizer que de um lado dos preconceitos estão aqueles que defendem a iniciativa privada a todo o custo, contra tudo e contra todos, e, do outro lado, eventualmente estarão aqueles que não têm nada contra a iniciativa privada, mas também têm tudo a favor dos direitos de quem trabalha.

Ora, dentro desta reflexão, a primeira questão que eu queria levantar é a seguinte: foi dito, aliás, está escrito no parecer da Comissão, que esta iniciativa e a eventual aprovação do seu conteúdo poderia comprometer o sucesso do programa Estagiar – sucesso que, aliás, ninguém aqui pôs em causa, pelo menos até agora, e o Bloco de Esquerda também não o fará –, porque iria onerar as empresas, iria onerar demasiadamente as empresas. Eu penso que vale a pena nós pensarmos qual é a alternativa.

A alternativa de não onerar as empresas tem de ser, necessariamente, onerar quem nelas trabalha, quem com elas colabora, quem com elas participa e partilha os seus objectivos, mesmo que seja num programa de estágio? Para não onerar uma coisa,

temos de onerar e sonegar direitos ao outro lado, enfim, da barricada? Penso que não e penso que toda a gente concordará. Então, se calhar, teremos de ver outra maneira ou a melhor maneira de, para não defender, com todo o preconceito e a matriz ideológica, um lado, evitar que se onere e se penalize o outro lado, porque isso também é preconceito e matriz ideológica.

Outro ponto de reflexão que valeria a pena fazer é a diferença entre o estágio e as relações de trabalho.

Também aqui foi dito que transformar uma relação de estágio numa relação de trabalho é abusivo e está errado, até do ponto de vista legislativo. Então, eu pergunto: o que é uma relação de estágio? Uma relação de estágio, se não é uma relação de trabalho, também não pode ser igual a não ter direitos básicos absolutamente nenhuns. Básicos! Básicos, no sentido mais básico do termo e do mundo do trabalho, a começar por férias, a começar por licença de maternidade e por licença de paternidade. Isto é o mais básico que existe no mundo do trabalho. Se o estágio não é um trabalho, então o que é?

**Deputada Isabel Rodrigues (PS):** É um estágio!

**A Oradora:** O que é, para que possa justificar que os estagiários não tenham direitos nenhuns? Para além de não terem, também, nenhum tipo de garantia de futuro, na medida em que não há nenhuma obrigação das empresas em os empregar, mesmo que o resultado do seu estágio seja positivo. Então, também vale a pena perguntar: em nome de quê é que se dedica tudo, é que se fazem todos os sacrifícios, é que se prescindem de tudo, quando se chega ao fim e não se tem nenhuma garantia de se ter ganho alguma coisa?

Por outro lado, subjaz a algumas das intervenções um tipo de política que a crise cada vez justifica mais, mas que já existia mesmo antes de ela se implantar, que é esta ideia de que “mais vale isto do que nada”. Antes isto, enfim, antes mesmo estes estágios, sem direitos, sem coisa nenhuma, do que nada, do que não haver os estágios e, portanto, do que os jovens não terem, sequer, esta possibilidade. Bom, é uma situação, é um ponto de partida. O que eu pergunto é: quando é que nós saímos...

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

A senhora desconhece a legislação!

**A Oradora:** ...desta permanente inevitabilidade do “antes isto do que nada” e começamos a ser um pouco mais ambiciosos, também, a este nível? Porque, em última análise, isto redonda sempre num mal menor, a política do mal menor. Mas o mal menor é para alguns, porque depois, vem o bem maior para outros e cá estamos nós, outra vez, com os preconceitos e com a matriz ideológica.

Por isso, mesmo que podendo aceitar que algum articulado na iniciativa do Partido Comunista pudesse ser corrigido, aperfeiçoado, alterado, não aceitamos, de maneira nenhuma, que não se possa encontrar, nesta iniciativa, qualquer tipo de valor e de propositura aceitável e que, no mínimo, deveria merecer, de alguma maneira, aceitação.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O debate já foi, de alguma forma, contextualizado naquilo que são as posições ideológicas dos partidos em relação ao mercado, em relação ao papel do Estado, em relação àquelas que são as condições laborais de que devem usufruir os trabalhadores. Foi neste contexto que o debate foi lançado.

Em primeiro lugar, antes de me centrar naquelas que são as questões objectivas do diploma que está em causa, quero dizer-vos qual é a minha posição de partida, qual é a posição de partida do PPM Açores. A posição de partida é que acreditamos na liberdade do mercado, acreditamos na flexibilidade do mercado e acreditamos que devem ser dadas condições às empresas para criar emprego. Contudo, também acreditamos que o Estado tem um papel regulador fundamental. Aliás, se esta crise mundial que estamos a viver demonstrou alguma coisa foi que o papel do Estado nos mercados – nomeadamente no mercado financeiro, que foi o caso em apreço – é absolutamente fundamental. O papel regulamentador. Portanto, é neste patamar de observação das questões em concreto que nos colocamos.

Evidentemente que percebo que, em relação aqui ao artigo 17.º da integração profissional – que tem a ver com o caso, com a situação específica das empresas que optam por não criar uma situação prolongada, uma situação de contexto, portanto, criar um emprego para o estagiário, continuar esta relação de emprego com o estagiário –, em relação a esta questão, obviamente que estamos a falar num caso muito específico e estamos a falar, aqui na alínea a) do ponto n.º 3, de empresas com 100 ou mais trabalhadores, considerando esta despesa, por cada estagiário que não continuasse na empresa, de 2 mil e tal euros. Estas são empresas com uma dimensão suficiente para poder dar resposta a uma situação deste tipo.

No entanto, evidentemente, tendo em conta aquele contexto que vos acabei de descrever há pouco sobre esta situação, eu acredito que as empresas devem ter total liberdade – total liberdade – em relação a quem querem contratar. Tem a ver com as suas apetências, tem a ver sobretudo com a sua formação e tem a ver com a sua própria opção estratégica. Nesse sentido, as empresas devem ter uma liberdade total. Agora, o que se pode verificar através do relatório que foi produzido sobre esta questão e das declarações que a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social fez, no âmbito da Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, é que esta continuação de um vínculo profissional entre a empresa e o estagiário estava na ordem dos 90%. Portanto, nesse sentido também, como se verifica, é um falso problema.

Em síntese, no que diz respeito a esta situação específica que foi aqui descrita e debatida por diversos partidos em relação à integração profissional e em relação, portanto, à forma como a empresa que não continua a relação profissional com o estagiário é onerada, também esta é uma área de discordância em relação à proposta do PCP. Sendo esta uma área de discordância, porque defendemos a liberdade das empresas nesta área, considero que em todos os outros pontos este é um diploma muito válido.

Considero que, obviamente, não pode existir a “lei da selva”, como existe hoje em muitas empresas em relação a esta situação. Como todos nós sabemos, existe um aproveitamento desta mão-de-obra que os estagiários proporcionam às empresas. Estes estagiários, que proporcionam às empresas esta mão-de-obra qualificada,

acabam por ter uma situação profissional, uma situação em termos de direitos laborais, que não é a melhor. Muitas vezes, chega a ser humilhante do ponto de vista daquilo que é a sua inserção na empresa. Esta situação, nós, que temos responsabilidade social, que temos uma determinada visão da sociedade, uma sociedade que queremos justa, uma sociedade com deveres mas, também, uma sociedade com direitos, não a podemos tolerar.

Neste sentido, a proposta do Partido Comunista parece-me extremamente importante, no sentido de – cá está – dar ao Estado aquele papel fundamental de regulamentar e garantir às pessoas aqueles que são os direitos mínimos para poderem desempenhar as suas actividades em segurança, para poderem desenvolver as suas actividades numa situação laboral boa. Aqui, parece-me que existem, de facto, vantagens em relação ao diploma que o Partido Comunista apresentou.

Quero dizer que também me parece bastante importante a junção desta matéria, que está dispersa e chega a ser pouco inteligível em relação a este mundo dos estágios. Chega a ser pouco inteligível a relação que existe entre os vários diplomas, entre os vários normativos. Portanto, esta ideia de juntar e de dar uma inteligibilidade global a esta relação destes programas de estágios profissionais parece-me, também, algo que foi perfeitamente conseguido.

Outra área que penso que também valoriza a proposta é a componente formativa. Aliás, nós temos hoje várias análises, realizadas pelos economistas mais reputados, com maior prestígio mundial, e, de facto, há algo em que eles insistem e em que há uma determinada unanimidade no mundo académico, que é, de facto, a importância da formação. A importância da formação, que esta formação seja realizada de forma constante e que seja realizada inserida no mundo do trabalho. Ou seja, que seja uma dialéctica permanente na relação que existe entre o trabalhador e a empresa. Nesse sentido, também penso que este objectivo é conseguido por esta proposta.

Tendo uma discordância naquele que é o campo essencial, que é a liberdade das empresas – apesar de eu achar que o assunto foi aqui apresentado numa forma excessiva, apresentado aqui um “papão” em relação a esta questão, mas na questão

de princípio da liberdade das empresas eu, obviamente subscrevo as críticas que foram feitas –, considero que os restantes pontos são bastante válidos, que a proposta, se fosse aprovada, seria bastante benéfica para muitos jovens açorianos qualificados e que a sua integração no mundo laboral seria bastante privilegiada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

**(\*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria, em breves palavras, fazer alguns comentários sobre aquilo que foi dito até agora.

Queria começar precisamente por dizer que um dos objectivos estratégicos do Governo dos Açores é a fixação de jovens altamente qualificados no tecido empresarial açoriano. Este objectivo tem sido amplamente conseguido e nós temos um enorme orgulho no trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo destas legislaturas, naquilo que diz respeito aos programas Estagiar. Portanto, Srs. Deputados, era esta primeira observação que vos queria deixar, porque me parece da mais elementar justiça que isso seja aqui referido. Por outro lado, também queria dizer que isso se reflecte na qualidade do trabalho que hoje existe nas nossas empresas e no sucesso do número de postos de trabalho que tem sido criado, exactamente, para esses jovens altamente qualificados.

Queria também dizer-vos, Srs. Deputados, que há um profundo desconhecimento do instrumento em vigor, da Resolução n.º 7/2008, de 11 de Janeiro, que ela própria já reflecte algumas das questões que alguns dos Srs. Deputados, pelas intervenções que aqui fizeram, parece que desconhecem profundamente. Já é permitido a um jovem que está num programa Estagiar fazer um curso de empreendedorismo. Também vos queria dizer que na Região Autónoma dos Açores já se fizeram mais de 50 cursos de empreendedorismo. Nos Açores, em todas as suas ilhas. Na verdade, isso é o artigo 13.º, está em vigor e assim tem

acontecido. Decorre duma necessidade que foi constatada e que foi alterada exactamente para responder a essa necessidade.

Naquilo que diz respeito ao acompanhamento do programa, Sras. e Srs. Deputados, também me compete a mim dizer que, para além do trabalho que é feito na Direcção Regional do Trabalho, do relatório de cada jovem, que no fim do estágio tem de apresentá-lo, e também pelo facto de se terem detectado algumas irregularidades, algumas empresas já foram excluídas desse programa. Fazemos visitas e controlamos essas irregularidades, mas nem sempre isso chega. Já me foram dadas orientações e eu também já as transmiti à Inspecção Regional do Trabalho. No próximo ano haverá, no decurso do seu plano de actividades, uma mega-inspecção exactamente para controlar todas aquelas irregularidades que nós achamos que podem ocorrer.

Portanto, Srs. Deputados, era isto que vos queria dizer numa primeira intervenção. Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

**(\*) Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

De facto, o programa Estagiar foi criado em 97 pelo Conselho da Europa e é um programa financiado pelo Fundo Social Europeu, não é nenhuma benesse que este Governo está a dar aos jovens, é um direito que lhes admite. Antes de mais, trata-se de um auxílio do Fundo Social Europeu aos governos incapazes de criar e promover políticas geradoras de emprego, que é o que acontece com este Governo.

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado está a brincar connosco!

**O Orador:** É verdade, Srs. Deputados, não conheço uma única medida deste Governo que fomente o emprego, o primeiro emprego para os jovens. Diga-me uma!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** O Estagiar? O Estagiar é um programa de estágios, senhor! Mais, meus senhores.



**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado foi o primeiro a utilizar!

**O Orador:** Nos Açores, os programas passaram de 6 para 24 meses, é certo, mas continuam algumas, digamos, questões que não trazem em nada benefícios aos jovens.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**  
O senhor não lê os relatórios das comissões!

**O Orador:** Aliás, foi o próprio Director Regional do Trabalho e Formação Profissional que, há cerca de dois anos, ou um ano e meio, fez questão de afirmar isso, em entrevista ao Jornal Diário dos Açores. Dizia existirem empresas que utilizam os estagiários apenas como mão-de-obra barata, ou, melhor dizendo, de graça.

**Deputado Francisco César (PS):** O que é que a Sra. Secretária acabou de dizer?

**O Orador:** Por isso, ao contrário do que acontece a nível nacional, não quiseram estender o programa mais de um ano.

Mais: mais recentemente, a 4 de Maio de 2009, o próprio Director Regional do Trabalho e Formação Profissional admitiu ainda, passando um ano e meio, que há empresas dos Açores a utilizar os estagiários L como mão-de-obra barata, ou seja, passado um ano e meio depois de o Director Regional o afirmar, os senhores nada fizeram – nada fizeram!

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, isso é tão básico.

**O Orador:** É uma realidade, continuam os estagiários nos estágios precários. Sr. Deputado, o que fizeram para combater isto? Agora que o PCP apresenta uma proposta é que vão fazer tudo e mais alguma coisa?

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**  
Já fazemos. O senhor devia ter lido o relatório. Leia o relatório da Comissão com atenção!

**O Orador:** Quer dizer, foi preciso alertar aqui!

Mais: A Sra. Secretária, a 3 de Março, vem dizer que, atendendo à actual conjuntura, a medida visa combater o desemprego dos jovens licenciados e dos jovens sem formação profissional. Ora bem, isto não se trata de um emprego, trata-

se de um Estagiário e é preciso fazer por isso! É preciso que se trate de fazer um estágio a sério e não um estágio/emprego!

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado não percebe nada disto. O senhor não sabe o que é um estágio.

**O Orador:** Mais, Srs. Deputados: para isso, é necessário fazer alterações. É necessário, por exemplo, criar um período de descanso dos 24 meses para os jovens. São 24 meses a trabalhar! Os senhores queriam trabalhar 24 meses num trabalho que supostamente é um estágio, trabalhar a tirar fotocópias e não a trabalhar na área a que foram propostos e em que concordaram trabalhar e feito um projecto da empresa? Queriam estar a trabalhar 24 meses num estágio, num trabalho precário?

**Deputado Francisco César (PS):** Qual é a sua posição, Sr. Deputado? É que não se percebe!

**O Orador:** Agora pergunta qual é a minha posição? Eu estou a dizer-lhe! Já chego lá, Sr. Deputado, já chego lá.

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado fala tão mal deste programa que até se candidatou a ele.

**O Orador:** Mais: é um absurdo, por exemplo, uma empresa poder recrutar o mesmo número de estagiários quantos os funcionários que tem a empresa. Mas há mais questões.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Sr. Deputado, tenha calma, o senhor não se enerve. É natural que esteja preocupado em “defender a sua dama”, mas tenha calma.

Mais: é por isso mesmo, por essas e por outras, que o PSD irá apresentar nesta Assembleia um projecto de resolução que visa que o Governo faça, com a maior brevidade, um relatório de avaliação dos programas de Estagiário L e Estagiário T. Mais: que diga, neste relatório, questões tão importantes como, por exemplo, o número de inscritos por ano, por ilha e por concelho ao longo destes anos todos de existência dos Estagiários...

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

O senhor não sabe isso? Isso já está disponível!

**O Orador:** Deixe-me terminar, Sra. Secretária!

Um relatório que diga o grau de cumprimento dos objectivos da inserção profissional que o programa visa. Também está na internet? O grau de satisfação dos beneficiários e dos destinatários daquele programa, porque é preciso perceber se os jovens estão satisfeitos ao executarem o programa.

É preciso, acima de tudo, saber qual é o número de estagiários que têm obtido a contratação por parte das empresas. A senhora vem para aqui dizer que há muitos estagiários que acabam por ficar nas empresas. Já agora, mostre-nos números, dê-nos os números e diga-nos quantos estagiários ficam a trabalhar na respectiva empresa em que fazem o estágio, para sabermos se é a realidade ou não!

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Muito bem!

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*):

90%. O senhor devia ter lido o relatório da Comissão.

**O Orador:** Mais: a senhora falou aqui numa outra questão, que é o curso de empreendedorismo. Falou que houve mais de 50 cursos de empreendedorismo por todos os Açores. Agora, primeiro, é preciso saber quantos jovens frequentaram esses cursos de empreendedorismo e, segundo, qual foi a taxa de sucesso desses jovens.

**Deputado Francisco César** (*PS*): E como é que se avalia a taxa de sucesso?

**O Orador:** Porque isso de dizer que há... Mas se aparecem duas ou três pessoas para fazer o curso, não interessa, não é?

Tenho dito, por agora.

**Deputado Francisco César** (*PS*): E a sua posição qual é?

**Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Já foi dita há pouco.

**Deputado Francisco César** (*PS*): É que não parecia a mesma.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**(\*) Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas algumas breves observações.

A primeira, desde logo, para dizer que os programas Estagiar são programas criados pelo Governo Regional, cujo financiamento foi decidido pelo Governo Regional, tal como compete ao Governo Regional o direccionamento e o aproveitamento dos fundos comunitários afectos às suas próprias políticas. Por alguma razão, de resto, este programa tem merecido sucessivas alterações e adaptações, nenhuma delas de 6 para 24 meses, aliás como mencionou o Sr. Deputado.

De facto, a pobreza das intervenções do PSD neste e noutros domínios começa a colocar o PSD numa situação aqui um pouco confrangedora.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Perdão!

**O Orador:** Um pouco semelhante àquela que agora atravessa o Sporting, ou seja, a culpa não é só do Paulo Bento, em boa verdade.

*(Risos da câmara)*

De facto, no caso do PSD, a culpa não é apenas da Dra. Berta Cabral.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Homessa! Só fala do PSD?

**O Orador:** Sim, hei-de falar do PSD e de todos os partidos políticos, no pleno uso da liberdade e dos meus direitos democráticos neste Parlamento.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Presidente do Governo vem ao Parlamento dos Açores falar do PSD. Os jovens ficaram esquecidos.

**O Orador:** Descontando este período em que o PSD nada nos disse, eu quero referenciar-me a algumas intervenções que me pareceram alertar para questões sobre as quais julgo ser importante reflectir.

Uma delas é, seguramente, a de nos situarmos no ambiente em que nos encontramos actualmente e de percebermos que, em época de dificuldades das economias empresariais, é certo que os programas de formação profissional surgem muitas vezes mais como oportunidades do que, propriamente, como estratégias. Surgem muito mais vezes como alternativas imediatas para a situação de pessoas, do que correspondendo a um projecto integrado, pensado para a sua inserção no mundo do trabalho, com a permanência e a estabilidade que nós

desejamos. Portanto, há que reconhecer esta matéria neste contexto, ou nesta conjuntura, em que nos encontramos.

Nós preferimos, ainda que com algumas fragilidades, a adopção ou a integração em projectos – repito, com alguma fragilidade – na área da formação profissional, quer de jovens, no caso dos programas Estagiar, quer, em outros casos, em programas de qualificação académica, de aquisição de escolaridade mínima, etc., que, sendo genericamente inseridos na área da formação profissional, essa componente não tem resultados muito vivos. Nós preferimos correr esses riscos e atravessar essas deficiências, do que deixar essas pessoas sem rendimento ou sem trabalho. Portanto, compete ao Governo reconhecer que esse instrumento é conjunturalmente usado sempre que, na ponderação do que está em causa, nos parece mais digno e melhor para essas pessoas.

Os programas Estagiar são estruturalmente programas que correspondem a um contrato entre empregadores, públicos ou privados, e o Governo Regional, através da Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, que proporcionam uma experiência, na economia e no mercado real, dos jovens. Essa experiência visa a aquisição de saberes, a aquisição de conhecimentos, a inserção social, a inserção profissional, despertar a vocação empreendedora, despertar oportunidades de auto-emprego ou, até, proporcionar a continuidade de um emprego na empresa onde é dispendido esse estágio. No limite, corresponde a um período em que a pessoa se formou, mas nem teve capacidade empreendedora ou a oportunidade de criar o seu próprio emprego, nem ficou na empresa. De qualquer modo, a pessoa ganhou com essa experiência. É essa a filosofia deste programa.

Muitas das questões que estão levantadas, de resto, na proposta apresentada, ou que foram aqui juridicamente levantadas, correspondem a direitos sociais que são consagrados em geral para todas as pessoas. No caso concreto, a essas pessoas que frequentam os programas Estagiar, na sua maioria, não lhes estão vedados esses direitos.

Entendo que não há nenhum programa que não tenha riscos e que qualquer das partes não tenha tendência para, numa circunstância ou noutra, não o cumprir adequadamente. Não só no caso do comportamento das empresas, onde confirmo

que temos recebido, temos tido notícia e temos procurado intervir em situações em que as entidades empregadoras não têm utilizado de acordo com a lei os jovens que frequentam esses estágios, como confirmo também, infelizmente, que muitos desses jovens não têm cumprido as suas obrigações como parte contraente nesses programas.

Temos acompanhado estes programas com o maior envolvimento e a maior responsabilidade possível. Agora, que temos um número crescente e acrescido de jovens a frequentar esses estágios e que esses estágios foram também, por sua vez, prolongados no tempo, exige-se ainda um melhor acompanhamento, como aquele que foi anunciado pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social há pouco, no que respeita à acção da Inspeção Regional do Trabalho.

Temos procurado também, no âmbito dos programas Estagiar, fazer uma transição no que diz respeito à motivação dos empregadores. Temos procurado privilegiar os empresários privados e o sector cooperativo para a contratação destes programas de estágio, em detrimento do volume quase sufocante que a administração pública apresentava na absorção destes jovens estagiários, exactamente no sentido de lhes proporcionar, como há pouco mencionei, esta aproximação à economia real e, também, de lhes proporcionar um meio em que a sua vocação empreendedora possa ser melhor desperta e não aguardar que a administração pública lhes resolva o problema de emprego, esgotadas as suas possibilidades no âmbito do programa Estagiar. Temos feito um grande esforço nesse domínio.

Por isso, penso que devemos também procurar, no âmbito deste programa, torná-lo atraente para os empregadores, torná-lo atraente para as empresas onde estes jovens estagiam. É fundamental que o ambiente a criar seja o de as empresas perceberem que têm vantagens na presença destes jovens.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Os jovens ficam esquecidos. Beneficiam as empresas e os jovens ficam para trás!

**O Orador:** As vantagens das empresas são a melhoria da sua qualidade e a melhoria dos seus fins lucrativos. Portanto, temos de ter em consideração que são essas as vantagens esperadas e que são essas as vantagens que devem ser

protegidas do lado da empresa, sem descurar, naturalmente, os direitos dos jovens em questão.

Temos desenvolvido também, como se sabe, programas múltiplos no domínio da formação profissional. Eu não aceito a ideia de que a formação profissional “anda para aí ao Deus-dará”. Isso não é verdade.

**Deputado João Costa (PSD):** Tiram o curso na Graciosa e vão estagiar para a Terceira!

**O Orador:** De resto, a maior parte daqueles que hoje estão absorvidos nos programas da formação profissional estão, ora na componente de programas profissionais no âmbito do ensino regular, ora no próprio ensino profissional, ora através de entidades creditadas e com credibilidade, que têm promovido, também ao nível das escolas profissionais, a formação de activos.

De resto, os Açores têm sido já por várias vezes inspeccionados, quer no âmbito do Fundo Social Europeu, quer já no âmbito do PRO-EMPREGO...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Agora já é Fundo Social Europeu. Há pouco não tinha nada a ver!

**O Orador:** ...e tem sido comprovada a adequação e a justa e eficaz aplicação dos recursos que foram afectos à Região nestes domínios.

Nós temos muito para fazer, sobretudo temos progredido muito na área do ensino profissional. Talvez o nosso maior problema seja a falta de qualificação, ainda, de muitos jovens e de muitas pessoas, que estão com dificuldades, ora de reintegração, ora de integração, no mundo do trabalho mas, de um ponto de vista geral, a acção da Região no domínio da formação profissional tem sido uma acção que tem revolucionado profundamente a qualidade dos trabalhadores, quer no activo, quer na empregabilidade dos jovens que pretendem entrar no mercado de trabalho.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, o que vos queria transmitir era, por um lado, a compreensão do Governo de que evidentemente há aspectos que é preciso corrigir; solicitar a vossa compreensão para a “instrumentalidade” que, numa conjuntura difícil da economia empresarial, como a que atravessamos, os programas de formação profissional podem ter, funcionando também como programas de semi-

ocupação temporária; e dizer-vos que, de um ponto de vista geral, a formação profissional dos Açores está bem entregue. Está em boas mãos, está em boas escolas, que têm uma grande proximidade com as comunidades locais, que têm desenvolvido progressivamente cursos que se vão adaptando mais às necessidades emergentes do mercado de trabalho.

Salvaguardando, no caso da má gestão de alguma escola, alguns aspectos que importa eventualmente auditar, para verificar se a gestão foi danosa ou se essa gestão foi criteriosa, que são excepções – sem dúvida, excepções –, de um modo geral o nosso ensino profissional e a formação dos activos tem decorrido de forma muito positiva e com consequências muito boas, quer para os trabalhadores, quer para as empresas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental, o debate prosseguirá amanhã. Entraremos directamente na agenda às 10 horas da manhã.

Muito boa noite, bom jantar e até amanhã.

*(Os trabalhos terminaram às 20:00 horas)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Alzira** Maria de Serpa e **Silva**

**Cláudia** Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

**Hernâni** Hélio **Jorge**

**José** Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**Duarte** Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

**Francisco** da Silva **Álvares**

**José** Manuel Cabral Dias **Bolieiro**



***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

**Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.***